

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL –
PPGAS

Mestranda: Katiane Silva

Orientadora: Prof. Thereza Cristina Cardoso Menezes

SOCIOGÊNESE DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM
ESTUDO SOBRE A RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ –
FONTE BOA/AM

Manaus, dezembro de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL –
PPGAS

Katiane Silva

SOCIOGÊNESE DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UM
ESTUDO SOBRE A RESERVA EXTRATIVISTA AUATI-PARANÁ –
FONTE BOA/AM

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, com a orientação da Prof. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes, linha de pesquisa: Mundo Rural Amazônico.

Manaus, dezembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos comunitários, participantes da pesquisa, que me receberam em suas casas e tornaram possível este trabalho; aos membros da Associação Agroextrativista de Auati-Paraná, cuja contribuição também foi fundamental. Agradeço a minha orientadora, Thereza, que esteve sempre presente proporcionando não apenas uma orientação profissional, mas demonstrou um compromisso existencial e político neste bom encontro. Aos funcionários do ICMBio, gestores da Resex, que proporcionaram uma grande abertura e acesso à Resex. À equipe do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – Lapsea e ao Laboratório de Manejo Florestal – LMF, onde este trabalho foi iniciado. Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, pelo bom relacionamento e o apoio da secretaria. Agradeço também à FAPEAM pela bolsa concedida. Ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pelo apoio intelectual e estrutural. Agradeço à moçada da AFIN (Associação Filosofia Itinerante) pelos encontros e a possibilidade da produção da comunalidade. Agradeço ao apoio dos colegas de curso, em especial à Raissa Torres, com quem foi possível discutir o trabalho em diversos momentos. Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente à produção deste trabalho.

RESUMO

Esta etnografia trata da Sociogênese da Reserva Extrativista Auati-Paraná. Discute como as trajetórias pessoais e coletivas dos grupos envolvidos, num contexto social específico, tornaram possível a criação e gestão desta unidade de conservação. Discute também como os novos modos de configuração e regulação social no uso dos recursos naturais desenharam um novo mapa e criaram uma nova etiqueta social. O surgimento de conflitos a partir desse novo modelo de gestão, engendrados principalmente na questão do manejo da pesca. Além da relação entre as instituições gestoras e a participação dos comunitários nesse processo. Aborda as diversas possibilidades para a reflexão sobre os vários discursos que estão se constituindo sobre essa nova forma de ordenamento territorial na chamada região amazônica, não apenas do ponto de vista da normatização, mas daqueles que participaram e participam da trajetória de construção da Reserva Extrativista, e as possíveis formas de negociações nesse processo.

Sumário

Introdução.....	1
Parte 1 - A disciplinarização do espaço: desnaturalizando a política ambiental brasileira e a categoria Reserva Extrativista.....	6
1.1. A construção da categoria Amazônia a partir do projeto moderno.....	6
1.2. A política ambiental brasileira e os modos de regulação territorial.....	11
1.3. As Reservas Extrativistas e o estatuto do desenvolvimento sustentável.....	17
1.4. Sobre a viabilidade do extrativismo e a ênfase no modelo econômico-financeiro.....	21
1.5. Caracterizando a Reserva Extrativista Auati-Paraná.....	25
1.6. O uso do termo comunidade.....	29
Parte 2 - Os efeitos sociais de territorialização: construindo uma sociogênese da Resex Auati-Paraná.....	34
2.1. Processos de territorialização.....	34
2.2. A presença dos espiritanos e o projeto político católico.....	35
2.3. Da localidade à comunidade: construindo o ethos comunitário.....	38
2.4. O esforço pela legitimação do rearranjo territorial: a criação da Associação Agroextrativista do Auati-Paraná – AAPA	44
2.5. A disputa pelo monopólio do manejo pesqueiro: o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa – IDS	54
2.6. A Colônia de Pescadores e a Associação de Pescadores.....	61
2.7. “Tem que zelar e cuidar dela como se fosse de vocês”: a gestão da Resex Auati-Paraná	66
2.8. Onde tem conflito não tem manejo: a mediação dos conflitos sociais.....	73
2.9. Conflitos étnicos: “hoje em dia é mais negócio ser indígena do que extrativista ou comunitário”.....	77
2.10. Estabelecendo as Regras: uma nova etiqueta social.....	81
2.11. “Mas daqui, quem foi que não errou?”.....	86
2.12. Princípio de emancipação e a posse do Conselho Deliberativo: “tem que misturar nesse pirarucu muita ética”.....	88
Algumas considerações finais.....	93
Bibliografia Geral.....	97

Introdução

Este trabalho etnográfico e de reconstituição no tempo e histórico trata da sociogênese da Reserva Extrativista Auati-Paraná. A Resex Auati-Paraná foi criada a partir do Decreto de 7 de Agosto de 2001, está localizada no Município de Fonte Boa/Am, possui aproximadamente uma área de 147.597.00 ha. A Resex é contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS Mamirauá.

A partir da perspectiva da configuração social (ELIAS, 1993, 1997) foi possível demarcar uma gênese para este estudo: o processo de formação de lideranças na região do médio e alto solimões através da intervenção da Prelazia de Tefé, e sua intenção de produção de um projeto de vida para as famílias que viviam na região. O discurso da Igreja Católica, como uma solução para a disseminação da pobreza, a falta de compromisso político das instituições estatais, além da ameaça de expulsão do local que escolheram para viver, levou as pessoas a participarem de um processo de formação política, inspirada no movimento dos seringueiros.

O estudo sobre a construção social da Resex Auati-Paraná pode contribuir para um entendimento do processo de criação desse tipo de unidade de conservação no estado do Amazonas. Por meio de entrevistas e acompanhamento de reuniões e assembleias, pude compreender parte do processo que levou as pessoas a se organizarem de maneira a modificar sua condição social.

Esta dissertação possui dois grandes eixos analíticos. O primeiro trata do processo de disciplinarização do espaço social e a tentativa de desnaturalizar a categoria Reserva Extrativista que se configura na Amazônia. Assim, é possível traçar a trajetória de construção dessa categoria num contexto mais amplo, como o da política ambiental brasileira, os diversos modos de regulação territorial pelo Estado e a Igreja, que em alguns momentos exerce esse papel administrativo.

Discuto sobre o ponto de vista abordado sobre o entendimento da categoria Reserva Extrativista como uma produção social híbrida, ou seja, por ela perpassam um conjunto de pressupostos científicos, sociais, políticos que estão constantemente em modificação. Aqui o natural e o político estão conectados. Além do empreendimento deste tipo de unidade de

conservação no modelo de desenvolvimento sustentável, considerado exemplo de exploração dos recursos naturais de forma racional. A partir deste ponto, como a ideia de racionalidade, baseada no modelo econômico neoclássico, muitas vezes coloca questão a viabilidade do extrativismo, um termo muito utilizado pelos economistas, e onde se deixa para segundo plano as relações sociais e a trajetória dos grupos que se empenharam na configuração do projeto Reserva Extrativista na região.

Discuto, em seguida, como a gênese do termo comunidade está intimamente ligada às transformações sociais que foram ocorrendo na região, desde a intervenção do projeto da Igreja Católica na reorganização territorial, até a utilização deste termo como base para o projeto da Reserva Extrativista e como foi essa passagem de localidade para comunidade.

O segundo eixo analítico trata dos efeitos sociais desses novos processos de territorialização, desde o esforço para a construção do projeto político da igreja na formação de lideranças para a criação da Resex Auati-Paraná até o processo de mudança de mediador social da Igreja para o Estado.

São discutidos os principais conflitos surgidos a partir dos modos de regulação dos recursos naturais, engendrados principalmente na questão do manejo da pesca. A relação entre as instituições gestoras e a participação dos comunitários nesse processo, como o momento de criação da Associação Agro-extrativista de Auati-Paraná e, em seguida, o impulso para a criação da Resex Auati-Paraná. A partir desta nova configuração social, os diversos agentes estabelecem as regras que farão parte da composição do quadro de relações sociais. Como nas discussões na assembleia para definição do Plano de Uso da Resex e, posteriormente, na assembleia para posse do seu conselho deliberativo. Assim, este estudo aborda os impasses na regulação social e o uso dos recursos naturais em curso pelo Estado, resultante dos novos modos de territorialização no Amazonas, como no caso específico da Resex Auati-Paraná e as dificuldades na aceitação das novas autoridades.

Uma das principais preocupações na produção desta etnografia foi atentar ao cuidado em não essencializar as questões abordadas, não assumindo o discurso institucional do Estado, assim como o do comunitário, mas num exercício de análise e reconstrução das condições de possibilidade da configuração da região onde se demarcou este novo território.

A escrita desta etnografia foi possível a partir de um trabalho de campo que pode ser caracterizado por dois momentos: o primeiro, em 2007, quando eu fazia parte da equipe

interdisciplinar do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, num trabalho em conjunto entre o Laboratório de Manejo Florestal – LMF e o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental – LAPSEA. A tarefa consistia na realização de visitas aos domicílios das 16 comunidades que compõem a Resex, para a realização de entrevistas semi-estruturadas e observação, como objetivo de se compreender o cotidiano das pessoas e suas percepções a respeito da Resex Auati-Paraná. Essa imersão interdisciplinar no campo resultou num relatório intitulado *Vida social das comunidades da Resex do Auati-Paraná – Fonte Boa/AM* (HIGUCHI et al, 2008), trazendo informações sobre atividades sócio-econômicas, saúde, percepção sobre o espaço, educação, com o intuito de subsidiar a proposta para o plano de manejo da Resex. Assim, pude conhecer cada comunidade que compõe a Resex Auati-Paraná, conversar e entrevistar diversas pessoas, o que contribuiu bastante para um entendimento da inserção desta unidade de conservação na configuração social da região.

No segundo momento, já como estudante de mestrado em antropologia social, dei continuidade a uma nova etapa deste projeto. Com o apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio pude realizar mais duas viagens a campo, uma em 2008, para participar da assembleia de discussão do plano de uso da unidade de conservação; e outra em 2009, para participar da assembleia de posse do conselho deliberativo. Neste segundo momento foi possível constatar que os comunitários me percebiam como uma pesquisadora do INPA, o que não prejudicou o trabalho.

O trabalho de campo teve como prioridade a entrevista com comunitários e com funcionários de instituições envolvidas na gestão da unidade, como os membros da Associação Agro-extrativista do Auati-Paraná, da Colônia e Associação de Pescadores de Fonte Boa, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa, da Paróquia de Fonte Boa, Instituto Mamirauá de Desenvolvimento Sustentável.

Procurei prestar atenção ao “pequeno mundo” instituído nas comunidades, tentando compreender as relações entre moradores e os gestores da unidade. As análises do material obtido com as entrevistas, observação, documentos foram norteadas pelas seguintes questões: quais as principais mudanças sociais ocorreram nas comunidades que constituem a Resex Auati-Paraná; quais os significados que as pessoas envolvidas possuem sobre esta nova situação social; e quais os efeitos sobre a sua posição no mundo social.

Foi possível fazer um levantamento documental e bibliográfico, entrevistas com os diversos agentes sociais que participaram do processo de criação e gestão da Resex, um trabalho realizado em Fonte Boa e Manaus. Assim, foi possível compreender as condições sociais que levaram à criação e consolidação da Resex Auati-Paraná, enquanto uma maneira de reivindicar o direito à terra e a produção do espaço social. Destacando a trajetória pessoal e coletiva das pessoas envolvidas e as transformações sociais ocorridas neste momento histórico. Além de problematizar esse entendimento que existe no senso comum no qual as *comunidades tradicionais* vivem em harmonia com a natureza e muitas vezes são confundidos com a paisagem.

O interesse deste estudo está em compreender como se constitui esse “mundo compartimentado” implementado com a Resex, tentei focalizar os indivíduos para compreender sua participação social, levando em conta não apenas seus papéis institucionais, mas outras dimensões de suas vidas. Atentando às relações que as pessoas constituem no mundo da Resex Auati-Paraná que, neste sentido, se constitui como um cenário dessas relações e não como uma unidade principal. Atentando sempre aos significados dessas transformações ocorridas aos comunitários. Para isso, tomei como base a Etnografia multi-situada (MARCUS 1995), que se caracteriza por um exercício de mapear um terreno no sistema mundo, onde o objeto de estudo possui várias dimensões que devemos seguir, como a trama, a biografia, o conflito, saber que na “vida real” não se pode fazer um estudo holístico e com totalidade. Como no caso do objeto de estudo há uma mobilidade, além de estar multiplamente situado, é possível abandonar a dicotomia local-global.

Durante este período acompanhei de perto o trabalho do secretário da Associação Agro-extrativista de Auati-Paraná – AAPA, Miguel Arantes, dos funcionários do ICMBio e IBAMA. Além de entrevistar várias pessoas que de alguma maneira tinham relação com os trabalhos realizados na Resex, tais como Colônia de Pescadores, Associação de Pescadores, Paróquia de Fonte Boa, Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDS. Procurei ainda seguir as trajetórias individuais dos participantes que antes faziam parte das comunidades e agora ocupam cargos importantes de gestão da Resex quanto dos pescadores, extrativistas, comunitários que continuam vivendo em seus locais de nascimento e os efeitos dessa instituição na sua posição no mundo social.

Este trabalho se configurou como uma possibilidade para a reflexão sobre os vários discursos que estão se constituindo sobre essa nova forma de ordenamento territorial na chamada região amazônica, não apenas do ponto de vista da normatização, mas daqueles que vivem dentro do que foi constituído como reserva extrativista, e os mecanismos de resistência à imposições burocráticas e as possíveis formas de negociações nesse processo.

Parte 1 - A disciplinarização do espaço: desnaturalizando a política ambiental brasileira e a categoria Reserva Extrativista

1.1. A construção da categoria Amazônia a partir do projeto moderno

Amazônia tem sido uma categoria produzida por diversos segmentos das ciências humanas e foi preciso caracterizar e fixar essa região no espaço e no tempo. A ideia de região se fixa como um objeto de luta entre os cientistas, e se constitui como o ato mágico que decreta artificialmente os limites, fixa as fronteiras, separa o interior do exterior (BOURDIEU, 2004). Um ato de conhecimento que define a divisão legítima do mundo social, por meio da luta pelo monopólio da definição legítima entre as ciências que encararam essa difícil tarefa, como a geografia, economia, história, etnologia e sociologia. É impossível pensar em região amazônia, ou em Amazônia, sem perceber que se trata de uma categoria contingente, datada, variável de acordo com a configuração social. Portanto, a definição de Amazônia incorre na luta pela anexação a um espaço científico cuja autoridade é partilhada por várias disciplinas. Foi preciso defini-la por meio da objetividade científica, carregada pela ciência-experiência (seja em laboratório ou *in loco*) na busca pela verdade que a ilusão da evidência insiste em instituir. Bourdieu (1997) chama atenção para a tentativa de rompimento com o preconceito das ideias recebidas, no qual a ilusão empirista contribui para o reforço de uma *doxa*, da tendência à naturalização do que é visto.

Neste sentido, deslocar a Amazônia, e todos os significados que esta categoria carrega, do mundo natural para o mundo social exige um esforço no qual a sociedade deve ocupar um espaço que sempre foi dominado pela natureza, *doxa* fundamentada no projeto moderno de separação entre natureza e cultura. Dominar a natureza significa evoluir, territorializando a cultura no primordialismo, de base biológica, de seres humanos adaptáveis, ligados por uma ancestralidade, de maneira a desenvolver suas atividades econômicas segundo as características regionais. Assim, diversos projetos para dominação da região, sempre a partir do ponto de vista do desenvolvimento econômico, foram implementados na Amazônia, num esforço de justificar o valor material deste capital verde

para o Brasil e o mundo.

No âmbito da economia onde foram tecidos diversos planos de desenvolvimento regional, além projetos governamentais de ordem colonizadora, Mahar (1978) enumera o que considera os principais planos, no início do século XX: o Plano de Defesa da Borracha, em 1912 e durou pouco mais de um ano; a “Batalha da Borracha”, de 1942 a 1947. Um período classificado por este autor como um esforço para recuperar a economia da borracha, um conceito limitado de desenvolvimento por diversos planejadores regionais julgarem que poderiam resgatar o “surto da borracha”.

Mais tarde, em 1951, é proposto o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pelo senador Álvaro Adolpho. Para execução deste plano foi instituída em janeiro de 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Essa iniciativa foi possível a partir da base o cenário do pós-guerra, no qual a intervenção do Estado Nacional na economia ganhou força, junto com os pressupostos de da eficácia do planejamento do desenvolvimento regional. Tais ideias influenciaram as estratégias para uma modernização da Amazônia a partir da intervenção estatal, e que contribuíram para a implementação deste programa de desenvolvimento financiado por uma parcela de 3% de impostos federais durante vinte anos (MONTEIRO & COELHO, 2004).

Por meio deste Plano é possível perceber que o processo de construção dos saberes sobre a Amazônia, passou por diversos esquemas explicativos e o que parece ser o mais recorrente é do discurso utilitarista da região, tendo agora não mais as ciências naturais para fixar estes saberes, mas força do Estado para a implementação desse projeto. A Amazônia é naturalizada e conformada enquanto imenso bem – algumas vezes nacional outras vezes mundial, daí a ênfase no discurso da Amazônia como cobiça internacional – a ser valorizado para contribuir para o crescimento econômico do país. Trata-se de um projeto governamental com base na ciência econômica, reforçado pelas ciências naturais na hegemonia da definição e delimitação da região para posteriormente atribuí-la uma função universal. O ponto de vista do bem universal proporcionou a cobrança e maior empenho na descoberta de sua vocação.

Douglas e Isherwood (2006) criticam essa noção utilitarista dos bens, como uma necessidade básica à sobrevivência, assim como a concepção moralista, observada entre os ambientalistas, de que os bens tratam apenas de futilidades do mundo material. Esse discurso-prática impõe a hegemonia do terror e reforça a dicotomia homem-natureza, do

homem resignado que destrói a natureza e espera pacientemente o mundo acabar; um discurso imbuído de posições políticas, resguardado pelas ciências, que aqui é usada a favor da moral estabelecida.

Diferente do discurso dos ambientalistas, Douglas e Isherwood percebem os bens são produções sociais, símbolos ou canais de comunicação que afirmam categorias sociais. Levar a sério a função comunicativa dos bens é o início para uma discussão mais refinada sobre esses papéis sociais, pois “se uma pessoa nasce como um ser comunicativo, e nasce dependente dos outros, nós certamente devemos assumir que algum poder comunicativo inerente é parte do equipamento nativo” (DOUGLAS, 2007). A base da ciência econômica na formulação desses projetos de salva-guarda da Amazônia contribui para o estabelecimento de um modelo abstrato e simplificado dos processos sociais, principalmente este na noção circulação de pessoas e de bens, e todas as relações sociais são encaixadas em modelos estatísticos da econometria.

Ao serem construídos, esses planos de desenvolvimento seguem um padrão baseado nas ciências naturais para o que se quer definir e delimitar como Amazônia. No que compete ao Plano de Valorização (1951),

a delimitação da região amazônica, que se refere o dispositivo constitucional, foi o primeiro problema que se cogitou o projeto. (...) conceito de Amazônia tem, para efeito de planejamento econômico, poderia ter um maior ou menor elástico, tal o critério que se tivesse de admitir na determinação desses limites. Por isso é que entendemos que essa conceituação, para ficar em harmonia com a intenção do legislador constituinte, deve orientar-se por um critério estritamente econômico. (p. 11)

Por que essa preocupação em definir esta categoria? Para dominar é preciso conhecer, controlar, estabelecer limites, territorializar. Após diversas discussões chegou-se ao consenso de critério de definição: o dispositivo legislativo obedeceu a um critério geográfico e econômico, levando em conta a crença na homogeneidade da cobertura botânica e a economia humana subordinada ao imperativo do meio ambiente. Sendo necessário “procurar a verdadeira solução do problema da floresta” (p. 25) para que a economia racionalizada possa valorizar as riquezas da Amazônia. A partir da linguagem científica, ciências naturais e econômicas, pode-se ter um domínio da verdade e se instituir os dispositivos para o advento da classificação racional, do controle da natureza, da vida e do encerramento dos seus elementos, como no trecho acima citado.

Essa construção passou por um longo processo histórico. Era e ainda é preciso estudar as potencialidades naturais da floresta por meio de expedições científicas para que a região possa sair do atraso. No passado, século XVIII e XIX, as viagens filosóficas tinham essa função, e hoje as expedições interdisciplinares encomendadas por instituições de pesquisa e de gestão ambiental exercem o monopólio do saber: é a ciência ainda empenhada para o progresso. Uma das expedições mais conhecidas foi a coordenada por Alexandre Rodrigues Ferreira, que viajou pela Amazônia de 1783 a 1791. De acordo com Pádua (2002), foi no contexto dessas pesquisas de campo que os intelectuais começaram a perceber que os recursos naturais das colônias portuguesas estavam sendo destruídos antes que se aproveitasse esse potencial econômico. É necessário conhecer para se explorar racionalmente na obtenção de outros tipos de bens.

O esforço para desnaturalizar esta categoria não é uma empresa fácil, pois há todo um conjunto de saberes e definições estabelecidas pela missão civilizadora colonialista, que deu origem a um material essencializante, conforme Said (2007), produzindo um repertório próprio para a região. Assim como o europeu constituiu sua imagem a partir do oriental, a comunidade científica construiu sua imagem a partir do exótico amazônico. Há uma preocupação em desvendar este exótico e ao mesmo tempo reificar este adjetivo. Por mais que o desejado progresso se concretize, existe um interesse em purificar e congelar a imagem da Amazônia do índio puro e legítimo, do *caboco* preguiçoso e indolente, da natureza sustentável dos *povos da floresta*.

Tal como no trabalho de von Martius, naturalista alemão com base em expedições feitas no século XIX, concluiu que o índio era o resultado da estagnação de uma raça, um tipo que estagnou moralmente na infância e ao mesmo tempo na velhice por possuir uma inaptidão para o progresso. O índio não tem utilidade como súdito do rei, faria apenas parte de um documento, um fóssil vivo da história primitiva do Brasil (NOELLI e FERREIRA, 2007). Ele articulava os saberes da filologia, etnografia e arqueologia, numa tentativa de promover a etnogênese dessas populações.

Diversas essências amazônicas foram cristalizadas no repertório que domina e autoriza quem pode e o que se pode falar sobre a Amazônia. Definições que naturalizam e separam a Amazônia da humanidade. O lugar da região nos tratados acadêmicos, na literatura ou nos dispositivos do Estado se esforçam para estabelecer “um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem se feito um considerável investimento

material” (SAID, 2007). Não se trata apenas de saberes técnico-científicos, mas o que está em jogo é o caráter político de toda essa produção intelectual. Said afirma que o Oriente é uma invenção do ocidental, e que o orientalismo

é antes a *distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos; é a *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de “interesses” que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa *vontade* ou *intenção* de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestadamente diferente (ou alternativo e novo) (p. 40-41).

A Amazônia é produto da abstração do biólogo, do economista, do sociólogo do antropólogo, devidamente amparados pelo Estado com seu aparato técnico-administrativo, dotada de critérios que carregam o discurso da modernidade. Este discurso está em conformidade com o exercício de desvendar o desconhecido, como já foi discutido anteriormente, e é preciso compreender a imensidão exótica que constitui a Amazônia e seus diversos elementos: eis o projeto moderno.

Latour (1994) mostra que a palavra moderno carrega os pressupostos de dois conjuntos de práticas distintas: o primeiro que ele chamou de redes, há a misturas mistura de novos seres híbridos de natureza e cultura; no segundo, que chamou de crítica, por meio de um processo de purificação cria duas zonas ontológicas distintas, de um lado os humanos e de outro os não-humanos. O primeiro conjunto conecta os diversos planos que compõem a relação entre o mundo natural e o político, como por exemplo os problemas ambientais relacionados com as estratégias econômicas, científicas, políticas, industriais e sociais. Já no segundo há uma separação entre o mundo natural e o mundo social.

Ele chama atenção para a importância da atenção a esses dois tipos de exercício: a purificação e a hibridação. A separação que a modernidade faz entre o mundo natural e o social se apoia na crença de uma assimetria entre os sujeitos. “Ninguém se colocou em posição de estudar os políticos e os cientistas simetricamente, já que parecia não haver lugar central” (p. 19). Desta maneira, o projeto moderno falhou ao tentar separar e purificar o objeto de estudo, criando um hibridismo entre sujeito e objeto. Em outros termos purificar significa separar dois mundos considerados sem relação; a hibridação significa misturar, conectar esses dois mundos – natureza e cultura – renegando a proibição,

renegando a verdade das ciências instituídas. Latour propõe a teoria do ator-rede, na qual a partir de uma simetria entre humanos e não-humanos todas as coisas possuem o mesmo estatuto.

Nesta separação cabe aos juristas a tarefa de instituir as constituições políticas e aos cientistas definir o estatuto da natureza das coisas, negando o caráter híbrido das questões estudadas. O autor propõe um engajamento na “tradução” desse caráter híbrido, tomando o ponto de vista simétrico entre sujeito e objeto, ou seja, entre o pesquisador e o pesquisado. Portanto, a tarefa do antropólogo do mundo moderno “consiste em descrever da mesma maneira como se organizam todos os ramos de nosso governo, inclusive os da natureza e das ciências exatas, e também em explicar como e por que estes ramos se separam, assim como os múltiplos arranjos que os reúnem” (p. 21). Não basta fazer uma sociologia crítica na difícil e sagrada tarefa de desvelar o mundo social, da imposição de uma verdade absoluta na qual a construção se confunde com realidade, ou seja, denunciando e revelando às falsas consciências os verdadeiros interesses.

Partindo desses pressupostos, este texto propõe a sociogênese de uma unidade de conservação, abandonando a hegemonia do estudo da sociedade em totalidade, mas tentando compreender as fronteiras da interdependência entre os fatos específicos da configuração social (ELIAS, 1993), levando em consideração que a configuração do campo social é diferenciado, dinâmico e carregado de tensões. Além disso, percebendo a dimensão dessa Amazônia produzida pelo projeto moderno, homogeneizada e naturalizada arbitrariamente, por meio do ato político-administrativo da constituição dos dispositivos de ordenação territorial.

1.2. A política ambiental brasileira e os modos de regulação territorial

A compreensão da dimensão da organização territorial do ambiente natural brasileiro, com a implementação das unidades de conservação exige não somente o mapeamento das características do ambiente físico, mas a apreensão dos conceitos específicos nas relações entre os agentes sociais, os dispositivos institucionais e os diversos elementos que tornaram possível essa construção de uma sociedade e num tempo particular

(BARRETO FILHO, 2001). Daí a necessidade neste estudo de se compreender que estamos lidando com diversos tipos de concepções sobre o espaço e seu ordenamento, tais como as definições legais e jurídicas, técnico-científicas, *saberes tradicionais*, assim como diversos segmentos como movimentos sociais, instituições conservacionistas, instituições financeiras, entre outros. Concepções estas que na prática modificam o espaço e as lógicas disciplinares do ambiente natural e as relações sociais produzidas.

A disciplina neste caso não responde a uma voz externa de comando, mas a uma compulsão interna indistinguível da vontade individual, pois as instituições são as condições de possibilidade que definem espacialmente as zonas nas quais a disciplina se mantém (HARDT & NEGRI, 2005). Portanto, a exploração racional dos recursos naturais, esta razão da disciplina é o que alimenta os mecanismos de controle, entre outras coisas trata-se de um mecanismo de auto-coação (ELIAS, 1993, 1997), que faz parte do processo civilizador que vai se tornando mais forte que a coação externa. No caso da Amazônia, civilizar significa desenvolver a região de maneira sustentável, através da razão científica e de mercado.

Durante esse processo é necessário analisar criticamente no transcurso do estudo as evidências, tanto no plano teórico quanto no empírico, não de maneira purificada como desejam os cientistas naturais, mas tentar se desvencilhar dos poderes de contágio das pré-noções, para tentar compreender como estão dispostos os elementos que criam e ordenam as evidências. No caso do estudo das unidades de conservação, tentar romper com o pensamento substancialista (BOURDIEU, 1997) na análise das estruturas desse espaço social e do espaço físico e perceber como são construídas as definições para cada elemento envolvido nas questões abordadas.

A frequente leitura normativa das unidades de conservação, promove o fortalecimento de um discurso e uma prática do povoamento de um território, que tinha necessidade de ser explorado e civilizado, ou seja, a natureza seria gradualmente transformada em cultura. Por meio dessa abordagem dualista dos componentes que constituem a categoria Amazônia, percebe-se que ainda é reproduzido um discurso muito próprio e autoritário sobre essa imensa área verde, considerada vazia e homogênea e que precisa ser protegida dos ataques do *ethos* consumista e destruidor contemporâneo. Conseqüentemente, foram criadas políticas para o ordenamento desse território que carrega uma categoria plena de significados, que vai desde um aspecto “conservacionista” ao

“desenvolvimentista”. Assim, as políticas governamentais de criação das unidades de conservação podem ser consideradas um instrumento regulador na política ambiental de apropriação dos recursos naturais brasileiros.

Seja qual for a categoria de unidade de conservação é necessário compreender sua criação e implementação no contexto do tempo e do lugar que ocorre, que trata-se de uma questão política, social e econômica. Segundo Pádua (2002), a crença no mito de origem das unidades de conservação pautado na criação do parque norte-americano *Yellowstone* tende a obscurecer o interesse brasileiro em conservar o meio ambiente desde o século XVIII. O “experimento brasileiro” dos passeios públicos, demonstrou a tradição de uma reflexão ecológico-política antiga no Brasil e estruturada na ideia de que os recursos naturais são um grande trunfo para o progresso brasileiro. A formação do Estado-nação brasileiro passa pela mudança de atitude com relação ao seu maior bem: os recursos naturais. O papel conservacionista brasileiro já dava sinais desde 1658, onde já se falava em proteção de florestas e mananciais. Portanto o interesse em conservar é mais antigo que a experiência norte-americana e veio a se destacar durante a ditadura militar, devido às pressões globais e locais.

A partir dessas afirmações percebe-se um empenho em estabelecer uma nova gênese para o interesse no cuidado com os recursos naturais brasileiros, não mais baseada em experimentos exteriores mas a partir de um entendimento voltado para a história de intelectuais que trabalhavam para instituir a condição de estado-nação brasileiro. Neste caso, o marco fixado é 1786, com o *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, de Baltasar da Silva Lisboa.

Com o esforço de situar histórica e sociologicamente a configuração das Unidades de Conservação de Proteção Integral como um instrumento de política ambiental, Barreto Filho (2001) mostra ainda que havia uma necessidade histórica de uma codificação e disciplinarização dos recursos naturais para fortalecer e promover o progresso do país. O empenho na criação de unidades de conservação, afirma o autor, objetivou a ordenação territorial para uma regulação e apropriação do uso dos recursos naturais como propriedade do Estado.

A disciplinarização do espaço com o ordenamento territorial, baseado no controle dos recursos naturais, ocorreram em diversos países. Vandergeest e Peluso (1995), ao

descrever a experiência na Tailândia, afirmam que os Estados modernos dividem seus territórios dentro de uma política complexa de sobreposições de zonas econômicas. Com isso, há um rearranjo de pessoas e recursos dentro de unidades de conservação, criando regras que vão delinear como e quais destas áreas serão usadas, indicando semelhanças com o projeto das Reservas Extrativistas brasileiras. Estes autores afirmam ainda que a territorialidade imposta pelo Estado está baseada no que chamam de estado abstrato, ou seja, uma configuração homogênea formada por unidades territoriais de diversas categorias, produzidos por governos soberanos e militares. Assim, nesta territorialização estatal, o controle dos recursos naturais implica na mobilização dos meios coercivos dentro das fronteiras nacionais. Mas a ideia de territorialização aqui ainda está ligada ao aspecto físico, do deslocamento forçado de pessoas no espaço físico.

No caso brasileiro, a partir da década de 1920 e principalmente de 1930 houve grande produção legislativa com o intuito de gerir os recursos naturais. Esse processo se intensificou a partir do final da década de 1970, e o que parecia um paradoxo no governo da ditadura militar – o caráter liberal-desenvolvimentista ao mesmo tempo em que instaurava um planejamento conservacionista rígido e autoritário da Amazônia – apenas fortificou o entendimento de que conservar implicava num domínio técnico-burocrático das unidades de conservação, o que contribuía para o projeto desenvolvimentista da ditadura.

A política ambiental militar brasileira inicialmente se caracterizou por incentivo à ocupação demográfica e de desenvolvimento econômico da Amazônia, a chamada política de integração nacional, que já vinha sendo elaborada desde os anos 50, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, conforme discutido anteriormente. Esta política se estabeleceu com vários planos regionais, Operação Amazônia, Plano de Integração Nacional, Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia, com o objetivo de desenvolver a infra-estrutura, incentivos a créditos fiscais, créditos subsidiados para atrair as empresas que pudessem desempenhar esse papel “empreendedor”, permitindo a colonização pública e implementar grandes projetos agropastoris.

Kohlhepp (2002) classifica essa ação para o desenvolvimento da Amazônia em duas categorias:

- a) ação estatal: para infra-estrutura, colonização rural, atração de investidores

privados em projetos aprovados pelo Estado;

b) ação privada: investimentos em todos os setores econômicos, principalmente em setores como criação de gado, indústria e projetos de mineração.

Contudo, apesar dessa política desenvolvimentista, o governo militar também demonstrou interesse numa política conservacionista. A “operação amazônia” abarcava não apenas uma política de proteção das fronteiras contra o inimigo externo e a cobiça internacional, que coincidia com as frágeis fronteiras amazônicas, mas num conjunto de estratégias cuja preocupação principal era a superação do atraso. A partir de 1979 ocorreu um grande impulso para a criação de novas unidades de conservação de uso indireto, particularmente na Amazônia. As medidas conservacionistas coincidiram com a frente de expansão agrícola na região, que segundo Barreto Filho (2001) trata-se de:

um conjunto de ações engendrado no contexto do regime militar, visando a um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento no país, de caráter centralizado e hegemonicamente econômico, e à apropriação da dimensão política do espaço como forma de controle social. (p. 162)

A base dessa “política conservadora”, por meio do domínio científico-tecnológico, trata-se do controle autoritário e racional do Estado. Controle este que acompanhou os diversos planos nacionais de desenvolvimento da região, que ocorreu no âmbito das atividades econômicas, no plano político, social e de defesa do país (principalmente das fronteiras), com a justificativa de que resultaria no progresso e desenvolvimento do país, mas sempre pautado na economia de mercado.

A partir do momento em que o do Estado, enquanto um mecanismo de estratificação – um fenômeno que opera em pontos de diversas ordens: geográficas, étnicas, linguísticas, morais, econômicas, tecnológicas – ele forma um conjunto de elementos hierarquizados de maneira vertical, inibindo, retardando ou controlando as relações.

Segundo Deleuze & Guattari (1996):

o Estado não é um ponto que toma para si a responsabilidade dos outros, mas uma caixa de ressonância para todos os pontos. E mesmo quando o Estado é totalitário, sua função de ressonância para centros e segmentos distintos não muda: ela apenas se dá em condições de caso fechado, de isolamento que aumenta seu alcance interno, ou redobra a “ressonância” através de um “movimento forçado” (p. 105).

Portanto, o Estado opera a partir de dispositivos jurídicos, como a estratégia que torna possível o exercício imanente e efetivo da disciplina. O que está em jogo aqui são as estratégias de uso dos recursos naturais e suas consequências no plano local-global. Por meio de mecanismos de interdição e sanção, ele estabelece uma função da regulação da vida, na qual as pessoas vão aprendendo como viver e se relacionar na coletividade.

Nessa operação, o Estado cria estereótipos para estabelecer a ilusão de uma estabilidade e fortaleza, tentando envolver aos que fazem parte da sua composição, reificando e tentando criar estruturas de regulação das relações sociais. Herzfeld (2008) afirma que a vida social está a todo momento passando por processos de reificação e essencialismos, assim como de quebra desses processos, nos quais o Estado despoetiza a vida social e estabelece por meio da norma os estereótipos que compõem o nacionalismo. Para Herzfeld, o “essencial da poética social é tratar o essencialismo como uma estratégia social” (p. 237), essa poética do lugar-comum é uma forma de os membros de um grupo social adaptam e readaptam sua iconicidade imaginada. É na interseção entre a experiência cotidiana e as estruturas de poder que a poética social é afetada, tornando possível a efetividade dos estereótipos.

A intervenção estatal na criação de novos espaços, como as unidades de conservação, cria não apenas documentos de ordem jurídica ou técnico-científica, mas contribui para a modificação dos referenciais das pessoas que ocupam o espaço das chamadas unidades de conservação. Por meio do *dispositivo* (FOUCAULT, 1988) de proteção da natureza aos ataques humanos, essa estratégia modifica bruscamente as relações sociais. Por muito tempo a presença humana nessas unidades de conservação foi considerada um entrave para a proteção, pois a lógica que se estabelece ainda é a da dicotomia natureza/cultura. A aceitação humana ocorreu a partir da possibilidade de regulação e um maior controle do uso dos recursos naturais nessas áreas é o resultado de décadas de discussões deu origem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Lei Federal nº 9.895, de 2000.

Com a implementação da Zona Franca de Manaus, uma das medidas do projeto desenvolvimentista na Amazônia, se realiza mais uma etapa no “processo de internacionalização da economia brasileira” (BARRETO FILHO, 2001, p. 135), tendo como principal estratégia os incentivos fiscais como atrativos para as empresas

internacionais. Com isso foi possível o domínio da vastidão do território amazônico, baseado nos princípios: guardar – aproveitar – desenvolver, a base do governo ditatorial. O autor conclui ainda que a relação entre o planejamento do desenvolvimento do país e a apropriação política do espaço é uma forma de controle social.

A crescente atuação da norma, sustentada pelo poder jurídico, levou a uma distribuição entre as pessoas de um valor e uma utilidade. Cada um tem consciência do seu valor neste cenário no qual o Estado tenta burocratizar papéis sociais.

um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (...) uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. (FOUCAULT, 2001)

O poder que estabelece os limites do uso dos recursos naturais se constitui como uma mecânica limitativa, não por meio da proibição, mas da internalização da coação, ressonante que regula e despoetiza as relações sociais.

1.3. As Reservas Extrativistas e o estatuto do desenvolvimento sustentável

Na contramão dessas políticas governamentais, de suas consequências – como a escassez dos recursos naturais causados pelo desmatamento e a ausência de políticas públicas para a promoção qualidade de vida das pessoas – diversos grupos politizados começaram a aparecer num cenário que chamava atenção apenas à degradação ambiental, fruto de uma política conservacionista que negava a existência de pessoas nesse locais mais afetados. É no contexto de reivindicação e luta pelos direitos à terra e ao uso dos recursos naturais que as Reservas Extrativistas são criadas e implementadas. Destacando que esta modalidade de unidade de conservação não surge de maneira isolada, mas é fruto de uma configuração criada pela revindicação de “unidades de mobilização” (ALMEIDA, 1994), ou seja, forças sociais que, embora heterogêneas, produzem alterações nos “padrões tradicionais de relações política com os centro de poder e com instancias de intermediação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detém o poder local” (p.

523 – 524). O que se constituiu com uma reação às políticas governamentais cujo objetivo era a estimulação à produção agrícola e a chamada “fixação do homem à terra”, como uma reprodução de políticas governamentais.

Com a grande pressão de diversos setores da sociedade (como organizações não-governamentais e os movimentos sociais), o governo respondeu com uma política ambiental “de caráter nacionalista e o afunilamento de seus canais de interlocução face às demandas daqueles movimentos, concentrando a autoridade num único centro de poder, visando disciplinar e centralizar as decisões relativas à Amazônia” (BARRETO FILHO, 2006, 132). Contudo, as estratégias desenvolvidas pelos principais interessados, os seringueiros, mobilizando órgãos internacionais levou à criação da primeira Reservas Extrativista brasileira, a Resex do Alto Juruá (Acre).

A criação das Reservas Extrativistas marcou a tentativa de solucionar os principais problemas enfrentados pelos seringueiros, que carregavam uma história marcada pelo endividamento nos barracões, no sistema de aviação, como “resultado de uma contabilidade de caráter extorsivo” (O'DWYER, 2003, p. 75), além da guerra contra os invasores e madeireiros. O processo de criação das unidades de conservação, que durante as décadas de 70 e 80 respondia apenas aos interesses do governo, numa ordenação artificial e instrumental do território, e num sistema no qual o envolvimento das pessoas do local era ignorado, parecia então encontrar no elemento da mobilização das pessoas uma maneira de modificar a configuração social.

As Reservas Extrativistas, enquanto uma categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são o produto de políticas governamentais de ordenamento territorial. Porém sua existência possui uma história peculiar, diferente de uma estratégia conservacionista em vigor desde os primórdios das discussões sobre unidades de conservação. Às Reservas Extrativistas são atribuídas as lutas do movimento dos Seringueiros nos anos 70 e 80, no qual um dos personagens de destaque foi Chico Mendes, e após o seu assassinato foi criada a primeira reserva extrativista no estado do Acre.

A contraposição ao sistema de aviação, ao crescimento da pecuária e da exploração da madeira, com o incentivo das políticas governamentais a partir de 1985 que visavam abrir mercados, levou os líderes do movimento dos seringueiros a se organizar não apenas nos empates – ações coletivas com o objetivo de impedir a derrubada da

floresta – , mas numa articulação com a imprensa e outros segmentos para dar visibilidade ao movimento. Num encontro com as autoridades políticas em Brasília foi mencionado pela primeira vez a expressão “Reserva Extrativista”, que inspirada no modelo das “reservas indígenas” (ALMEIDA, 2004), carregava o sentido de criar reservas para os trabalhadores seringueiros. Este conceito surgiu como uma espécie de solução para os problemas locais, além de sugerir que a ocupação coletiva da terra pudesse evitar a sua privatização, além da preservação do meio ambiente. A partir disso são instituídos em âmbito local novos territórios e criados novos personagens ou mesmos novos comportamentos entre as pessoas envolvidas.

Tomando como base a crítica feita por Viveiros de Castro (1992) ao discurso do equilíbrio do homem com o meio natural, com a ideia de populações naturalmente reguladas, também aplicado a populações indígenas. Por isso, é possível compreender as Reservas Extrativistas e seus moradores num embate na produção do discurso da reserva do homem em harmonia com a natureza, do homem que se funde com a fauna e flora, tornando-se um ser passivo e determinado por agentes ambientais. Neste estudo, parte-se do pressuposto que as Reservas Extrativistas foram criadas a partir da agência de diversos setores sociais, num empenho para a modificação do estado de coisas.

Por isso, pensar a Reserva Extrativista sob o ponto de vista simétrico (LATOUR, 1994), significa trazer a discussão para um enfrentamento dos conhecimentos aderidos sobre a natureza e sobre a floresta, é exigir o erro das verdades e o fim das certezas. Escapando das amarras da hegemonia das ciências naturais e exatas sobre a Amazônia e sobre as ciências humanas. Prevalecendo a forte concorrência entre as ciências verdadeiras, que não podem ser contestadas e as falsas, que estão ligadas ao contexto social. É perceber que todo este conjunto de regras e relações de poder está constantemente em risco. Isso significa dizer que a existência das unidades não obriga de fato o encerramento das pessoas dentro daquele mundo social, mas uma constante negociação entre o que é imposto e o que se quer produzir.

Assim, o conceito de Reserva Extrativista não surgiu de maneira neutra e pura, mas trata-se de todo um campo de possíveis que se constituiu, por meio corpo elaborado por uma teoria e uma prática que respondem às diversas situações sociais. Desta maneira, retomando Said (2007), conforme já discutido, há todo um aparato intelectual, burocrático

e técnico que possibilita a existência do conjunto de definições para unidade de conservação e Reservas Extrativistas. Trata-se de um conjunto de discursos, aparados pelo poder político, social, cultural especializados que propõe uma prática inventada, um conjunto de comportamentos criados para a efetivação desses discursos.

A realidade na Resex estudada é o estabelecimento de novos modos de utilização do espaço, modelos que carregam dizeres instituídos burocraticamente. Como um projeto que inicialmente se configura como um empenho na modificação da condição social das pessoas foi se transformando a ponto de se estabelecer um conjunto de modos de regulação social? A partir de então, “onde há conflito, não há manejo”, o lema das instituições gestoras, se constitui como uma das maneiras de se estabelecer o processo civilizatório: o uso racional dos recursos naturais. Para isso é preciso encontrar e tratar dos acordos, porque, segundo discutido por uma analista ambiental em assembleia,

a regra número um do manejo é não ter conflito, é não ter briga, porque se tiver conflito, se tiver briga o manejo não vai ser liberado, entenderam? A gente tem a experiência com a Santa União e a Itaboca, então vocês vão ter que fazer um planejamento. Se amanhã ou depois vocês não derem conta a atividade pode ser paralisada no meio.

A administração da unidade pauta-se na tentativa de “gestão de conflitos”, muitas vezes engendrados a partir do empenho na burocratização da unidade. Com isso, os novos conflitos criados artificialmente por meio da partilha dos territórios dão outro sentido à organização nesse mundo em questão. Segundo seu Severino, da comunidade São Luiz, “depois do manejo chegou mais confusão. Antes da Resex tinha pessoas que se achavam donos das comunidades e a gente não podia trabalhar, não podia pescar. Mas agora a gente entra em conflito com outras comunidades por causa dos lagos”.

A resolução forçada dos conflitos indica também uma forma de coação externa que é internalizada e passa a regular internamente os impulsos dos comportamentos das pessoas envolvidas. Este movimento faz parte de um processo civilizador (ELIAS, 1993). Civilização é resultado de um processo de auto-regulação por meio do aprendizado do controle dos afetos e pulsões, a fim de que as pessoas possam conviver com consigo e com os outros seres humanos. Assim, Elias afirma que

as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. (p. 194)

Civilizar é, antes de tudo, controlar as emoções, reorganizando os relacionamentos humanos, de tal maneira que as pessoas são obrigadas a conviver numa harmonia que a todo momento é colocada em risco. Implicados nesses processos sociais não programados, há constantes tensões e conflitos ligados ao monopólio dos meios de poder. No caso da Reserva Extrativista torna-se uma maneira de tentar pacificar essa “natureza” individualista e pouco gregária em nome da existência grupal e harmônica.

1.4. Sobre a viabilidade do extrativismo e a ênfase no modelo econômico-financeiro

Almeida (2004) observa que a visibilidade dos seringueiros trouxe a tona diversas avaliações sobre o movimento dos seringueiros e a sua atuação local e mundial, colocando em questão a autenticidade do movimento enquanto um vetor de reivindicação dos direitos das pessoas envolvidas. Essa mudança ou passagem de uma condição de invisibilidade para a visibilidade e o protagonismo em questões que interessavam a sociedade em geral, como a proteção do meio ambiente, levaram essas pessoas no processo de criação das Resex não apenas assumirem uma posição de destaque na mídia, mas uma responsabilidade em “guardar” o meio ambiente, ou aquilo que na linguagem institucional midiática e mediata representa os recursos para o futuro da humanidade. Isso foi um ponto de partida para as discussões sobre o papel do extrativismo no mundo. Aquela atividade era encarada por alguns intelectuais brasileiros, conforme discute Pádua (2002), como uma ameaça ao ambiente natural, pois por muito tempo o extrativismo carregou o estigma de depredação, principalmente por um processo histórico brasileiro de uma colonização na qual o objetivo era extrair o máximo dos recursos naturais para sustentar e enriquecer a metrópole.

A coincidência de objetivos e valores no âmbito local e mundial, no caso a resistência ecológica, gerou críticas, principalmente quanto à questão da efetividade da economia extrativista. Lança-se a pergunta: será que o extrativismo é um tipo de atividade

econômica que pode trazer mudanças ou melhoria na qualidade de vida das pessoas envolvidas?

Drummond (2002), ao problematizar sobre o papel do extrativismo e o que ele chama de *prosperidade* das regiões envolvidas, acredita que este setor, assim como o agropecuário, não é tão próspero quanto os setores comercial, industrial e de serviços. Contudo, o autor não se posiciona quanto a elaboração da categoria prosperidade, utiliza esta palavra sem discutir as condições nas quais esta categoria se insere no contexto social. Afirma ainda que as regiões onde ocorre o extrativismo, nos países em desenvolvimento, é possível observar que a “natureza é rica e o povo é pobre” (p. 9), e mais uma vez abandona a discussão sobre o sentido de pobreza e riqueza, dos padrões de consumo, desafiando as conquistas políticas dos movimentos sociais por se pautar no instrumental analítico das estatísticas.

Ao citar autores como Bunker e Freudenburg, Drummond expõe que o extrativismo não passa de um modo de produção subordinado, e proporciona a existência de arquipélagos de pobreza extrativista. E deste modo trata das definições elaboradas pela tradição da sociologia rural norte-americana, como um discurso formado por um conjunto de pressupostos (amparado por um aporte economicista, mecanicista e estatístico) nos quais o extrativismo não pode ser considerada uma atividade econômica viável para a chamada sustentabilidade de uma região.

O que se discute no modelo econométrico é a vinculação do extrativismo à economia de mercado, deixando escapar o sentido ou estilo de vida dos moradores das reservas extrativistas. Portanto, leva-se em consideração os padrões de produção e consumo em grande escala. E esta preocupação é exemplificada nos modelos que tentam esboçar os possíveis fatores necessários para que a existência do extrativismo proporcione a “prosperidade” da região. Estes fatores, sempre comparado com os setores comerciais, são chamados por ele de “disrupções sociais e biofísicas”, tais como:

- os fenômenos naturais (climáticos, topográficos, geológicos, químicos e biológicos);
- os problemas de distribuição do produto;
- os conflitos sociais gerados no processo produtivo.

Outro autor que considera inviável o desenvolvimento do extrativismo, também sob o ponto de vista da economia neoclássica, Homma (2005) afirma que:

A economia extrativa caracteriza-se pela baixa produtividade da terra e da mão-de-obra, limite da capacidade de oferta, aparecimento de substitutos sintéticos, competição com plantios domesticados, válido enquanto o mercado for restrito ou existir recursos extrativos em grandes estoques, como açaí ou madeira etc. (p. 188)

Tal argumentação sugere que o extrativismo está associado à predação, já que a baixa produtividade da terra e a mão-de-obra são ineficazes, no aspecto da economia de mercado, podem apenas causar prejuízos à natureza. Este autor também está pautado nos pressupostos da economia de mercado porque se posiciona e compõe o discurso da natureza vitimizada pelo homem criminoso. Dentre as diversas abordagens, o sentido e a viabilidade do extrativismo em países em desenvolvimento aparentemente se estabelecem numa espécie de antagonismo: por um lado há os que defendem a inviabilidade do extrativismo por se tratar de um tipo de economia que tende ao desaparecimento; por outro há uma exaltação do modelo de desenvolvimento sustentável.

Ambos apresentam o mesmo fio condutor: a ausência de um aprofundamento na discussão sobre usos sociais e a ênfase do modelo econômico-financeiro como fator primordial de avaliação. É importante ressaltar que tal discussão esteve muito presente em relação à política de reforma agrária brasileira. Na década de 1980, foi colocado em prática o cálculo da renda ou avaliação econômica dos assentamentos rurais. A primeira divulgada pelo BNDES, concluiu que a reforma agrária no Brasil fracassou pelo fato de a renda familiar se fixar num valor inferior a dois salários mínimos. Porém, várias críticas foram feitas aos critérios de avaliação por se basearem no contexto de empresas rurais (CASTRO, 1992). A hegemonia de modelos econômicos impõe a invisibilidade, como mencionado anteriormente, das pessoas que vivem nessas regiões onde o extrativismo é praticado. Constantemente os protagonistas dessa história do envolvimento político pelos direitos do uso dos recursos naturais são relegados ao desaparecimento e enaltecidos os fatores estatísticos, da economia de mercado, além da conservação da natureza.

Em contrapartida, autores como Cavalcanti (2002) ao questionar o sentido de Resex, tenta ultrapassar os moldes da teoria econômica neoclássica quando afirma que

a Resex, na verdade, como uma política ambiental baseada nos princípios da sustentabilidade, só pode ser compreendida quando vista em seu conjunto de múltiplas determinações. De qualquer forma, é insuficiente, por ser genérico, afirmar que as RESEX representam uma proposta mais ampla envolvendo a forma e o uso da terra e a organização da produção em condições de sustentabilidade, até porque a organização da produção, tamanha a diversidade com que ocorre na realidade da reserva, dificulta uma afirmação ampla, tal como frequentemente acontece. (p. 3)

Essa problemática do uso da terra e os interesses no ordenamento territorial, permitiu diversos questionamentos, principalmente no campo da economia, semelhante à antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, colocada pelo governo conservador de 1964, que de certa forma teve um rearranjo político nos anos 90, como observa Delgado (2004), sob o ponto de vista econômico. Segundo este autor, a partir do Golpe Militar de 1964 o pensamento econômico hegemônico no Brasil se baseou nos ideais funcionalista norte-americano, no qual a agricultura está impregnada de cinco funções, a saber:

- 1) liberar mão-de-obra para a indústria;
- 2) gerar oferta de alimentos;
- 3) suprir matérias-primas para a indústria;
- 4) elevar as exportações agrícolas; e
- 5) transferir renda real para o setor urbano.

Percebe-se aqui a dependência entre campo e cidade. O campo só existe a partir da cidade, é a cidade que cria o campo e codifica suas atribuições. Porque nesse jogo “não é mais o Estado que supõe um modo de produção, mas o inverso, é o Estado que faz da produção um modo” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 118).

O discurso das “ilhas de pobreza” extrativistas, das “favelas rurais” (que se multiplicariam, segundo certos preceitos da reforma agrária), até mesmo da marginalidade involuntária, tenta deslocar a ação política das pessoas envolvidas e enfatizar o caráter determinista das relações. Ao argumentar que o movimento dos seringueiros saiu da marginalidade para uma visibilidade mundial, Almeida (2002) afirma que os líderes do movimento ao se apropriarem do discurso ambientalista, de alguma forma o incorporaram em suas práticas cotidianas, criando novos significados para esse discurso de acordo com as práticas já executadas pelos moradores locais, propiciando situações que possibilitaram a criação das Reservas Extrativistas.

A questão da viabilidade ou não do extrativismo é colocada em evidência e esconde outras dimensões que em geral não são abordadas por autores que defendem as abstrações da economia de mercado. Tal problemática deveria ser encarada sob um ponto de vista mais profundo, afinal não se trata apenas de números ou dados estatísticos, mas da produção de existência humana em novos contextos. Há uma moralidade disfarçada nos instrumentos e técnicas científicas, principalmente quando essas novas abordagens se valem de dispositivos utilizados em outros momentos históricos, como essa “visão de equilíbrio” da natureza e a luta pela existência, na qual os seres humanos estão em competição nesse meio natural e onde somente os mais aptos prevalecem. É necessário observar que não se pode eleger apenas um aspecto, o econômico, para se discutir o papel do extrativismo no Brasil, pois a noção de uma organização racional dessa política, por indivíduos racionais é uma abstração, como nos mostra Douglas e Isherwood (2006) ao afirmar que o modo com que as diversas abstrações são feitas pelos teóricos da economia prejudica a possibilidade de entender os diversos aspectos da vida social.

1.5. Caracterizando a Reserva Extrativista Auati-Paraná

Este estudo nasceu a partir da necessidade de se situar e problematizar os efeitos sociais decorrentes da criação da Reserva Extrativista Auati-Paraná. Criada a partir do Decreto de 7 de Agosto de 2001, está localizada no Município de Fonte Boa/Am, possui aproximadamente uma área de 147.597,00 ha e está contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS Mamirauá. Nela residem cerca de 1.400 pessoas, em 16 comunidades, ao longo do paraná – canal entre dois rios – Auati-Paraná, que liga os rios Solimões e Japurá (HIGUCHI et al, 2008).

As comunidades que compõem a Resex Auati-Paraná estão distribuídas tanto à margem direita (dentro dos limites da RDS) quanto esquerda (dentro dos limites da Resex) do paraná. De acordo com as discussões sobre o Plano de Uso da Resex, as comunidades que estão dentro dos limites da Resex, portanto à margem esquerda, são compostas por moradores; já as localizadas nos limites da RDS Mamirauá compõem os usuários da Resex. A partir de uma discussão em assembleia, ocorrida em agosto de 2008, com o objetivo de definir Plano de Uso (ICMBio, 2008) da unidade foi definido que

é considerado **morador** da Resex Auati-Paraná aquele que mora na comunidade localizada na Resex, participa das atividades comunitárias, representa e traz informações à comunidade, respeita as regras de utilização e cuida dos recursos da reserva; e **usuários** são aqueles que moram nas comunidades que estão localizados na margem direita do paraná Auati-Paraná no sentido Rio Solimões-Rio Japurá e têm os mesmos direitos e deveres dos moradores: Luís, Cordeiro, Curimatá de Baixo, Curimatá de Cima, Boca do Inambé, Itaboca”.

Portanto, as comunidades que fazem parte da Resex Auati-Paraná são: Itaboca, São José do Inambé, Boca do Inambé, São Luiz, Barreirinha de Cima, Barreirinha de Baixo, Cordeiro, Castelo, Curimatá de Cima, Curimatá de Baixo, Murinzal, Vencedor, Luiz de Baixo, Miriti, Monte das Oliveiras, Boa Vista do Curimatá, Boca do Pema.

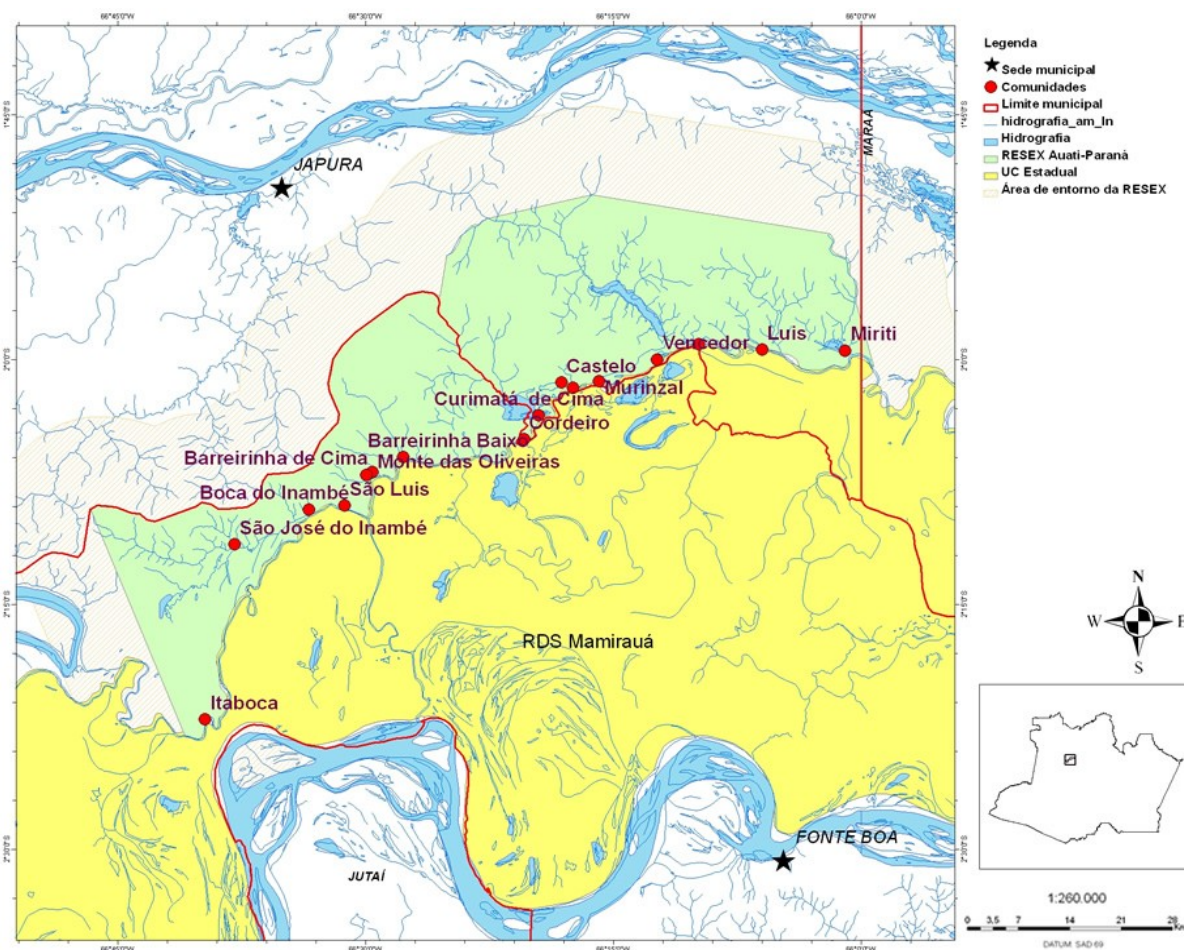


Figura 1: Mapa da Reserva Extrativista Auati-Paraná. Fonte: ICMBio

É importante ressaltar que o objeto deste estudo não foi delimitado a partir da localização geográfica ou dos limites físicos da região, mas priorizou as relações sociais, que não se desfazem com essas fronteiras abstratas, formuladas por meio de dispositivos institucionais, que separam estas duas unidades de conservação arbitrariamente. Esse espaço abstrato, representado pelos mapas formulados institucionalmente, não são vivenciados e construídos pelas pessoas que vivem nessas unidades de conservação. De modo a enfatizar essa diferença entre a experiência das pessoas na construção do traçado de suas vivências, e o traçado abstrato-arbitrário do mapa institucional, estas comunidades não estão configuradas apenas no sentido de unidade territorial orgânica, como explica Geertz (1999), que coordena os aspectos da vida enquanto uma propriedade fundiária, mas nas relações sociais produzidas na região independente dessa localização instituída pelo mapa oficial,

Antes da criação da Resex Auati-Paraná, conforme o Levantamento Sócio-econômico (IBAMA, 1998) feito pelo CNPT essas comunidades viviam do extrativismo da madeira, castanha e borracha (em menor escala). Na agricultura destacavam-se o plantio da mandioca, banana, milho e arroz. A maior ênfase era dada aos recursos pesqueiros de maneira artesanal, que segundo este Levantamento era considerado ainda de baixa produtividade, devido a falta de equipamentos necessários para a conservação do pescado. Além disso, os regatões prejudicavam o pescador, cuja representação por meio da Colônia de Pescadores tentava reivindicar um controle mais sistematizado dessa pesca praticada na região.

Atualmente são desenvolvidas atividades como o manejo do pescado, mais especificamente o pirarucu; além da extração de castanha, produção de farinha e tabaco. A base econômica da região está voltada para o manejo do pescado, principalmente do pirarucu, que, segundo relato de alguns comunitários, trouxe muitas mudanças nas relações sociais, principalmente no surgimento de novos conflitos entre moradores e instituições.

Este estudo trata, partindo da noção de configuração social (ELIAS, 1993), especialmente das especificidades percebidas na Resex Auati-Paraná, investigando como os agentes sociais tornaram possível a sua criação e participam das ações coletivas na região, examinando a produção social desta nova territorialidade, situando os agentes que dela participaram e reconstruindo a dinâmica social de mobilização.

Para se desenhar uma sociogênese não é necessário um entendimento totalizante do objeto de estudo, como um sistema global de compreensão da sociedade, como no estilo estrutural-funcionalista, mas é necessário estabelecer marcos fundamentais para a construção dessa sociogênese. O marco inicial estabelecido neste caso é a formação de lideranças na região estudada, num envolvimento para a criação das unidades de conservação. Como se constituiu a passagem da condição de pescador-agricultor para o comunitário envolvido com as questões sociais ambientais até a existência da Reserva Extrativista e como esses novos modos de territorialização e regulação das relações sociais produziu novos conflitos.

Durante o trabalho de campo, foi possível interagir e observar as discussões sobre a situação atual e o futuro da Resex Auati-Paraná, e tentei sempre levar em consideração a trajetória pessoal e social (BOURDIEU, 2008) dos agentes, pois somente ao compreender essa trajetória e perceber a posição no mundo social é possível compreender como são incorporados os esquemas de construção do mundo social. Situar socialmente o agente nos permite compreender melhor esse mundo que só existe a partir da agência.

Durante o período do trabalho de campo (entre agosto e setembro de 2007, novembro 2008 e abril de 2009), a Resex Auati Paraná tinha como gestora a Engenheira Florestal Leila Sena. Antes de fazer o concurso para o IBAMA ela trabalhou durante anos em terras indígenas, e assumiu ser uma *outsider* da engenharia, que se interessa pelas pessoas e não pelas árvores como um produto a ser explorado. Afirmou que escolheu trabalhar na Resex. Ao assumir um outro cargo no IBAMA, solicitou à instituição que pudesse trabalhar numa reserva extrativista, assim assumiu a gestão da Resex no início de 2007. Desde 2008 tenta conciliar o trabalho na área e o cuidado com seu filho, que diversas vezes acompanhou a mãe nas viagens para a Resex. O quadro de gestores do ICMBio também conta com a participação do analista ambiental Elder Pena, engenheiro agrônomo, formado pela UFAM.

Pude também acompanhar o trabalho do secretário e vice da Associação Agroextrativista do Auati-Paraná – AAPA, os irmãos Miguel e Isaac Arantes. Eles nasceram na comunidade Itaboca e assumiram o trabalho burocrático da associação, mas não abandonaram o trabalho com as pessoas, que acreditam ser fundamental no processo de mobilização das pessoas na gestão da Resex.

O caráter abrangente deste campo de pesquisa, por se tratar de uma Reserva Extrativista, levou à prática da etnografia multi-sitada (MARCUS, 1995), pois não seria possível olhar para a Resex em questão de forma isolada de outras esferas seja em nível local ou estadual e federal. Na verdade, na etnografia multi-situada é abolida a dicotomia local-global, pois o objeto estudado faz parte de um sistema-mundo, por isso ela está desenhada num conjunto de tramas, conjunções ou justaposições, envolvendo diversas instituições e agentes sociais. Para compreender o mundo social que se constitui na Reserva Extrativista estudada é preciso compreender tanto o cenário mundial da política ambiental quanto as relações estabelecidas dentro e no seu entorno.

A opção por chamar os protagonistas dessa pesquisa por comunitários, membros das comunidades que formam a Resex Auati-Paraná, se fundamenta em primeiro lugar a partir da auto-denominação. Ao observar e questionar as pessoas sobre o sentido desta categoria, foi possível ver claramente como este termo é utilizado por todos os entrevistados e possui um significado que remete a uma trajetória prévia, que será discutida a seguir. Em segundo lugar, porque a história da composição desses agrupamentos sociais está extremamente marcado pelo discurso da comunidade cristã, mais especificamente das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. No entanto, é importante destacar que tomarei cuidado com a armadilha das falsas evidências (BOURDIEU, 1997), possibilitando uma problematização deste conceito não como apenas uma categoria abstrata, mas como os protagonistas constroem este conceito.

1.6. O uso do termo comunidade

Esta discussão tem como principal objetivo a tentativa de desnaturalizar as categorias comunidade e comunitário, reconstituindo a produção da categoria e seus usos sociais, às quais são atribuídas as diversas características: a base cristã de comunhão, um caráter primordialista, no qual são associados à estas duas palavras significados da ordem ecológica. Estas categorias não serão usadas neste trabalho de maneira aleatória, mas terei um cuidado de procurar observar os diversos usos sociais e contextos nos quais são empregadas. Partindo deste princípio, é importante destacar que não procuro definir aqui um ou vários sentidos de comunidade, como um conjunto de definições fechadas e

consolidadas, mas problematizar um conceito que ainda hoje é constantemente naturalizado.

Ao investigar o processo de mobilização para a criação da Resex Auati-Paraná foi percebido que seria inevitável um estudo da gênese do termo comunidade na própria Resex, que apesar das características gerais, apresenta particularidades que podem contribuir para o entendimento da formação social das Reservas Extrativistas no estado do Amazonas. Esses dois termos, Reserva Extrativista e comunidade, estão intimamente relacionados já que o comunitário é o tipo ideal de morador de uma unidade de conservação cujo princípio primordial é o desenvolvimento sustentável e a produção para o bem comum.

Para Charles Wagley (1988), o grande projeto do Brasil seria a conquista da Amazônia, colocando em evidência as incertezas do extrativismo, pois a comunidade nesse sentido trata-se de um aglomerado de pessoas sujeitas aos preceitos de sua cultura, ou seja, a comunidade se configura como uma herança cultural. Coloca ainda que o principal motivo para o atraso na região é a incapacidade desse homem de orientar seus esforços na direção de seus próprios interesses. Portanto, essa comunidade herdada por uma cultura atrasada estava fadada ao desaparecimento, daí a intervenção do projeto norte-americano de colonização da Amazônia num contexto histórico muito específico da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Mary Douglas (2007) existe uma crença em “algo chamado comunidade”, na qual os indivíduos colaboram desinteressadamente uns com os outros para construir o bem comum, constituindo uma ideia emotiva e vigorosa. Uma convenção social transparente que precisa de um princípio naturalizador para legitimar como se quer agir.

as condições para que surjam convenções estáveis são muito mais estritas do que se pode parecer. As comunidades não crescem, transformando-se em pequenas instituições e essas não se transformam em grandes instituições seguindo qualquer processo contínuo. Para que uma convenção passe a ser uma instituição social legítima é necessário uma convenção cognitiva paralela que lhe dê apoio. (p. 56)

Esse enfoque é semelhante ao sentido de comunidade de base cristã, mas o desenrolar dessa categoria no mundo real, ultrapassa a condição de envolvimento carismático. Ainda segundo Douglas, apropriar-se de uma ideia é um processo social,

criando convenções e, partindo-se do princípio que a comunidade é uma convenção social institucionalizada, pretende-se discutir esta definição entre os comunitários.

Partindo também do pressuposto da comunidade enquanto um conceito relacional (GUSFIELD, 1975), sem referência de localização geográfica e dando ênfase nas relações humanas, além dos vínculos de similaridade, é possível também compreender comunidade como descreve O'DWYER (2003) quando afirma que este termo é usado:

ao se referirem a um grupo de unidades residenciais reunidas em uma mesma localidade, que adquire certa autonomia em relação aos laços patronais e estabelecem critérios próprios que regulam a utilização e manejo dos recursos ambientais no seu território de uso comum. Deste modo, chamam de comunidade a um grupo de unidades residenciais que não sofre interferência de algum proprietário ou patrão. Consideram que a organização da vida comunitária, no presente, possibilita a tomada de decisões conjuntas no interesse do grupo local de residência, livre dos constrangimentos dos patrões, como no caso da antiga situação de seringal, que estabelecia laços de dependência e dominação. (p. 75)

A experiência do Alto Juruá, descrita por Eliane O'Dwyer (1998, 2003), com as comunidades eclesiais de base também é encontrada na área de estudo em questão. Nesse caso, a categoria comunidade perde o sentido de purificação primordial e ganha o sentido da solidariedade cristã. A utilização desta categoria pode ser compreendida também como uma maneira de idealizar o modo de vida das pessoas residentes em Reservas Extrativistas, que foi disseminado pela Igreja Católica a partir dos anos 70, privilegiando as atividades coletivas que visam o bem comum. Portanto, essas pessoas foram reconhecidas enquanto modelos ideais para viver nesse tipo de unidade de conservação, que segundo Neves (2003) foi um processo de institucionalização de formas de organização para sair da condição de marginalidade e assumir a luta pelos direitos. O comunitário aparece, no contexto da Resex, como uma categoria política.

O trabalho de organização e formação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB – na região foram desenvolvidos pela Prelazia de Tefé também década de 70. É importante ressaltar que as CEBs se estabeleceram após a ditadura militar, num momento em que a igreja católica tinha um caráter majoritariamente conservador (LESBAUPIN, 1997). Além disso, apesar de várias características em comum, elas se constituem como um conjunto heterogêneo, dependendo das características sócio-geográficas e políticas de onde estão instaladas. Em algumas as atividades religiosas tem maior peso, em outras as atividades sócio-políticas são mais importantes. Nenhuma CEB é semelhante a outra, pois cada

projeto se constrói a partir das especificidades do local de trabalho.

No caso das CEBs organizadas pelas Prelazia de Tefé, percebe-se que é instituída importância tanto ao aspecto religioso quanto à participação política. É o fazer político herdado da resistência ao regime militar. Esta Prelazia foi e ainda é responsável pela formação das comunidades em diversos municípios próximos, como Uarini, Japurá, Alvarães, Maraã, Fonte Boa. Faulhaber (1987), ao estudar os processos étnicos na região de Tefé, observou que o termo comunidade era usado para denominar qualquer agrupamento residencial “que implique na constituição de grupos de mobilização potencial” (p. 207). A autora afirma ainda que as CEBs tinham como objetivo a difusão dos valores religiosos, tendo como base um discurso político de transformação social.

Esse tipo de trabalho se confirma no relato de Dom Mario Clemente Neto, atual pároco de Fonte Boa e durante muito tempo foi Bispo de Tefé e esteve a frente da organização dos trabalhos de mobilização comunitária da Prelazia. Dom Mario nasceu em Minas Gerais e está há 28 anos no Amazonas desenvolvendo atividades principalmente na formação de lideranças. Ele explicou que a Prelazia iniciou um trabalho junto às pastorais, motivado pela fé cristã para mobilizar o povo em busca dos seus direitos enquanto cidadãos. A formação de comunidades, segundo Dom Mario, proporcionou a base para a criação de Reservas Extrativistas no Estado do Amazonas, nos municípios de Carauari, Juruá, Jutai e Fonte Boa, que fazem parte da área de atuação da Prelazia de Tefé.

Qual a importância da concepção de comunidade na composição do cenário das Reservas Extrativistas no Amazonas? Sabe-se que o modelo de Reserva Extrativista se configura como uma alternativa ao modelo de economia de mercado, apesar de as instituições gestoras se pautarem no discurso capitalista do uso racional dos recursos naturais. Um conjunto de definições mais tarde capturados pelo Estado e diversas instituições ambientais e cristalizados naquilo que passou a se chamar desenvolvimento sustentável. Apesar de o projeto inicial da Prelazia de Tefé estar ligado à organização social das comunidades com o intuito de assegurar os direitos básicos dos moradores da região, essa noção de comunidade e comunitário passou a ser fortemente marcada como sinônimos dos moradores da floresta, cuja tarefa principal e condição de existência é guardar um bem precioso para a humanidade.

Desta maneira são construídas as utopias sobre os usos sociais das Reservas Extrativistas e no caso da Resex Auati-Paraná este ideal foi se construindo desde a década

de 70, com o trabalho da igreja católica. Percebe-se aí um movimento de transformação das pessoas no contexto social específico. O projeto pedagógico da igreja contribuiu para a preparação dessas pessoas para uma grande responsabilidade, que inicialmente tinha a ver com o grupo e melhores condições de vida, passando a se configurar posteriormente como um serviço de proteção à Natureza. As mudanças nesses padrões de comportamento e concepção do lugar de moradia são marcados por um processo civilizador (ELIAS, 1997), o estabelecimento de um arcabouço de normas e valores, código de comportamento e sentimento numa direção específica. E neste caso se direciona ao processo de produção de saberes sobre um espaço que foi compartimentado e instituído enquanto Resex.

Parte 2 - Os efeitos sociais de territorialização: construindo uma sociogênese da Resex Auati-Paraná

2.1. Processos de territorialização

Seja qual for o aspecto, o ordenamento territorial imposto pelo Estado força a incorporação de um modo de ser e viver neste espaço. No caso da Amazônia percebe-se o estabelecimento de um ethos baseado em diversas utopias sobre “o ser amazônico” enquanto portador da solução para as crises mundiais. Um modo de vida alternativo ao suposto modelo falido da economia neoclássica. Apesar de a história de criação das Reservas Extrativistas carregar um registro de luta dos movimentos sociais num momento histórico muito particular, sua implementação passa, em seguida, por um processo de burocratização que, arbitrariamente, adiciona ao nome Reserva Extrativista o estigma do “desenvolvimento sustentável”.

A definição de território parece estar sempre pautada nas definições do Estado (ALLIÈS, 1980), sendo incorporado a ele um fator físico e social. Quais as consequências locais para esses modelos de colonização/territorialização engendrados na Amazônia na definição e rearranjo dos territórios artificialmente? Territorializar é compartimentar, assim como na abolição da antiga organização tribal com a *Polis* de Clístenes que, a partir do critério geográfico, instrumentalizou o “ideal igualitário” da isonomia no qual as relações sociais passam a se estabelecer por um sistema de relações e correspondências numéricas, substituindo as quatro tribos jônicas da Ática por um sistema de dez contendo os seus demos. Segundo Jean-Pierre Vernant (1987), a história ateniense foi dominada durante muitos anos por três “facções” que lutavam entre pelo poder político. Diz ainda que essas facções revelam um jogo complexo de realidades sociais, as solidariedades tribais e territoriais e cada partido buscando seu nome numa das três regiões que a Ática se divide: os *pediakoi* (da planície, ou pedion, os habitantes da cidade); os *parálios* (do litoral marítimo); e os *diácrias* (homens das montanhas).

Esta maneira arbitrária de reorganização do espaço físico e a territorialização forçada de grupos mostra como esse processo não é neutro, mas carrega vários sentidos de violência. Segundo Deleuze e Guattari (1996), a unidade primitiva e selvagem do desejo é

a terra. A terra não é apenas um aspecto físico e manipulável pelas pessoas através do trabalho, é “a superfície na qual todo o processo de produção se inscreve, onde os objetos, os meios e as forças de trabalho se registram, e os agentes e produtos se distribuem”(p. 144). O processo de territorialização não pode ser compreendido pela perspectiva da repartição geográfica, o empreendimento Clístenes, assim como dos colonizadores em suas colônias se caracterizam por processos de desterritorialização violentos. A Terra perde a sua condição imanente e transcende, passa à condição de unidade do Estado. E nesse processo violento há o interesse não em demarcar a terra, mas em marcar os corpos, a docilização dos corpos (FOUCAULT, 1988), forçando-os a fixar as raízes.

Os territórios produzidos nunca são apenas objetivos, mas são constantemente modificados a partir das condições sociais apresentadas e da agência das pessoas no mundo. Desde a demarcação da Amazônia pelos colonizadores, até a passagem normativadora e mística da igreja católica no processo de imposição de territórios, alterando os espaços de referência das pessoas e moldando num esforço a maneira como elas devem se comportar, viver e perceber o mundo a sua volta.

2.2. A presença dos espiritanos e o projeto político católico

A presença da igreja católica na região estudada esteve encarregada da Congregação do Divino Espírito Santo, que legitimou e moldou os trabalhos da administração local. Popularmente conhecidos como espiritanos, esta instituição trata-se de uma congregação missionária, resultado da união de duas congregações. A primeira foi fundada pelo Pe. Cláudio Poullart no Domingo de Pentecostes de 1703, em Paris e a segunda pelo Pe. Francisco Libermann no ano de 1841. Em 1848, foi formada a Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria.

Inicialmente, por meio das Prelazias e Prefeituras Apostólicas, os espiritanos assumiram o trabalho missionário junto aos indígenas (FAULHABER, 2008). Essa incursão, mais tarde, levou a criação de parcerias entre a igreja católica e o Estado para a constituição política e econômica da região (NEVES, 2006). Isto possibilitou a formação de uma estrutura social e política ligada aos valores cristãos em grande parte de sua área de influência.

O município de Fonte Boa, onde a Resex Auati-Paraná está localizada, também fez parte dessa forma de administração, fazendo parte da região que segundo Tastevin (2008), “a Santa Sé” havia confiado à Congregação dos missionários franceses do Espírito Santo. Na disputa pela dominação da igreja na região, Tastevin (2008) relata que antes da chegada dos capuchinhos esteve em Tonantins e precisou voltar em 1920 “para tratar da questão de nossos limites na região do Japurá e do Auati Parana” (p. 16). Tastevin demonstra ainda o quanto a Amazônia estava recortada e mapeada pela dominação da igreja católica ao descrever a área de atuação dos espíritanos, citando e desenhando a geometria dos territórios pertencentes às outras congregações:

(...) ao norte, temos por vizinhos, os Salesianos italianos encarregados do Rio Negro; a oeste, os Capuchinhos italianos que evangelizam o alto Solimões; a leste e ao sul a diocese de Manaus ou do Amazonas. Mas nossa atuação ultrapassa de muito nosso território, pois o bispo de Manaus nos confiou a evangelização do alto Juruá ao sul (território do Acre) e da paróquia de Coari a leste, ou seja, da bacia do Coari e do Piorini até a boca do Badajós no Solimões às portas de Codajas. (TASTEVIN, 2008, p. 13)

A geometria traçada pelas missões da igreja católica, muito presente no texto de Tastevin, corresponde a uma disposição do que se constituiu como Amazônia, enquanto um quadro. Pois ele se esforça para honrar a missão científica a que foi encarregado pelo *Ministère de L'instruction Publique* e pela *Association pour L'Avancement des Sciences*. Este fato permite a percepção da Amazônia como uma categoria contingente, datada, variável de acordo com as estratégias dominantes. Pertencendo a um campo de disputas não só entre as diversas congregações católicas, mas também entre as diversas ciências, numa verdadeira luta pelo monopólio da definição legítima, como destaca Bourdieu (2004). A luta pela anexação de uma definição a um espaço científico cuja autoridade está “esfacelada” em várias disciplinas.

Segundo Faulhaber (1998) a atuação da igreja católica passou por modificações devido a reestruturação das linhas de atuação da Pastoral da Amazônia na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), definidas em 1972. O conjunto de novas diretrizes pode ser resumido em duas linhas prioritárias:

- 1) Através da “encarnação na realidade” (CNBB 1972:2), pretende-se alcançar um entrosamento pelo conhecimento intelectual e pela vivência, superar o paternalismo e o etnocentrismo, e dar o testemunho do Evangelho na palavra e na ação apostólicas.
- 2) Através da evangelização, da catequese e da liturgia, propõe-se uma ação conscientizadora como pressuposto para a libertação, na descoberta dos valores cristãos e do pronunciamento no sentido da dignidade e da liberdade da pessoa humana e da família. (FAULHABER, 1998, p. 66)

Dentre essas modificações, segundo a autora, se destacou a horizontalização da estrutura eclesial, que incluiu a atuação de agentes leigos na sustentação da mobilização das Comunidades Eclesiais de Base. Este processo também incentivou as alianças entre grupos étnicos diversificados, entre indígenas e ribeirinhos, contribuindo para diminuir a força da consagração religiosa dos vínculos de compadrio, que reafirmavam a relação patrão-cliente.

Segundo Peixoto (1991), no âmbito nacional a ação progressista da Igreja Católica foi uma maneira de reagir à conjuntura política autoritária do regime militar. E além disso, a Igreja foi excluída do bloco de poder instituído na ditadura, que se concentrou na grande burguesia nacional e nas empresas multinacionais. Um fator decisivo para motivar o “reposicionamento do clero excluído no sentido de aliar-se com o povo, em busca de uma base de poder” (p. 151). Um fato marcante na separação da Igreja e do poder militar e este reposicionamento foi a imposição do Ato Institucional nº 5, que massacrava e torturava representantes de diversos setores sociais, inclusive atingindo os religiosos.

A partir deste momento a hierarquia da Igreja foi redirecionada. A aproximação com o povo e com o contexto social fez os padres abrirem os portões da Igreja à objetividade do mundo social e seus membros, com base numa leitura da economia política marxista, passaram a fazer severas críticas ao capitalismo autoritário.

Dentro do projeto social da Igreja, uma meta essencial é a Reforma Agrária, no sentido abrangente de redistribuição da propriedade da terra e a viabilização econômica da produção agrícola familiar. Ao combater a concentração da propriedade e propor a pequena produção agrícola como solução para o problema da pobreza, tanto no campo como na cidade, a Igreja alcança um elevado conceito junto ao povo bem como em amplos setores da sociedade civil, colocando-se, ela própria, como um elemento da solução (PEIXOTO, 1991, p. 153).

A hegemonia da Igreja estava em risco e o novo projeto se constituiu com o empenho pela Reforma Agrária no Brasil para propiciar a redistribuição da terra e a viabilização da economia familiar, combatendo a concentração da propriedade e a pobreza.

2.3. Da localidade à comunidade: construindo o ethos comunitário

Conforme já discutido, a história das primeiras Reservas Extrativistas do estado do Amazonas está intimamente ligada ao trabalho realizado pela igreja católica, por meio das comunidades eclesiais de base. Durante muito tempo essa atuação foi prejudicial para os povos que lá habitavam, no sentido da imposição missionária dos códigos cristãos aos indígenas e da destruição dos saberes desses povos. Segundo relato de comunitários, a organização das pessoas com o intuito da criação da Resex Auati-Paraná está ligada aos supostos problemas na região relacionados às invasões de posseiros, madeireiros e frigoríficos que vinham de Manaus, Manacapuru, Itacoatiara para explorar indiscriminadamente os lagos, tirar madeira, reduzindo o estoque de recursos naturais. A reação a esse tipo de situação remonta à década de 1970, período no qual a Prelazia de Tefé, juntamente com o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) atuavam na região reagrupando em comunidades as diversas famílias que ocupavam as estradas dos antigos seringais.

Segundo do pároco de Fonte Boa, D. Mario Clemente Neto (que neste período foi bispo de Tefé), as antigas localidades (termo que denomina a maneira como as famílias se agrupavam nas antigas estradas de seringa, ou “o tempo dos antigos”) não possuíam uma organização social “mais coletiva”, o que resultava na inexistência de políticas governamentais que priorizassem uma melhor qualidade de vida. Com o discurso pautado no agrupamento das pessoas em comunidades, os representantes desses segmentos reuniam as pessoas para discutir maneiras de melhorar a qualidade de vida, acabar com a pesca predatória e a perseguição dos moradores locais, que passavam muitas privações, além da reivindicação ao direito à terra. A mudança de uma condição resignada e conformada concretizada na dispersão para uma tomada de consciência crítica e participativa foi a principal meta da base progressista da Igreja Católica. A formação política dos cristãos está firmada na fé engajada e no compromisso de uma sociedade mais justa.

Para se compreender as condições de possibilidade para a configuração da Reserva Extrativista Auati-Paraná é necessário remeter à criação da primeira reserva extrativista do Estado do Amazonas: a Resex do Médio Juruá em Carauari, a partir de um movimento que divulgou esse tipo de unidade de conservação no Amazonas. As histórias da mobilização

das chamadas regiões do médio Solimões, médio Juruá e Jutai pelo direito à terra, formam uma espécie de reação em cadeia, iniciada no Acre com a atuação dos seringueiros, até chegar ao Estado do Amazonas com forte participação da igreja católica, com a Prelazia de Tefé e a formação das comunidade eclesiais de base e o MEB (Movimento de Educação de Base) liderando essa formação (DERICKX, 1992; FAULHABER, 1986; NEVES, 2003, 2006). Assim, a criação da Resex Auati-Paraná faz parte desse processo de incorporação da igreja católica num outro contexto, o de animadora de um movimento social.

Segundo Faulhaber (1987) o MEB e a Prelazia de Tefé faziam o treinamento das lideranças comunitárias tendo como base textos sobre sindicalismo, cooperativismo, legislação, entre outros temas que interessavam a formação de pessoal qualificado para liderar os grupos. Além disso, os agentes do MEB ministravam cursos transmitidos pela Rádio de Educação Rural de Tefé a todos os comunitários. Esse tipo de ação pedagógica também foi trabalhada na região onde hoje estão situadas as comunidades que compõem a Resex Auati-Paraná.

Os educadores do MEB e das pastorais pregavam que a *formação de comunidades* seria a solução para os principais problemas locais, como as constantes invasões de exploradores dos recursos naturais, a falta de escolas, gerador, atendimento à saúde, além da forte utilização do discurso de preservação ambiental do movimento de preservação dos lagos. Um movimento que se estabelecia em toda a região do Rio Solimões, no qual a questão da preservação ambiental se colocou, via evangelização, nas discussões sobre como agir diante dos conflitos suscitados pela ação dos pescadores vinculados à economia de mercado. Além disso, segundo o modelo pedagógico do MEB, somente por meio dessa organização de base *comunitária cristã* seria possível não apenas ter acesso aos serviços públicos básicos, mas também ter uma atenção política, uma maneira de se mostrar diante das “autoridades políticas”, que segundo D. Mario, só reconheciam aquelas pessoas nos momentos de busca pelo voto.

Fundamentalmente, a Igreja quer fixar as famílias rurais para sustar as migrações que afetam sobremaneira a prática pastoral. A dispersão do povo é a própria contradição do ideal comunitário católico, campo propício para a pastoral. A aculturação popular requer um trabalho lento e persistente, através do qual os valores pessoais, familiares, sociais e religiosos vão sendo introduzidos metodicamente, até que se consolide uma cosmovisão conformada aos princípios éticos católicos (PEIXOTO, 1991, P. 153).

A estratégia pedagógica do MEB na região do Rio Solimões, pautada na setorização das comunidades, tornou possível um novo arranjo territorial, no qual os ex-seringueiros e seus descendentes eram chamados a deixar as antigas colocações, ou localidades, para se reunir em comunidade, às beiras dos rios. Essa pedagogia consistia no princípio da reunião de pessoas, baseada em laços de consanguíneos e de de vizinhança (NEVES, 2003), privilegiando assim o caráter primordialista nas relações além do associativismo, num sistema referencial cristão, para a luta pelos direitos. O entendimento sobre comunidade, aqui ainda está vinculado ao sentido primordialista, o grupo humano (ou uma comunidade humana para completar o sentido na base biológica/ecológica), além da ancestralidade, de maneira a desenvolver suas atividades econômicas e sociais segundo as características regionais. Complementando essas características da comunidade, a composição associativa desses agrupamentos, contribuiu com a “construção e o encaminhamento de denúncias transformadas em questões políticas” (NEVES, 2003, p. 51). Assim, a questão ambiental se apresentava como um instrumento de mediação para resolver os diversos problemas locais, sendo mediada pela evangelização. A partir daí, foi possível a participação popular num movimento de preservação dos lagos, como um instrumento de resistência aos invasores, grandes comerciantes dos recursos pesqueiros e madeireiros, na tentativa de diminuir a degradação ambiental.

Após a formação das comunidades, a paróquia de Fonte Boa, liderada pelos espíritanos, continuou as atividades de assistência espiritual e social aos moradores da região. Essas atividades tinham como objetivo a manutenção de uma organização social que incentivava a supremacia da coletividade, algo até então não praticado pelas famílias que constituíam as antigas localidades¹, pois seus trabalhos tinham como base a relação familiar e não coletiva. Esta forma de organização prévia era considerada muito “naturalizada” pelos padres, parecendo ser sinônimo do primitivo. Vale ressaltar que em experiências de colonização a fragmentação espacial das famílias era considerada um fator negativo, posição semelhante a dos colonizadores franceses, conforme indica Bourdieu e Sayad (1964), ao demonstrar o privilégio de modelos urbanos de organização territorial como princípio ocupação do espaço em processos colonização em ambientes rurais.

1 Termo utilizado pelos *comunitários* para designar os agrupamentos familiares que ocupavam as antigas estradas dos seringais, antes da atuação do MEB na institucionalização das comunidades.

Assim, a paróquia de Fonte Boa e a Prelazia de Tefé, enquanto mediadoras sociais do processo de formação de lideranças, pregavam a coletividade em detrimento da condição de organização social baseada somente nos laços de parentesco. A comunidade passava, então, a se constituir como uma organização associativa, sem perder o caráter de comunidade cristã. Outro tipo de atuação da paróquia foi a introdução de outros produtos para serem cultivados, no caso da agricultura, como arroz, milho, numa tentativa de diversificar ou civilizar a produção local, com o objetivo de promover a segurança alimentar. Este projeto de diversificação de produtos foi espelhada na pequena produção agrícola sustentável e que pudesse estabelecer uma comercialização rentável. Porém prevaleceu a dificuldade no escoamento da produção e a falta de recursos técnicos, levando muitas comunidades a abandonar o cultivo de alguns produtos.

Segundo Dom Mario, que ainda continua viajando pelo interior para formar lideranças, o trabalho da Prelazia é juntar pessoas em comunidades para lutarem por seus direitos, fazendo uma reflexão em conjunto sobre suas condições sociais e políticas para modificá-la. Dom Mario acredita que um dos principais problemas e entraves na execução desse projeto de desenvolvimento para as comunidades a Resex é a dificuldade de lidar com a burocracia que é imposta e da administração dos recursos, além disso, os gestores em geral assumem uma posição muito idealista e não conhecem a realidade das pessoas que vivem no local.

Então essa burocracia muitas vezes ela.. muitos desses que estão às vezes no IBAMA são líderes nessas reservas que eram das comunidades, foram muito bem formados, mas com essa burocracia e a cada momento vai tendo essa dificuldade. Então tem muito o que fazer e o principal é que não se sabe como fazer essa preservação, não se sabe como fazer esse uso sustentável e tão procurando. E os grandes problemas vem dos técnicos, dos idealistas e sem tratar com as comunidades. Vem um técnico e fala é isso e aquilo e depois larga as pessoas ali e não tem administração. Muitas comunidades chegam com a gente e falam que a paróquia deveria assumir essa questão agora porque veio o IBAMA e atrapalhou o negócio todo. Mas não tem condição, quem tem que assumir é justamente as autoridades e não tem recursos. Não cabe à paróquia. Muitos tem ajudado com aquela formação que tiveram. Então tá acontecendo naquelas reservas que a coisa não funciona é todo tempo pra lá e pra cá, não pode pescar porque o manejo não funciona direito, não pode tirar a madeira que em princípio era pra tirar racionalmente, mas os planos não saem, o povo é obrigado a ir pra cidade e então desorganiza. (...)

É neste sentido que o Estado incorpora o que é real e traduz em mecanismos de regulação social, regido por leis e levando os grupos a imergirem nessa relação de

inferiorização, “deixando nas mãos dos políticos profissionais o cuidado de reger a organização social, enquanto os sindicatos são ultrapassados pelas mutações de uma sociedade que, por toda parte, encontrava-se em crise latente ou manifesta”(GUATTARI, 1990, p. 44)

Então tem essa caminhada de reservas extrativistas com coisas interessantes, coisas difíceis, com problemas, como trabalhar juntos, como administrar recursos, o INCRA tem oferecido bastante recursos, mas tem uma grande dificuldade de administrar. Uma coisa que prejudica muito é aquela inconstância, uma grande dificuldade que existe é que esse apoio do IBAMA, do governo federal, do INCRA são pessoas às vezes que vem com muito idealismo, mas não tem ligação com a realidade muitas vezes. Às vezes tá tudo bem, mas não tem continuidade, daí volta. O povo é incentivado a caminhar numa certa direção e depois aquilo não funciona, então é essa inconstância.

Os burocratas exercem a partir do seu capital simbólico abertura para relação de poder, se escondendo numa impessoalidade que incorpora o que está escrito no documento legislativo. Por isso, a maneira como as situações foram se configurando podem levar ao abandono da região, segundo Dom Mario, e destruindo o projeto da igreja de reunir as pessoas em comunidades. Apesar de terem iniciado um trabalho desde os anos 70, o modelo Reserva Extrativista ainda não se concretizou de fato, é uma abstração ou uma utopia, pois este modelo ainda não contempla as pessoas que tem direito. Mostrando a necessidade de um longo processo de organização. Uma das questões mais preocupantes é a produção, pois a imposição de um modelo de mercado impede a existência de uma produção que faça sentido na vida daquelas pessoas, além de desvirtuar o princípio básico da existência da Resex que é a pequena produção e sustentabilidade, e pergunta:

O que a pessoa produz? Aqui tem só serviços porque produção mesmo não. Comunidade tal, cadê? O que produz? Uma farinhazinha pouca. É a produção que cria a própria dignidade da pessoa. Ela não produz e o que produz não tem valor, e agora quase tudo é proibido. Dizem que teoricamente não, mas na prática não tem jeito. O que dá impressão no Solimões é que tá acabando, não tem mais peixe, vai tudo pra Colômbia. Nos lagos tem uma despesca mas que é uma coisa muito artificial, pode e não pode. A comercialização desse peixe às vezes nem aparece aqui na cidade porque é tudo muito burocrático.

Dom Mario acredita que sem uma produção que faça sentido à existência, as pessoas se acomodam em políticas de transferência de renda, como por exemplo o bolsa-floresta, de cunho assistencialista, pode promover uma quebra da produção para a vida.

A comunidade é o ideal de organização social da igreja e as CEBS são o próprio retrato, atomizado, deste ideal. Em que pese haver muito individualismo entre os camponeses, o trabalho comunitário, na forma do mutirão, é uma saída adotada pelos pequenos produtores para suprirem necessidades de força de trabalho. No associativismo, a motivação é também a de aumentar a força produtiva através da união. Associados, os pequenos produtores podem se articular melhor com o sistema: obter financiamento, adquirir meios de produção, comercializar melhor seus produtos, etc. Entretanto, diferentemente da atitude espontânea dos mutirões, a associação produtiva dificilmente é uma providência originária dos próprios camponeses (PEIXOTO, 1991, p. 157)

Com essa mudança do mediador social da igreja para o Estado, houve transformações nas relações e em alguns conceitos dos comunitários, principalmente no que se entende por comunidade e alguns elementos que faziam parte da sua composição. Comunidade não era apenas a disposição física e geográfica das casas ao longo do rio, mas todo um conjunto de códigos trazidos por uma igreja católica que carregava resquícios de uma filosofia de resistência, cujo inimigo principal nesta outra situação é a desigualdade social. O momento de reflexão, que fazia parte da composição das comunidades já não tem mais tanta importância como no início do trabalho, uma marca que as pessoas ainda recordam, mas Dom Mario não reforça esse retorno maciço da igreja, pois ele acredita que o trabalho mais difícil, juntar e mobilizar o povo por um objetivo em comum a Igreja exerceu durante décadas. Agora cabe ao Estado assumir o processo de gestão.

A Resex Auati-Paraná foi criada a partir de um movimento de reivindicação do direito à terra, à possibilidade de produção para a vida, da possibilidade de se libertar das armadilhas promovidas pelos patrões da borracha, peixeiros, madeireiros e grandes empresários. Agora o projeto é outro. A disposição das coisas, a configuração social demonstra outros discursos que não foram impostos gratuitamente, mas que tem sua gênese coincidindo com o ambientalismo: a Amazônia tem que servir à salvação da humanidade. Para Dom Mario, essa produção reserva extrativista está relacionada a

uma caminhada grande e boa, que a gente sabe achar os perigos e sair. Porque preservar a Amazônia é bom, agora tem que ver a pessoa que tá e os valores. Porque não é só pra produzir oxigênio pra outros países. Tem que viver, mas como viver? Tá caminhando assim pro povo ficar meio que parasita, tá caminhando pra um futuro incerto porque a pessoa tinha que ficar com um trabalho, com o valor, aquilo que dá dignidade à pessoa.

Dom Mario chama atenção para a questão do crédito de carbono, no qual os pesquisadores e cientistas se unem aos empresários para criar mecanismos de apropriação da floresta apenas sob a perspectiva tecnocrática, mostrando que “as formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações” (GUATTARI, 1990, p. 8). Essas instituições não atentam à questão da mudança do *ethos* contemporâneo, que possa operar no plano prático uma transformação nos objetivos dos diversos setores econômicos, sociais e culturais.

2.4. O esforço pela legitimação do rearranjo territorial: a criação da Associação Agro-extrativista do Auati-Paraná – AAPA

Associação Agro-extrativista do Auati-Paraná – AAPA foi fundada em 01 de fevereiro de 1998 e tinha como objetivo principal a luta pela criação da Reserva Extrativista Auati-Paraná (ARANTES, 2006). A partir do encontro em reuniões com as comunidades, representantes de outras Resex, IBAMA, MEB, CPT, Paróquia de Fonte Boa e Prelazia de Tefé, foi possível a organização para a formação da Resex Auati-Paraná. Esse empenho também faz parte de um conjunto de articulações iniciadas no Acre, com o movimento dos seringueiros. Após a disseminação desse movimento, o modelo de Reserva Extrativista foi trazido ao Amazonas por meio da iniciativa da igreja católica, no trabalho desenvolvido pelos padres espiritanos, como o Pe. João Derikx, que durante muito tempo foi pároco do Município de Carauari e teve participação prévia na criação da Resex do Médio Juruá no Município de Carauari.

No caso do Auati-Paraná, segundo Mario Lúcio, atual vice-superintendente do IBAMA, o processo de mobilização das pessoas para a criação da Resex foi muito difícil. Mario Lúcio foi responsável pela implantação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT no Amazonas e acompanhou de perto o processo de criação da AAPA. Para ele, apesar da grande discussão com os comunitários sobre a importância política e social da implantação de uma reserva extrativista na região, as pessoas não acreditavam na possibilidade de mudança, pois a intervenção mais intensa do Estado poderia implicar na perda do direito a terra. Um problema relacionado à regulamentação fundiária que até hoje persiste. Mario Lúcio chama isso de “conflito de

interesses de pessoas que se dizem proprietários das terras”:

É incrível isso. Eu mesmo fiz um trabalho lá, do início até a criação, depois o início de consolidação do trabalho, mas sempre tem pessoas que duvidam, não acreditam. Porque existe um grupo que não tem interesse, existem grupos diversos, seja de empresários que sempre exploraram esses moradores, seja dos ditos proprietários. Porque hoje o maior problema pra regularização fundiária dessas unidades de conservação, de todas elas, é a comprovação por parte dos ditos proprietários de que eles são os reais detentores, porque provar legalmente que eles têm toda a cadeia dominial dos imóveis é muito difícil eles conseguirem provar.

Para ele, esses *falsos proprietários* pressionam os moradores disseminando boatos, como no caso do Auati-Paraná, onde até hoje existem conflitos pela posse dos lagos. Mário Lúcio afirma ainda que “a água como tudo o que nela tem, como peixe e recursos naturais, é um bem de todos, é um bem de uso, a constituição diz isso”. Há uma insistência no zoneamento “tradicional” desses lagos pelos comunitários. Para resolver o que considera problema, o IBAMA chegou a entrar com ação contra algumas pessoas da região que se intitulavam donos de lagos, quando na verdade esses donos não existem.

Um ponto que merece destaque é a intervenção do gestor na proteção de uma propriedade da União. Neste caso, os invasores e falsos proprietários foram processados e expulsos do local. Esses proprietários faziam parte de um grupo político, relacionado a um político amazonense, o que será discutido mais adiante na sessão de gestão de conflitos.

Depois da “resolução” deste conflito, surgem outros em nível local. Entraves, na perspectiva do gestor: os “microzoneamentos”, criados pelos comunitários desde o “tempo dos antigos”. Os gestores acreditam que os comunitários precisam entender que a Resex é preciso ser vista “como um todo”, e os recursos são de uso comum e não podem ser divididos em pequenas zonas de controle de comunidades.

Essas relações estão em constante negociação e o principal benefício que levou os comunitários a reivindicar a criação da Resex foi a garantia de permanência no local onde vivem. Mas existia e ainda existem em alguns moradores uma insegurança quanto a essa permanência. Sempre aparece alguém se dizendo proprietário, mesmo que seja legítimo ou não mas eles se dizem proprietários. Segundo Mario Lúcio, aquelas pessoas cresceram sabendo que alguém é dono da região. Sempre aparece algum empresário reivindicando a área. Mas a partir do momento em que foi apresentada uma proposta do modelo de reserva

extrativista, as pessoas começaram a perceber a possibilidade permanência, “porque até então eles não poderiam, usando a linguagem deles, fixar bem de raízes, ter cultura perene, não podia investir porque a qualquer momento eles poderiam sair da área”.

Um outro caso relatado por Leila é o de uma grande madeireira de Manaus, que possui títulos de terras que coincidem com a demarcação de parte da Resex. Ele estavam entrando em contato com o setor jurídico do IBAMA para investigar a veracidade desses documentos.

A proposta de Resex Auati-Paraná surgiu a partir do exemplo das outras reservas extrativistas com o apoio da Prelazia de Tefé. Em seguida o IBAMA, por meio do CNPT, que em 1998 era gerenciado por Mario Lúcio no Amazonas, apresentou aos comunitários os princípios básicos de uma Reserva Extrativista, sempre com o apoio da Prelazia. Mario Lúcio afirmou que eles tentavam mostrar que era preciso “um compromisso maior por parte deles” para que esse projeto tivesse sucesso, porque

não é só benefícios também, mas tem compromisso por parte da comunidade. Então mostrar que compromissos são esses, de que forma se cria uma reserva, quais os estudos necessários, tudo isso foi colocado e, cada vez mais, mais famílias iam engrossando aquelas que inicialmente solicitaram, daí até chegar à criação da reserva. Com a prelazia de Tefé e a paróquia, que entra depois, a paróquia de Fonte Boa. Porque tinha a prelazia na figura do Dom Mário, que era o bispo à época e depois mais particularmente a paróquia e aí entra a figura do padre Michel que foi fundamental em todo o processo.

Outra vantagem seria a possibilidade de firmar uma parceria mais efetiva com o Governo Federal,

a possibilidade de ter uma instituição ao lado deles ajudando eles a caminhar e não ficarem entregues aí. Tem a garantia da terra, mas te cuida, fica entregue a tua própria sorte. E só chegar a ter a terra não resolve, como ele vai conseguir apoio pra levar tecnologia, ter acesso a linha de crédito e coisas dessa natureza que é muito importante. Então esse era o outro fator importante que na época levou pra que eles consolidassem isso.

Mário Lúcio considera o padre Michel um grande líder no Auati-Paraná, principalmente porque na sua opinião ali não existia essa figura de liderança. O Padre Michel é um missionário espiritano francês que assumiu a Paróquia de Fonte Boa em 1992. E em comparação ao médio Juruá, o Auati-Paraná não possuía uma associação, não

estavam organizados de maneira que pudessem reivindicar direitos, “eles não viviam uma organização, era muito solto”. A organização evidenciada naquele momento era a forma de comunidade, mas não existia um representante legal, daí a necessidade de se criar uma associação. Mário Lúcio acredita que a intensificação da organização por um objetivo comum ocorreu após a intervenção do padre Michel, que fazia uma interlocução entre os comunitários e a reivindicação dos direitos.

O pilar da associação é a organização deles. O papel, o documento é um pró-forma, mas associação tem que existir de fato, não só de direito, de fato, ou seja, eles têm que entender, descobrir o líder, promover lideranças, fazer surgir porque as igrejas têm um líder lá, só que eles não sabem que são líderes. Então você tem que instigar, você tem que provocar para ver se saem os líderes, não podia ser o padre Michel sempre representando.

A liderança é uma figura central no processo de mobilização, por isso no momento de negociação e reorganização territorial duas instituições se unem com o objetivo comum: formar líderes para executar o projeto da Reserva Extrativista. Há todo um envolvimento para a mudança na formação da consciência ambiental, um valor pedagógico para a preparação daqueles que iriam salvaguardar a floresta.

Numa entrevista em 2007 com Erivan Moraes, representante do Conselho Nacional dos Seringueiros no Amazonas, ele afirmou que durante a década de 70 houve uma “verdadeira guerra” entre o movimento social e os praticantes da pesca predatória. Erivan nasceu em Tefé e participou do processo de formação de lideranças na região. Para ele, um dos momentos mais críticos da prática da pesca predatória foi após a instalação da Petrobras na região para fazer pesquisas de prospecção de petróleo. Os técnicos explodiam algumas áreas e deixavam dinamites pelo caminho, alguns pescadores as recolhiam e utilizavam na captura grande quantidade de pescado. Como resultado houve muitas mortes de pessoas que não sabiam utilizar a bomba, além da destruição de grandes áreas naturais. Combinado a isso, a invasão de barcos pesqueiros completava o complexo quadro de exploração dos recursos naturais, que em geral se conformava com o prejuízo dos moradores do local.

Para fazer oposição a esse tipo de prática, o Irmão Falco, missionário, se destacou como uma liderança da Igreja no processo de preservação ambiental. Ele criou por meio do trabalho da Prelazia de Tefé os Comitês de Pesca, grupos que articulavam as comunidades

para que as pessoas não arrendassem os lagos para a pesca predatória, além de introduzir os primeiros conceitos de manejo de lago, com o estabelecimento das categorias: lagos manutenção (para sustento das famílias), procriação (reprodução dos peixes) e livres (para o comércio). A partir desta iniciativa foi possível propor para o governo do Estado uma proposta de lei de pesca para o Amazonas, no entanto, segundo Derickx (2007), o Estado não estava interessado em efetivar uma política pesqueira para a região, os comitês de pesca realizaram a demarcação de alguns lagos a partir das categorias de manejo.

O irmão Falco começou um trabalho de mobilização da pessoas para a preservação em todo o médio Solimões, uma área considerada muito farta na década de 70. Ele acreditava que no futuro haveria grande dificuldade de acesso aos recursos naturais, principalmente com relação aos lagos da região, devido ao modelo de exploração que era colocado em prática. Imaginava que num determinado momento os recursos começariam a ficar escassos e o peixe poderia desaparecer. O Movimento de Preservação dos Lagos se estendeu por todo o médio solimões, em municípios como Uarini, Maraã, Fonte Boa, Jutai, Juruá.

Apesar de os comunitários não acreditarem que os recursos fossem acabar algum dia, irmão Falco começou a discutir com as pessoas as formas como os recursos eram explorados e levantando novas preocupações, pois a configuração social estava mudando. Os madeireiros vinham com toda a força e a madeira passou a ser uma fonte de renda extra para os grandes empresários, antigos seringalistas e aqueles que se consideravam donos das propriedades, além de se utilizarem da mão de obra barata dos ex-seringueiros.

A configuração imaginada pelo irmão Falco na década de 70 já era uma realidade quando começou a se pensar em unidades de conservação. No caso do médio solimões, os lagos já estavam saqueados, havia uma grande dificuldade de pesca e o trabalho artesanal de preservação dos lagos já existia, com a iniciativa de alguns comunitários.

Desta iniciativa foram surgindo os primeiros acordos de pesca, antes mediados pelos movimentos sociais, e atualmente incorporados pela administração pública como uma política governamental. Sobre isto, Erivan afirmou ainda que uma das principais dificuldades dos animadores comunitários era convencer os ribeirinhos a não usarem práticas clandestinas na pesca, mas que fosse possível uma maior adesão à causa da preservação dos lagos. A principal meta os articuladores da igreja era que os pesadores trabalhassem na legalidade, algo que a maioria das pessoas não aceitava a princípio.

Na entrevista com o representante do CNS foi possível perceber diversas transformações naquela configuração, que o engajamento na questão da preservação dos lagos não foi simplesmente incorporado no repertório das pessoas envolvidas. Semelhante ao que ocorreu no Acre, conforme Mauro Almeida (2004), ao narrar sua experiência pessoal para exemplificar como os atos e crenças considerados periféricos se articulam com as discussões mundiais sobre as políticas ambientais. O autor coloca em questão o discurso sobre uma suposta passividade dos seringueiros ao incorporar a agenda ambiental global. Acredita que essas pessoas incorporaram essas questões em suas concepções e práticas locais, atribuindo a este processo novos significados, associando aos costumes próprios outras perspectivas sobre a questão ambiental.

Contudo, no caso da Resex estudada, a configuração social daquele momento histórico levou as pessoas a incorporar e implementar o discurso ambientalista conforme suas demandas sociais, não se conformando apenas como um jogo de interesses pessoais. Erivan afirmou que naquele momento a palavra de ordem era instituir a legalidade na prática dos pescadores. Os diversos agentes sociais acreditavam que a maneira mais eficaz daquelas pessoas se livrarem dos madeireiros, grandes peixeiros, regatões ou “patrões” era a instituição de leis e regras para o uso dos recursos naturais. Uma das consequências disso seria a fixação de preços justos de compra da produção dos comunitários. O esforço era por tentar conseguir uma abertura para que os governos municipal, estadual e federal tivessem algum interesse em compor um quadro institucional que possibilitasse a mudança na configuração social.

A incorporação do código jurídico provoca mudanças no capital social do comunitário, que agora passava a ocupar uma posição estratégica na perspectiva externa, o que incorre no constante exercício da auto-disciplina: a partir de agora não se pode mais mexer em algo que é do bem comum. Não se pode mais negociar com peixeiros deixando que eles possam entrar, deixar que os madeireiros entrem em território federal para tirar madeira para comercialização. Isto indica que o processo civilizador, conforme Elias (1997), nunca está completo, está sempre em risco, ameaçado. E este processo civilizador não responde a uma escala evolucionária de pensamento, mas num processo de transformação, que não está programado.

O IBAMA, enquanto instituição que faria esse papel de mediador legal do uso dos

recursos não atentava às demandas sociais, por isso uma das reivindicações dos movimentos sociais era que fosse criado dentro desta instituição um setor “que cuidasse das pessoas, que cuidasse de gente” (Erivan), para que os comunitários tivessem uma espécie de amparo legal para suas atividades, assim foi criado o CNPT, criado em 1992 para mediar a relação entre as pessoas e o uso dos recursos naturais. Neste momento, percebe-se como de maneira gradual o papel de mediador vai sendo transferido da Igreja ao governo Federal, de modo que novas formas de territorialização estão se constituindo. A criação do CNPT foi o resultado da mobilização de diversos grupos, significando o momento de maior visibilidade dos movimentos sociais e dos chamados povos tradicionais.

Ao perguntar sobre a política ambiental atual, Erivan afirmou que com o Governo Lula ficou praticamente “mais fácil criar uma unidade de conservação. Os governos anteriores não tinham interesse nisso e hoje as unidades de conservação fazem parte de uma política de governo”. Continuou afirmando que essa abertura possibilitou aos movimentos sociais a oportunidade de se discutir a implementação dos planos de manejo das unidades. Ao fazer uma avaliação geral dessas mudanças ao longo da história, ele afirma que a possibilidade dessa “conversa” dos movimentos sociais com o governo foi fundamental para impulsionar a criação de políticas governamentais. Para ele,

o importante é poder tirar os produtos e manter a proteção da área, é manter esse verde como símbolo da Amazônia e pra mostrar pro governo que isso dá certo, é preciso manter essas pessoas lá dentro. E tudo isso é um processo, é preciso ter dados científicos, estudos científicos para agilizar. É preciso a gente mostrar que o povo da floresta não é o governo federal, estadual e nem o IBAMA, e só esse povo pode manter tudo isso, porque manter o verde é importante não só para o Amazonas, mas pro Brasil e pro mundo.

É necessário destacar que Erivan foi uma dessas pessoas que passou pelos cursos de formação de lideranças da Prelazia de Tefé e acompanhou todo esse movimento até assumir um cargo de importância nos movimentos sociais. Ao narrar sua trajetória pessoal e coletiva nesses movimentos sociais é possível perceber que o cenário catastrófico muitas vezes previsto pelos conservacionistas mais fervorosos, o que nos remete novamente ao texto de Mauro Almeida ao afirmar que apesar de o governo não ter abandonado o projeto desenvolvimentista para a Amazônia, aqueles que muitas vezes eram considerados vítimas se revelaram agentes muito bem articulados, modificando a ideia que se tinha de um povo

passivo e esperançoso, e desta maneira conseguiram conquistar novos territórios e direitos civis.

A partir do momento em que a associação foi criada, uma equipe formada por membros da associação, da Paróquia de Fonte Boa, do CNPT, começaram as atividades necessárias para a criação da Resex, como a produção de um levantamento sócio-econômico das comunidades (IBAMA, 1998). Os primeiros passos para a criação de uma associação foi liderado pelo padre Michel, que organizou os trabalhos mobilização e formação de lideranças comunitárias. O padre Michel, enquanto animador das reuniões, sempre colocava em pauta as discussões sobre a era a busca do desenvolvimento da região, a melhoria da qualidade de vida e a “conscientização do povo” na busca por direitos. A atuação do Pe. Michel, segundo a Irmã Mariza (freira que atua na paróquia de Fonte Boa e trabalhou com o Pe. Michel em diversas viagens pelas comunidades), era diferente dos outros padres que conheceu, pois ele tinha um compromisso muito grande com a mudança social

ele priorizou muito o lado social. Ele se empenhava em todos os sentidos e era criticado porque priorizava demais esse social. E como ele tinha outra paróquia, e ele não podia dar muita ênfase aqui (...) Ele conseguia recursos da terra dele [França]. A reforma da igreja foi toda com os recursos da França. Até hoje eles continuam com esse impulso de ajudar.

O trabalho se desenvolve em torno da formação das lideranças para que “o povo possa se organizar e fazer”. Durante o período de organização da AAPA para a criação da Resex, a associação recebeu assessoria jurídica da Prelazia de Tefé, além de cursos de formação de lideranças. Cada comunidade era mobilizada pelos animadores de setor, líderes comunitários afiliados aos programas educativos da Prelazia de Tefé. Por meio de diversas assembleias promovidas pelo Pe. Michel e sua equipe foram constituídos grupos de trabalho e estabelecidas parcerias com diversas instituições locais para a formação de pessoas qualificadas para o trabalho nas comunidades. Os termos constantemente usados nas assembleias que participei são: “conscientização” e “zelo”, que parecem ter sua existência ligada a outra palavra-chave: mobilização. A ideia da paróquia era conscientizar as pessoas para que elas pudessem se mobilizar em torno de um objetivo comum: a coletividade. Algo bem ilustrado com o subsídio *Ajuri da Palavra de Deus*², criado pela

2 Segundo D. Mario, o *Ajuri da palavra de Deus* “é uma reflexão sobre a vida da comunidade, é um folheto de reflexão”, um subsídio bíblico, criado na década de 80, para auxiliar nas discussões das reuniões *comunitárias*, nas quais o animador (que pode ser o pároco, catequista ou líder *comunitário*) discute com

prelazia de Tefé, conforme D. Mário. Ideia que parece hoje não ter tanta força mesmo entre os que participam da AAPA, pois o seu principal problema, segundo o Miguel (secretário da AAPA), é a falta de participação das pessoas e crença na mudança.

Leila manifestou preocupação com essa falta de participação das pessoas. Segundo ela, a AAPA passa por uma crise que vem se desenvolvendo há muito tempo, desde antes de assumir o cargo. Ela percebe que os associados não se interessam em participar de nenhuma atividade extra manejo. Participar é, entre outras coisas, falar, manifestar o que pensa, dar opiniões. O que os comunitários pensam sobre a Resex e todas as situações que foram se configurando parecem uma incógnita para os gestores. E por causa disso o poder de decisão se restringe a poucas pessoas. “Você vai ver como eles ficam calados. Só as pessoas de sempre é que falam”. Isso representa um grande problema porque a falta de mobilização implica na dificuldade de formar a nova equipe que vai integrar a diretoria.

Segundo Lopes (2004), a experiência dos movimentos sociais brasileiros, surgidos como resistência ao regime autoritário, propiciou um favorecimento da participação popular, porém nem sempre as propostas políticas sabem lidar com as demandas das pessoas. Mas a obrigatoriedade da participação, torna-se uma forma de violência simbólica e um mecanismo de distinção em universos até então homogêneos. Pois, a partir de então exprimir a opinião faz parte desse manual de etiqueta do *ethos* comunitário. Por isso, em conversas informais com Miguel e Isaac, era constante o sentimento de inconformismo e tentativa de criar estratégias para animar o povo, como “no tempo dos animadores de setor” da Prelazia. E assim organizam constantes viagens às comunidades no “chamamento” do povo para se unir novamente num objetivo comum: uma gestão mais independente.

Porém, situações como quebra dos acordos comunitários, principalmente nas questões relacionadas ao manejo dos lagos, promovem desconfiança e desânimo entre os diversos membros da associação e outros comunitários, como por exemplo o caso do vice-presidente da AAPA, que quebrou um acordo firmado entre as comunidades e pescou num lago que não poderia entrar.

Leila afirmou que o caso das Reservas Extrativistas é muito peculiar, pois esta

os participantes sobre as questões da comunidade, os problemas sociais e ambientais, além de um momento exclusivo para a evangelização.

categoria de unidade de conservação não fazia do quadro contido no SNUC, e sua gestão seria de inteira responsabilidade das comunidades, tendo as associações na frente desse processo. Por isso, não existia cargo de chefia no CNPT, apenas de representantes das Resex junto ao Ibama. Exemplificou o caso de Rogério Egewarth, um dos primeiros gestores da Resex, que quando começou a trabalhar o cargo oficial era representante da Resex, e hoje Leila ocupa o cargo de chefia da Resex no ICMBio. Disse ainda que o Ministério do Meio Ambiente instituiu o que considera a tutela do IBAMA para facilitar a resolução dos diversos problemas enfrentados, principalmente os conflitos e a questão da burocracia e falta de recursos para a gestão. Os analistas ambientais “eram praticamente jogados no interior sem condições de trabalhar”, além disso os recursos eram obtidos por meio de orçamento da União, no qual o valor repassado para o MMA era ínfimo.

Dentre as consequências do manejo do pescado, Leila e Isaac destacam a massificação da atividade, pois após a institucionalização desta atividade na região, o trabalho na roça declinou muito, só continuou forte nas comunidades onde não há lagos de manutenção e de comercialização. Como consequência houve uma desarticulação na mobilização das pessoas, como por exemplo a ausência das atividades coletivas como o ajuri. Este fato levou a outra preocupação dos gestores: qual o futuro da Resex se os jovens não querem mais desenvolver atividades na região, como por exemplo trabalhar na roça? “O *caboco* mais preguiçoso e não tem coragem de derrubar uma quadra pra fazer uma roça decente”. A mobilização tanto entre os jovens quanto em parte dos adultos não possui a mesma força como “no tempo do MEB”, que organizou as famílias em comunidades. Isaac lembra que quando era criança via os adultos serem alfabetizados MEB e dá importância ao trabalho de base da igreja católica.

Além disso, assim que a Resex foi criada, alguns moradores começaram a receber o benefício do INCRA, e o apoio para instalação das pessoas na construção de novas casas. Segundo Miguel Arantes, algumas famílias que há muito tempo já tinham saído de lá perceberam que a Resex poderia trazer benefícios reais e tentaram voltar, mas a maior parte dos moradores não concordou com esse retorno.

O que está em questão é o estabelecimento da harmonia na configuração social da Resex. A desordem é nociva e “é ilimitada, nenhum padrão é realizado nela, mas é indefinido seu potencial para padronização” (DOUGLAS, 1976, p. 117). No caso da Resex, o projeto evangélico de destruição, conforme a opinião dos gestores, não coincide

com a padronização do *ethos* comunitário.

Apesar da base cristã ser uma característica em comum nas reservas extrativistas no estado o Amazonas, em locais onde existem comunidades evangélicas verifica-se diferenças significativas. De acordo com os gestores, a instalação de uma igreja evangélica no Juruá que tem “influenciado negativamente” na consolidação da Resex, porque a ideia que prevalece no local é que nas comunidades, “o que Deus dá não acaba”, por isso é pertinente retirar tudo da natureza sem se preocupar com uma futura escassez. Percebe-se um ponto de vista burocrático sobre a atuação das igrejas evangélicas nos espaços institucionalizados, pois essas comunidades evangélicas não se enquadram neste novo modelo de etiqueta social. A imagem de uma domesticidade, da transposição da ideia de comunidade familiar para a gestão de uma unidade de conservação serve como uma reificação da intenção de extinguir as divergências para que prevaleça uma harmonia.

2.5. A disputa pelo monopólio do manejo pesqueiro: o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa – IDS

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável é uma autarquia municipal e foi criada em 2003, no governo do prefeito Wilson Lisboa. Ele agrega o que seria a secretaria de meio ambiente e de produção do município. Burocraticamente possui uma estrutura formada por um diretor-presidente, um diretor administrativo-financeiro e sete coordenações: coordenação do manejo dos recursos pesqueiros, de aquicultura, fundiária, de fiscalização, do manejo florestal, agronegócios e turismo. Em entrevista com um dos técnicos responsáveis pelo IDS, José Oster, engenheiro de pesca e mestre em ciência dos alimentos – UFAM/INPA. Dentre as coordenações ainda não foi possível colocar em prática os trabalhos de agronegócio, que segundo o técnico é uma atividade de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (ligado à Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR), que assumiu o suporte para a agricultura e pecuária na região.

O trabalho do IDS consiste no mediador entre o pescador e o IBAMA, que expede uma autorização para a pesca, com a cota de cada comunidade, em consequência a autorização do barco para a pesca, com monitor e material necessário. Além disso os

técnicos expedem o contrato de compra e venda, para facilitar a negociação entre pescador e comprador.

O mais forte era pra ser o comunitário porque o produto é dele. Ele que deveria ter o poder da negociação, mas como muitas vezes, na Resex tá até diminuindo essa parte mas nas outras ainda se conserva, o poder de negociação parte do comprador porque ele forneceu alimentação o ano todo, aí fica mais difícil. Mas eles já tão começando a perceber isso.

Segundo Oster, o IDS não interfere diretamente nas negociações da comercialização. Mas os comunitários sempre procuram a instituição e eles acabam indicando uma pessoa para negociar com o comprador, que geralmente é o presidente da comunidade. Em seguida eles procuram um representante da AAPA ou do IBAMA. Disse que orientam os comunitários indicando os melhores preços, mas não é apenas uma questão de escolher o melhor preço, pois

às vezes o comprador vai pagar pra ti, numa hipótese, R\$ 4,00 e aí a pessoa vai arcar com gelo, combustível, às vezes tira 10 ou 20 centavos, mas ele vai buscar o peixe lá. Então tem que pensar tudo isso e pra ver essas vantagens, ela nos procura e a gente fecha um contrato pra amarrar o que foi acordado dentro do comprador e a comunidade pra evitar problemas porque depois o cara promete o gelo e quando vai pagar comunidade desconta o gelo, como já aconteceu. Aí quer descontar o gelo, quer descontar o combustível. Mas aí o pessoal não fechou nada, não amarraram o contrato, ficou só na palavra e quem quase sempre acaba perdendo é o comunitário. Aí a gente já fecha o contrato. Mas com relação à compra ainda existe um vínculo muito grande daquela questão do fornecimento de mercadorias o ano todo, aí a pessoa passa o ano todinho comprando do comércio do comprador tal e automaticamente já amarra à questão da compra e é ruim que às vezes amarra até impondo o preço.

Os principais trabalhos que Instituto desenvolve na Resex Auati-Paraná, é o apoio técnico no manejo dos recursos pesqueiros, com ênfase no pirarucu, que é uma espécie que está incluída no defeso todos os anos. O defeso é o período no qual é proibida a sua captura da espécie pelo IBAMA e, durante este período, os pescadores recebem o seguro-defeso, um auxílio financeiro do governo federal, cuja responsabilidade de expedição é da Associação de Pescadores e da Colônia de Pescadores, sediadas em Fonte Boa.

Todos os anos, de dezembro a maio é proibida a captura do pirarucu e de junho a novembro o IBAMA libera sua captura em unidades de conservação, desde que respeite as regras do manejo. Por isso, há todo um investimento na fiscalização que reúne instâncias federais e municipais. Na perspectiva técnico-burocrática, o manejo só funciona se não

houver conflitos nas comunidades. Ao perguntar sua opinião sobre a organização das comunidades, Oster disse que a harmonia é o princípio básico do manejo, que as comunidades da Resex Auati-Paraná

não estão organizados o suficiente em escala elevada, mas em comparação com outras áreas eles já têm um processo bem mais atuante do que outras áreas do município. No manejo o princípio básico, o primeiro passo é a organização, a comunidade tem que tá organizada e aceitar o manejo. Se ela não tiver organizada praticamente não vai existir manejo porque pode quebrar uma série de regras impostas pelo IBAMA. Como eles tem a parceria e tão muito ligados ao analista ambiental, o pessoal do IBAMA tão muito ligados a eles isso ajuda um pouco nesse processo. Com mais os cursos e as regras da questão do manejo, é necessário que se siga determinadas regras porque esse trabalho em conjunto ajuda e muito.

Para ser efetivado o manejo é preciso executar os seguintes passos:

- o primeiro passo é organização, por isso é importante para as instituições esse grau de controle organizacional. Segundo Oster, “é organizar e aceitar o manejo, a comunidade como um todo. É lógico que algumas pessoas não aceitam, mas ela participa se quiser, não é obrigada a participar”.
- o segundo passo é a identificação dos recursos existentes na região, como recursos hídricos, quais e quantos lagos, e qual a divisão local desses recursos. Essa divisão é investigada inicialmente pela instituição mediadora para tentar evitar conflitos entre comunidades.
- o terceiro passo é a identificação de conflitos para uma possível resolução.

Verifica se tem conflito dentro desses recursos, caso tenha reúne as partes envolvidas com aquele recursos pra solucionar. Solucionando a outra parte é determinar forma de uso de cada lago. Tem o lago que é usado pra manutenção, usado pra alimentação do dia-a-dia porque eles precisam. Tem o lago de procriação ou de preservação que é aquele lago intocável, que eles não podem mexer porque é o lago que vai abastecer os outros lagos. E tem o lago de manejo que é o lago onde ocorre a pesca comercial. Sendo que essa pesca comercial segue as regras do manejo, em determinado período não pode pescar, não pode capturar determinadas espécies, respeitar o tamanho mínimo pras espécies e outras regras que são estipuladas por eles, quem pode pescar.

De acordo com a instituição as regras são determinadas pelos comunitários, mas a determinação final segue a legislação: “tem que seguir o que tá dentro da lei, ele não pode dizer que vai capturar o pirarucu o ano todo porque ele já tá ferindo a lei e onde não tiver

manejo não pode de forma nenhuma, mas se tem é só com a cota e no período estipulado”.

Na prática esses passos nem sempre são seguidos e a burocratização das relações sociais que permeiam a prática do manejo é resultado da tentativa de pacificação das pessoas como indivíduos para que tenham condições de se relacionar entre si harmonicamente. Porém o mundo social não é harmônico. Este é o risco do trabalho institucional e a engenharia não pode alcançar: acreditar que as pessoas possam ser programadas, negar a existência de pessoas de carne e osso, com sentimentos, desejos e projetos pessoais. Assim, as relações ultrapassam as regras estabelecidas no documento. Não há como seguir um passo-a-passo sem correr riscos.

Oster comentou que a principal dificuldade do IDS, desde a sua criação em 2003, é a falta de incentivo financeiro e apesar de o IDS se constituir burocraticamente como uma autarquia, na prática é vinculado à prefeitura, que paga o salário dos funcionários. Em geral os salários estão atrasados e no período em que fiz a entrevista, os funcionários não recebiam há cinco meses.

O trabalho estava sendo desenvolvido com a verba da Lei da Taxa (Lei no. 2 de 2005), uma lei instituída pelo prefeito Sebastião Ferreira Lisboa e a câmara dos vereadores, sem a aprovação da Assembleia Legislativa.

Esta lei trata do pagamento de 5% do que é produzido no manejo do pirarucu ao IDS. Dos 5%, 2,5 é pago pelos pescadores e 2,5% pelos compradores. Segundo Oster, com esse dinheiro são contratados os monitores (que pesam, anotam os dados do peixe e o lacram), compram combustível, fazem o rancho. As pessoas são contratadas temporariamente e ganham um salário mínimo, mas este valor passível de negociação, segundo Oster:

se a comunidade negociar com o comprador que o comprador vai pagar tudo não tem problema ele pode pagar, isso é aberto pra negociar essa parte. Ou se por um acaso a comunidade negociar que vai pagar tudo e o comprador nada, porque dentro do processo de comercialização a gente não interfere porque se a gente for interferir eles podem alegar que a gente tá tendenciando um e deixando o outro de lado principalmente na questão dos compradores. Porque a gente diz existem os compradores tais, tais e tais com tais preços.

A execução dessa lei gera descontentamento entre os pescadores. No primeiro ano o IDS teve um índice de 95% de inadimplência, que foi diminuindo conforme o passar dos anos.

Pra que serve essa taxa? É pra gente realizar nossas atividades. Veja bem, nós

recebemos aqui, a prefeitura municipal só paga os salários, nós não temos um orçamento, o único orçamento é salário. Então a gente precisa de orçamento pra desenvolver as atividades, porque aí a gente garante por exemplo o contador, a pessoa que vai contar, vai fazer a contagem.

Durante o período do manejo as despesas da instituição aumentam significativamente. O IBAMA exige que o IDS mantenha nos lagos um monitor para acompanhar passo-a-passo a captura dos peixes, que são individualmente pesados, medidos e lacrados. O IDS contrata a pessoal para desenvolver a função de monitor, pois não existe um quadro de monitores efetivos. No período da pesca são contratados em média de 20 a 30 pessoas de setembro a novembro, totalizando o gasto de R\$ 32.000,00. Por isso a lei foi criada para suprir o instituto com um orçamento necessário para o desenvolvimento das atividades e tentar acabar com dependência da prefeitura.

Outro programa que deveria compor o quadro financeiro do IDS seriam os recursos do Programa Zona Franca Verde, um projeto do governo estadual coordenado pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS e de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado – SEPROR. Desde 2004 este projeto não está cumprindo com o repasse de verba. Ao questionar sobre a efetividade do programa na região, Oster solicitou que eu desligasse o gravador para sentir mais a vontade para falar. E mesmo não repassando o dinheiro, todos meses de novembro uma equipe do programa faz visitas ao município, ao IDS e traz a mídia para fazer a propaganda do Programa, como se realmente estivesse apoiando financeiramente as atividades do manejo da pesca.

O Programa Zona Franca Verde foi lançado em Fonte Boa em 2003 e dentro do Programa foram assinados vários termos de cooperação técnica, possibilitando a existência de várias parcerias com instituições estaduais e federais. Como por exemplo, a cooperação técnica assinada com o IBAMA, cooperação técnica assinada com o SDS, que é a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, com o IPAAM, que são parcerias firmadas, movimentadas. Dentre as parcerias informais, Oster citou o IDAM e a ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, órgão estadual que é responsável pela comercialização dos produtos.

O IDS tem como diretor o engenheiro de pesca, José Maria Damasceno, que segundo Oster, “ele faz questão de colocar a mão na massa, é muito esforçado e desde o

início carrega o IDS sem apoio”. No momento em que conversamos houve falta de energia na cidade, um problema constante durante os meses de outubro e novembro de 2008. Zé Maria, como é conhecido pela cidade, é engenheiro de pesca, formado pela UFAM, casado e tem um filho. Veio a Fonte Boa a convite do prefeito Wilson Lisboa para coordenar o IDS. Sua esposa trabalha na secretaria de finanças da cidade.

O ponto principal de nossa conversa foi a condição de dependência do IDS com relação à prefeitura. Há parcerias com outras instituições, como o IBAMA, Instituto Mamirauá, Banco Mundial e uma tentativa de parceria com a UFAM. Porém ele afirma que apesar de ter convidado alguns pesquisadores que conhecia, ninguém demonstrou interesse em fazer pesquisa na região. Chegou a pensar em submeter um projeto ao CNPq, após ver um edital no site, mas não foi possível porque em sua equipe não há doutores, apenas graduados e mestres. “Os doutores não querem vir pra cá”, afirma Zé Maria e essa é uma de suas frustrações, porque tem muito interesse em trabalhar com pesquisa, já que o IDS desenvolve trabalhos de extensão.

Essa necessidade de um apoio científico para o trabalho que ele classifica como de extensão demonstra como se trata de mais uma forma de legitimar seu trabalho em campo. Não basta apenas executar uma atividade, mas refletir sobre ela, escrever, publicar, propagar o que é feito pela sua equipe. Uma maneira de se sobressair e adquirir o monopólio científico na área, já que vários territórios foram constituídos ao longos dos anos, como trabalho da Igreja, muito bem demarcado, o IBAMA e o ICMBio, enquanto representantes do governo federal e uma instituição que parece estabelecer um território muito bem definido e que não pode ser invadido: o Instituto Mamirauá de Desenvolvimento Sustentável – IMDS.

Zé Maria acredita que há uma situação delicada na relação entre estas duas instituições. O IDS assumiu o apoio do manejo nas comunidades da chamada área subsidiária da RDS Mamirauá. Segundo o Zé Maria, o Instituto Mamirauá é muito fechado e não é qualquer um que tem permissão para fazer pesquisa lá dentro e “eles não fazem questão de muita gente pesquisando lá”. Ele conversou com muitas pessoas que foram à Fonte Boa fazer pesquisas e fez questão de deixar claro que, ao contrário do IDSM, o IDS está aberto para contribuições com a pesquisa e parcerias com quem quiser e estiver disponível para qualquer trabalho, seja pesquisa ou extensão. Os únicos convênios de pesquisa no IDS são com o pessoal da genética e da tecnologia de alimentos do INPA.

Uma de suas preocupações é com a necessidade de maior número de pesquisas nas comunidades porque isso facilitaria o trabalho institucional.

Ele também acha lamentável a condição da equipe e financeira do Instituto. Todas as pessoas que trabalham no IDS são funcionárias da prefeitura ou contratadas temporariamente. Mas seu caso é diferente, porque é ao mesmo tempo funcionário da prefeitura e do governo estadual, devido a um convênio firmado entre os dois governos. E além de diretor do IDS ele também trabalha na ADS.

Essa dificuldade ao acesso de recursos financeiros, segundo Zé Maria, se deve pelo fato de que as contas da prefeitura estão sempre no vermelho e esse tipo de coisa é um padrão nas cidades do interior do Amazonas. Os contratos de compra e venda dos produtos em geral não são legalizados e muitas vezes os acordos verbais prevalecem. Ele acredita que uma maneira de resolver esses problemas seria transformar o IDS em secretaria de meio ambiente, separando as questões ambientais das questões de abastecimento da cidade, criando também uma secretaria de abastecimento.

A instituição que deveria assumir a gestão de abastecimento da cidade seria o IDAM, mas ela está muito limitada. Segundo Zé Maria, o IDAM tem atribuições com o trabalho na pecuária, como por exemplo a vacinação dos animais. Entretanto, o IDAM deveria fazer um trabalho no manejo de pesca e florestal. Zé Maria afirmou ainda que havia um costume entre os funcionários do IDAM de se apropriarem dos relatórios de atividades feitos pelo pessoal do IDS e assinar como se fossem trabalhos do IDAM. Por este motivo vai formalizar os convênios entre as duas instituições para que definam as atividades de cada um.

Ao falar sobre a implantação do manejo na Resex, ele enfatizou que o manejo só existe por causa da iniciativa do IDS, e por isso enquanto diretor desta instituição se considera responsável pelos trabalhos desenvolvidos até hoje. Além disso eles possuem a liberdade de entrar e sair da Unidade sem a permissão legal das instituições gestoras. Como por exemplo no caso das oficinas para divulgação do Programa Bolsa Floresta, liderado pelo IDS neste município. Os técnicos do IDS visitaram as comunidades que fazem parte da Resex mas não comunicaram aos gestores, causando incômodo nos gestores. Do ponto de vista burocrático, além de eles terem entrado em suposto território do governo federal, todas as informações que recolhem sobre as comunidades para cadastro no Programa Bolsa Floresta são de interesse do ICMBio, como por exemplo as

visitas constantes do IDS para monitoramento das roças familiares.

Leila acredita que o IDS está com o espaço no manejo do peixe “na corda bamba” e por isso eles estão tentando se articular com outros projetos para “segurar a instituição”, além de existir uma disputa de quem vai ficar responsável pelo programa bolsa floresta no município de Fonte Boa. O Presidente da AAPA, Severiano Alves, conversou com um dos técnicos do IDS e disseram que ninguém é obrigado a participar, mas trata-se de “uma pequena ajuda do governo estadual para as comunidades”. Leila questionou a finalidade desse projeto e sua falta de controle, que parece não haver. Seu Severiano continuou dizendo que o projeto é idêntico ao Bolsa Escola, que de preferência é a mulher, a mãe de família que será cadastrada e vai receber o dinheiro. As pessoas cadastradas vão receber o valor de R\$ 50 a partir de sessenta dias após a participação nas oficinas do bolsa floresta.

2.6. A Colônia de Pescadores e a Associação de Pescadores

A Colônia de Pescadores Zona 52 de Fonte Boa é filiada à Federação de Pescadores do Amazonas e Roraima. Foi fundada em 10 de maio de 2005 e estima-se que atualmente possui aproximadamente 950 associados. No ano de 2008, teve três presidentes, durante a última reunião de eleição participaram cerca de 125 sócios. Conversei com Eliandro Carvalho Guimarães, o presidente da Colônia no período em que estive em campo. Ele estava presidindo a Colônia há seis meses, substituindo o anterior que foi deposto por má administração, falsificação de documentos e registros.

No ano de 2008 os sócios da Colônia de Pescadores do Japurá que residem na Resex Auati-Paraná migraram para a Colônia de Pescadores de Fonte Boa. Essa questão gerou muita discussão entre alguns moradores. Houve uma negociação entre o antigo presidente da AAPA e prefeito do município de Japurá. Naquele momento, o município estava quase sendo extinto, pois seus moradores estavam migrando e a prefeitura perdia muitos recursos que era repassados pelo governo federal. O prefeito de Japurá entrou em contato com Mario Nunes (então presidente da AAPA) e solicitou que ele convencesse os moradores da Resex a se cadastrarem na Colônia de Pescadores de Japurá. Com isso, o número de moradores do município aumentaria e ele não seria extinto. As pessoas se cadastraram, o prefeito de Japurá levou um representante do IBGE ao local, e teoricamente

a Resex passou a ser gerida por duas prefeituras, a de Fonte Boa e de Japurá, mas a sede continuou sendo em Fonte Boa. A colônia de pescadores possuía um grande número de cadastrados, mas na prática ela não funcionava.

Os comunitários pagaram uma taxa para cadastro sem que os critérios fossem bem definidos. Houve casos de pessoas que pagaram R\$ 600,00 para se cadastrar e outras que trocavam o cadastro por animais como porco, galinha ou com a produção de farinha, mandioca, combustível ou com o que tivesse disponível. Com a migração dessas pessoas da colônia de Japurá para a de Fonte Boa, Eliandro conseguiu comprar o terreno onde está sendo construída a nova sede. No caso desses novos associados ele não cobrou o valor da filiação, apenas a mensalidade. Atualmente a mensalidade da Colônia custa R\$ 50,00. A Colônia de Pescadores atende os associados com os seguintes benefícios: seguro defeso (quatro salários mínimos); aposentadoria por idade e tempo de trabalho (20 anos de trabalho); auxílio doença; auxílio maternidade; auxílio ao deficiente; pensão para a família do pescador; benefícios à esposa do pescador.

Segundo Eliandro, qualquer pessoa pode se associar à colônia, mesmo que não seja pescador, porém somente os pescadores têm direito a receber os benefícios. Durante o defeso o pescador trabalha na roça e complementa a renda com o seguro. Uma das vantagens da filiação na Colônia são o acesso ao crédito e ao financiamento. O pescador solicita apoio da colônia para um financiamento e o IDAM solicita o cadastro do pescador junto à colônia para firmar o contrato. Um dos projetos que Eliandro pretende desenvolver é estabelecer um controle do quanto e do que o pescador pesca durante o ano.

Desde a migração dos pescadores da colônia de Japurá para a de Fonte Boa, a parceria com a Resex Auati-Paraná se fortaleceu, pois assim foi possível iniciar a construção da nova sede. Principalmente depois que foi descoberto um esquema de corrupção na Colônia. Para Eliandro, a principal dificuldade é a falta de estrutura física e os problemas deixados pela antiga administração. Assim que “arrumar a casa”, Eliandro afirma pretender fazer um acompanhamento mais de perto dos pescadores associados e parcerias com outras instituições. Ele demonstra certa insegurança quando fala sobre a burocracia e como lida com os documentos dos associados. Para ele, depois que o antigo presidente foi deposto, qualquer erro pode ser fatal e a Polícia Federal pode aparecer para prendê-lo. Por isso toma muito cuidado com tudo o que está fazendo. O presidente anterior trabalhava em conjunto com o deputado estadual Walzenir Falcão, que foi presidente da

Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas e Roraima, e foi acusado de envolvimento no esquema da corrupção e falsificação de carteiras profissionais de pescador. Segundo Eliandro, na gestão anterior não existiam parcerias com outras instituições e a colônia não tinha acesso aos recursos do governo federal para beneficiamento dos pescadores por conta da corrupção.

Por isso, agora para se fazer o cadastro dos pescadores no seguro desemprego, os técnicos da DRT/SINE (Delegacia Regional do Trabalho/Sistema Nacional do Emprego) visitam a colônia, conversam com os pescadores e dão entrada na solicitação. Eliandro disse que muitas pessoas tentam enganar a colônia se fazendo passar por pescadores, mas ele disse que é cuidadoso e só entrega uma declaração de pescador para as pessoas mediante três testemunhas, sendo uma delas o técnico da DRT, principalmente porque a Polícia Federal está fiscalizando sempre. Disse que já ouviu falar de colônias que dão mil seguros, o que custa muito dinheiro do governo federal.

Sobre o acompanhamento do pescador, Eliandro constatou o preconceito por parte de alguns funcionários de instituições que fazem parceria com a Colônia, e citou o caso de um antigo coordenador do IDAM, que se recusou a dar entrada no benefício de uma moça porque ela estava bem vestida e arrumada. Segundo Eliandro, para esse rapaz “um pescador ou agricultor de verdade tem que andar mal vestido, suado e fedendo a peixe, aí sim ele tem garantia de que aquela pessoa realmente é trabalhador da roça”.

Comentou também sobre um projeto que o Banco do Brasil quer implantar na cidade. Em parceria com a ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), o Banco do Brasil pretende pagar aos pescadores R\$ 4,50 por quilo de pirarucu, com o intuito de acabar com os atravessadores. Até agora, segundo Eliandro, o manejo do pirarucu só esta beneficiando os frigoríficos.

Outra instituição que tem grande importância na região é a Associação de Pescadores de Fonte Boa. Ela foi fundada em 29 de setembro de 1983, é presidida pelo senhor Edilson Borges, mais conhecido na cidade como Zé Fininho. É considerada a instituição tradicional de representação dos pescadores. Nasceu, cresceu em Fonte Boa e começou a pescar aos dez anos, por isso atrasou os estudos, concluindo o ensino médio em 1983. Depois disso fez um curso técnico com um bioquímico de Tefé. Trabalhou na área da saúde fazendo leitura de lâminas de exames de malária.

Seu Zé Fininho foi eleito em 2008 e na época em que conversamos ele estava no cargo há um mês. Sua primeira medida foi convocar uma assembleia para mostrar o orçamento e os gastos aos associados, sem seguida reativou o conselho que foi desativado pelo presidente anterior. Ao contrário da gestão anterior, ele quer ser transparente e mostrar a todos como é gasto todo o dinheiro. Apesar de ter trabalhando durante muito tempo com o seu Sabá, presidente anterior (permaneceu no cargo de presidente durante 15 anos), ele não concorda com certas atitudes do antecessor, como por exemplo contratar pessoas da família para trabalhar na associação, além de não ter uma administração clara e transparente. Ele recebeu a Associação com uma dívida de 16 mil reais, o “seu Sabá não prestava contas com o pessoal e foi isso que derrubou ele”.

A sede da associação foi construída em 2005. Após uma discussão em assembleia, os 340 pescadores na época fizeram uma cota de R\$ 50,00 mais a mensalidade para comprar o terreno, depois o material e pagar a mão-de-obra da construção do prédio. Destaca que para a construção da sede eles não tiveram nenhum apoio do governo municipal, que na sua opinião poderia ter doado um terreno à associação.

A Associação administra um complexo de lagos chamado Complexo Majoará, localizado na RDS Mamirauá. O IDS participa do processo monitorando, mas eles possuem maior autonomia. A Associação possui seis pescadores treinados pelo Instituto Mamirauá para contagem dos peixes, por isso ele acreditam que não precisam mais do IDS no processo do manejo. Em 2005 eles assumiram o manejo no Complexo Majoará e acredita que essa é a tendência: preservar os recursos naturais, pois “hoje o mundo está voltado para o meio ambiente, então querendo ou não querendo nós temos que acompanhar isso. Tem muito pescador ainda revoltado com o IBAMA, mas tem que reconhecer que é assim mesmo”.

Ele acredita que a parceria com o IBAMA e o Instituto Mamirauá são importantes, mas o IDS não está funcionando muito bem na prática. O IDS faz a mediação entre a Associação e o IBAMA, mas não se responsabiliza por mais nada. No início do trabalho do IDS era possível verificar um maior empenho na mediação institucional nos acordos de pesca. Mas nos últimos dois anos, seu Zé Fininho disse que o trabalho deles não foi executado de maneira eficiente. Os técnicos do IDS se antecipam às reuniões comunitárias, ou seja, visitam cada comunidade antes das assembleias e dão ordens com regras de entrada e saída dos lagos. “São eles que dizem quem entra e quem sai. E assim ninguém

chega a acordo nenhum”. Durante as negociações de um acordo é necessário que as três partes, ou os envolvidos sejam ouvidos e possam discutir, mas ele afirma que o IDS não está mais mediando os conflitos como antigamente. Isso chama a sua atenção porque 80% da população de Fonte Boa se sustenta com a pesca e o comércio dessa produção.

Com relação ao trabalho da Associação e suas dificuldades, afirmou que até 2005 as carteiras de pescadores eram expedidas em Manaus e foi detectado pelos técnicos do ministério do trabalho muitos casos de fraude, por isso o governo federal tomou medidas para que a carteira fosse expedida na Casa da Moeda e isso retardou a chegada das carteiras aos municípios remotos. Outra dificuldade é a disputa política que o seu Sabá tinha com a prefeitura de Fonte Boa, o que prejudicou o trabalho da associação.

Antes de assumir o cargo de presidente da associação de pescadores, seu Zé Fininho recebeu orientação de algumas pessoas a assumir a colônia de pescadores. Ele não aceitou porque sabia dos problemas que a Colônia de Pescadores estava passando. Contou que “a colônia não trabalhava limpo”, que as pessoas que administravam a colônia estavam envolvidas com um deputado estadual que foi presidente da Federação de Pescadores e acusado de falsificar carteiras de pescadores além de extorquir o dinheiro de alguns associados. Este foi o principal motivo de não ter aceitado o trabalho na Colônia de Pescadores.

Ao questionar sobre a Lei da Taxa, seu Zé Fininho afirmou que a associação não aceitava essa cobrança e por este motivo Zé Maria ficou chateado com ele. Durante a votação da lei na câmara dos vereadores, apenas um vereador tomou partido dos pescadores e votou contra. Disse que esse dinheiro pago não está fazendo diferença no andamento das atividades do manejo porque em geral o manejo não está dando certo. Segundo ele, a produção caiu muito e o IBAMA chegou a criticar o IDS entre 2006 e 2007. Uma das maiores falhas é o fato de o IDS enviar o monitor para acompanhar parte do trabalho. Ele fica dentro do barco e não sabe o que acontece de fato dentro do lago: “tem gente que já sai com o peixe salgado lá de dentro, escondido. Teve um pescador que trouxe um roelo pra vender e ele foi suspenso”.

Por esses motivos citados, ele acredita que o manejo não trouxe muitas melhorias na vida do pescador. E um dos maiores problemas é a negociação do preço do quilo do peixe. Segundo ele, a diretoria do IDS divulgou que inicialmente o preço seria estipulado em R\$ 10,00 por quilo, mas esse preço nunca chegou a ser efetivado. Em geral eles

vendem a produção pelo preço de R\$ 2,50 por Kg, no caso do pirarucu. Não há um consenso com relação ao estabelecimento do preço.

Explicou uma das medidas do governo estadual para estabelecer um preço padrão em 2005: o ano da subvenção. A subvenção consistia num subsídio dado pelo governo estadual para completar o valor de R\$ 3,50 caso os pescadores não conseguissem vender seus peixes ao preço estipulado. Como havia acontecido em diversas comunidades, o pescador não conseguia negociar no preço padrão e só conseguia vender num valor menor. Assim, o governo completava o valor pagando ao pescador o que faltava. Segundo seu Zé Fininho esta medida trouxe alguns problemas por reforçar a atuação dos patrões e a tentativa de manipulação dos relatórios finais de pesca pelo IDS. Ele contou que esses relatórios não continham o preço real de venda, mas o “preço do governo”. Com isso a impressão que se criava era que o manejo e a comercialização da produção estavam funcionando muito bem.

2.7. “Tem que zelar e cuidar dela como se fosse de vocês”: a gestão da Resex Auati-Paraná

A gestão da Resex foi iniciada com o analista ambiental Rogério Eliseu Egewarth, que trabalhou durante os anos de 2003 à 2005. Atualmente Rogério trabalha em Brasília, na DIUSP (Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável) e continua envolvido no trabalho relacionado às reservas extrativistas brasileiras. Conversei com ele quando estive em Manaus para participar, como representante do IBAMA, de uma Oficina do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), oferecido pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O PAA é um programa interministerial (Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário) cujo objetivo é incentivar a produção agrícola familiar, e neste incentivo o governo compra produtos das famílias e encaminhar a outros programas como Fome Zero e às escolas para o preparo da merenda escolar. O PAA facilita a entrada do agricultor familiar ao mercado e assim ele pode comercializar seus produtos com mais facilidade. O curso tratava-se de um treinamento do PAAnet, um aplicativo que permite maior facilidade na participação deste programa.

Rogério foi admitido no concurso do Ibama em 2001 e assim que foi chamado, assumiu o cargo de Analista Ambiental, representante da Resex Auati-Paraná, em 2003. Comentou que teve uma colocação ruim no concurso e quando isso acontece a pessoa é enviada a lugares inóspitos. Geralmente quem passa nos primeiros lugares é lotado em lugares considerados turísticos, como por exemplo Fernando de Noronha. É biólogo e mestre em cultura tropical e diversas vezes afirmou que é “mais da terra”, ou seja, que gosta de trabalhar com as comunidades de estar presente na Resex e não era atraído por trabalhos burocráticos, porém precisou deixar Fonte Boa por fortes motivos pessoais.

Quando iniciou os trabalhos em Fonte Boa Rogério não tinha o suporte necessário do Ibama, estrutura física e recurso financeiro para a gestão. Por isso estabeleceu parcerias com outras instituições como o IDS (Instituto de Desenvolvimento Sustentável), que por meio de recursos do Programa Zona Franca Verde, cedeu uma sala com computador e internet para que ele pudesse trabalhar. Após um longo período sem representação do Ibama na Resex, a AAPA (Associação Agro-extrativista do Auati-Paraná) passou por uma crise devido a má gestão do recurso do INCRA, com isso sua credibilidade estava abalada tanto no ponto de vista dos moradores da Resex quanto do INCRA. Comentou ainda que o INCRA tinha (ou ainda tem) uma postura rígida e policialesca com os moradores por conta desse episódio, com sua coordenadora na região chegando ao ponto de, como ele disse, “apontar o dedo na cara das pessoas” e acusando a todos de má administração do dinheiro.

Isaac Arantes, vice-secretário da AAPA, informou que o primeiro cadastro das pessoas no INCRA não houve problemas na liberação dos recursos para algumas pessoas. Outras não entregaram todos os documentos necessários e por este motivo nem todos receberam os recursos. Mais um motivo de descontentamento das pessoas.

A prestação de contas do uso dos recursos não foi feita conforme o esperado pelo INCRA. Além disso, nem todas as casas foram construídas, outras somente pela metade porque as pessoas receberam apenas uma parte do recurso. Mas Isaac chama atenção para um fato importante: o INCRA não acompanhou todo o processo.

Eles não tão muito presente e isso a gente comenta muito porque eles poderiam ter deixado uma pessoa ali pra orientar, mas ele deixou as pessoas aqui, uma pessoa preparada pra lidar com o dinheiro do recurso. E isso a gente vê o caso do cara não saber trabalhar com esse recurso. Trabalhar com dinheiro é a coisa mais complicada, bem delicada. As pessoas talvez pensavam que era só pegar o dinheiro, que não precisava prestar conta.

Ele acredita que devido a esses problemas as pessoas tem razão de ficar desanimadas com o trabalho da gestão. Algumas pessoas que não estavam associadas à AAPA receberam o benefício e outros sócios que pagavam as mensalidades não receberam. A AAPA tem a obrigação de ter um cadastro atualizado de sócios para evitar esses problemas institucionais. Disse que naquele momento do primeiro cadastro os técnicos do INCRA diziam que o benefício era para todos os moradores da região, e dessa maneira todos se cadastraram como beneficiários e assentados da Resex Auati-Paraná sem que tivessem uma ligação com a AAPA ou mesmo residência fixa no local.

Para resolver isso ele disse que estão tentando fazer um controle de sócios, um recadastramento para verificar quem realmente faz parte da Resex. Principalmente porque existem pessoas com residência fixa em Fonte Boa, mas que na época do manejo vão para a Resex fazer a despesca. Eles consideram isso um grande problema. Porque de acordo com as regras as pessoas devem viver dentro da Resex para participar das atividades.

Diante dessa configuração – os moradores estavam desanimados com a Resex e reivindicavam maior participação do Ibama, pois se sentiam abandonados, sem estrutura e dinheiro – Rogério resolveu estabelecer como prioridade o “trabalho de base” que seria restabelecer e fortalecer a associação, com ajuda dos poucos que ainda acreditavam na possibilidade de mudança. Assim, em setembro de 2003 ele convocou representantes do movimento social (Rogério enfatizou a importância dos movimentos sociais no processo de mobilização dos moradores e renovação da associação), do CNS, do Ministério do Meio Ambiente, da Igreja e das Resex de Carauari e do Rio Jutai para uma reunião com os moradores da Resex Auati-Paraná.

Durante os primeiros momentos da criação da Resex e da AAPA os moradores estavam motivados e mobilizados, havia um movimento geral para o estabelecimento de novas formas de organização e participação social, iniciado com a igreja, além da crença na mudança das condições de vida das pessoas. Porém após o decreto de criação o Ibama se ausentou do processo de consolidação do movimento. E para Rogério, este foi um dos motivos, juntamente com a situação da associação, da desarticulação das pessoas, que já não acreditavam no discurso de que a Resex traria algo de bom para eles. Para complementar a situação, em 2001 (no período de forte estiagem) houve um grande processo de degradação na região. Barcos pesqueiros entravam nos lagos e praticavam

pesca predatória. Para os moradores da Resex o perigo sempre vinha de fora, fato que contribuiu mais ainda para o desespero das pessoas. Muitos migraram a cidade em busca de melhores condições, outros reclamavam da atuação do INCRA e da AAPA.

Após definir a prioridade de trabalho que era a rearticulação de mobilização das pessoas, Rogério fez várias viagens à Resex, sempre conseguindo recursos escassos por meio de convênios com outras instituições. Apesar do esforço ainda havia uma desconfiança por parte dos comunitários que reelegeram o presidente anterior porque ninguém queria assumir a presidência e correr o risco de ser acusado de corrupção. Para o Rogério, geralmente um presidente de associação se torna um funcionário que assume atribuições que ultrapassam suas possibilidades de atuação. O presidente era, como disse, “praticamente um empregado da associação”, tinha que fazer tudo sozinho, ninguém ajudava.

Neste cenário, um dos membros da associação foi indicado pelos associados a assumir a secretaria: Miguel Arantes, da comunidade Itaboca. Ele demonstrava muito interesse, mas não tinha experiência em atividades burocráticas, por isso ele começou a trabalhar junto com Rogério, que não poupou esforços para dar um treinamento sobre utilização de computador, redação de documentos (ofícios, atas) e outras atividades relacionadas à administração de uma instituição como a associação.

Aos poucos a parceria Ibama-AAPA foi novamente estabelecida, permanecendo até hoje, não mais com o IBAMA e sim com o ICMBio. O passo seguinte para o restabelecimento da associação fazer um levantamento das demandas das comunidades. Miguel organizou uma pesquisa na Resex e começou a buscar informações sobre esse processo de mobilização para a criação da Resex, o que motivava as pessoas a este objetivo.

Quando assumiu o cargo de secretário, em 2004, eles iniciaram um projeto junto com o Conselho Nacional dos Seringueiros, para apoio na construção de um escritório para a AAPA na cidade. Após a construção do escritório ele ainda continuou trabalhando nas comunidades. Suas atividades consistiam em organizar reuniões com os comunitários e fazer o trabalho da secretaria, contatos com outras instituições e tentativa de reativar antigas parcerias.

Durante esses anos na associação, Miguel disse que pôde observar de uma outra maneira a situação das comunidades. Percebeu que no início do trabalho as pessoas tinham

motivação, que foi diminuindo conforme o tempo passou. Não apenas devido aos problemas administrativos da associação, mas a burocracia que impedia o movimento da organização. A solução seria falar com as pessoas, assim Miguel começou a conversar, organizar reuniões e ele percebe que agora as pessoas estão começando a acreditar no trabalho, assim com ainda há pessoas que não sabem o que é a Resex.

O que eu vejo hoje é que tem comunidade que na verdade eles estão acreditando no trabalho. Agora, tem algumas pessoas, algumas comunidades que a gente tá trabalhando pouco com elas, que é a participação delas dentro do movimento, dentro de reuniões, pra participarem de qualquer ação, a gente vê que eles estão desinformados. Não sei se nessa viagem que vocês foram lá ano passado, se deu pra vocês observarem que tem algumas comunidades que você pergunta o que é Resex e tem gente que nem vai saber o que é. Então lá dentro você ainda sente essa necessidade. Várias informações que vocês vão buscar e eles não vão saber responder, porque na verdade eles não estão participando e a gente tem se preocupado bastante nesses tempos de tá inserindo eles.

Miguel acredita que a maioria das pessoas que não conhecem, que não sabem o que a Resex representa. Para ele, quem participa é quem acredita que toda essa mobilização vai ter um resultado positivo para as famílias.

Tem uns que acham que não mudou nada. Essa é a situação. Eu coloco assim que 80% dessas pessoas acreditam, o resto, a minoria que não acredita. Por que a minoria? Essa minoria não participa, não tem informação e por isso a gente tem tentado buscar eles, a gente tem ido nas comunidades pra conversar, pra convidar eles, mas a gente vê que muitas vezes não tem resultado. Nas reuniões sempre tem pessoas de todas as comunidades, mas umas que participam mais e outras que participam menos.

Essa é uma das dificuldades que o Miguel percebe na gestão da Resex: falta de participação direta do povo, principalmente dos jovens. Ele começou a fazer reuniões para discutir estratégias para o envolvimento dos jovens nas discussões sobre a Unidade.

Porque a gente sempre fala pra eles que eles serão os futuros extrativistas da área e a gente começa a tá discutindo, a ideia minha também quando comecei na associação, de a gente formar um grupo para discutir as questões com as pessoas, pra estar inteirando mais elas. Por exemplo hoje lá na associação a coisa está mais nas minhas costas e quando eu saio a coisa fica meio que voando. E é por isso que a gente tem discutido nas reuniões que precisa de mais pessoas pra tá participando pra que quando um saia o outro saiba o que fazer.

Oura coisa que preocupa o Miguel é o baixo nível de escolaridade das pessoas. Ele acredita que para administrar com mais propriedade é preciso que as pessoas façam cursos além do ensino médio e curso superior.

Miguel constantemente é abordado por comunitários tanto quando está na sede da AAPA quanto ao caminhar pelas ruas de Fonte Boa. Geralmente as pessoas vão fazer denúncias dos próprios comunitários, que quebraram acordos, em geral quanto à utilização de material não apropriado para a pesca, como por exemplo a malhadeira, que sempre arrasta peixes menores que ainda não podem ser pescados. Observei que quando as pessoas fazem esse tipo de abordagem, Miguel sempre dizia que apesar de a Resex ser uma instituição federal, era pra ser cuidada por cada comunitário, “vocês tem que cuidar da Resex como se ela fosse uma propriedade de vocês”.

Contígua à Resex Auati-Paraná está Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Ela tem a particularidade: possui uma área focal e uma área subsidiária, pois possui uma área de mais de um milhão de hectares. As comunidades da Resex Auati-Paraná são vizinhas à área subsidiária. Esta área é administrada pelo Instituto Mamirauá de Desenvolvimento Sustentável e sua área focal é considerada um modelo de gestão. Segundo Rithere Cardenes, funcionário do Instituto, o trabalho de mobilização na área subsidiária é semelhante ao da igreja. Eles promovem oficinas de capacitação de lideranças e Programa de Qualidade de Vida, além de oficinas específicas para resolver conflitos.

Como dito anteriormente, a partir de 2007 a gestão da Resex foi assumida pela analista ambiental Leila Sena, não mais pelo IBAMA, mas pelo ICMBio. Ela conta que ocorreram muitas ausências na troca de funcionários e quando assumiu a Resex não havia gestor há um ano, estava “praticamente abandonada”. Leila esteve em licença maternidade durante o início de 2008, o que representou mais um período de ausência, que reforçou o descontentamento entre os moradores. Comentou ainda que a política ambiental estava pressionando cada vez mais os gestores, porque uma das metas do governo federal é de que até 2010 sejam implementados os planos de manejo das unidades de conservação.

Durante o período de ausência de Leila, a Resex ficou sob a responsabilidade do analista ambiental Elder Pena. No ano anterior, 2007, Leila tentou agilizar o processo de produção do plano de manejo da unidade, quando solicitou a consultoria do Laboratório de Manejo Florestal (LMF) em parceria com o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (LAPSEA), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para

pesquisa de campo e elaboração dos estudos para o plano de manejo da Resex. E foi justamente nesta ocasião a minha primeira inserção no campo, como pesquisadora da equipe do LAPSEA – INPA. Esta pesquisa deu origem a dois documentos, um elaborado pelos pesquisadores do LMF e outro pelos pesquisadores do LAPSEA.

Em 2008 a equipe do LAPSEA fez uma viagem a campo para a oficina de elaboração das Regras de Convivência da Resex, um item que, no documento que será elaborado, faz parte do item *Gestão da Unidade*, conforme o *Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais* (IBAMA, 2006). Este documento trata-se de um manual de como produzir um Plano de Manejo. Ele é uma síntese de um manual mais detalhista, que segundo Leila, seria possível produzir em dez anos. Institucionalmente trabalha-se em função de metas, objetivos e produtos. Conforme cada produto é produzido mais uma meta é atingida. Os produtos são os levantamentos de dados feitos na Resex, produzidos a partir da solicitação dos gestores por meio de Termos de Referência.

A demora na execução dessas atividades para a produção do Plano de Manejo ocorre por falta de uma independência financeira. A Resex recebeu recursos, durante um curto período do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente. O Fundo foi criado por meio da Lei 7.797, de 10 de junho de 1989 e “tem como missão contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA” (MMA, 2006). Porém, segundo Elder, este manual é tão complicado que é praticamente impossível cumprir todas as normas de prestação de contas dos recursos com o Fundo.

Atualmente, a Resex recebe recursos do Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. O Funbio é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1996 para administrar os recursos investidos em unidades de conservação. Ele administra o ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia, que recebe recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF) através do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento da Alemanha KfW e do WWF-Brasil. O ARPA é executado sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, pelo ICMBio e as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia Legal. Além disso, o programa também tem parceria com a agência de cooperação técnica alemã GTZ.

Apesar de as fontes disponíveis sob gestão financeira do Funbio serem provenientes de diversos seguimentos, como orçamento público federal (tesouro nacional e compensação de petróleo e gás) e fontes extraorçamentárias (como doações, compensações ambientais, fundos localizados e repasses diretos de empresas), conforme o documento Quanto Custa uma Unidade de Conservação Federal (MUANIS et al, 2009), é constante a dificuldade financeira na Resex. No ano de 2009 houve um corte financeiro muito grande e segundo alguns gestores, é devido à insatisfação de alguns financiadores com a prestação de contas do Funbio. Na opinião de algumas pessoas que acompanham esse trabalho diretamente, o Funbio não exerce sua função de maneira eficaz, inclusive alguns funcionários relataram que não simpatizam com a existência de Reservas Extrativistas.

A partir disso, percebe-se a importância deste trabalho numa reflexão sobre o funcionamento das instituições estatais e o caráter simétrico na relação entre os comunitários e o estado. Desta forma, ao forçar esta igualdade de estatuto, levando em consideração a prática dos cientistas e dos funcionários das instituições gestoras, produz uma análise social das ciências e da prática dos atores acabando com a hegemonia das verdades científicas, diluindo a oposição social-natural.

2.8. Onde tem conflito não tem manejo: a mediação dos conflitos sociais

Conforme já foi discutido, antes da criação da Resex havia muitos conflitos e ameaças de invasão. Até 2001 a degradação ambiental era intensa. Segundo o Rogério, um dos poucos moradores que resistiu na região foi o Sr. Miguel Tavares, da comunidade São José do Inambé. Disse que o sr. Miguel chegou a se armar para proteger “sua terra” dos invasores, ele “segurou a Resex a ferro e a fogo” na proteção dos lagos. No primeiro ano do manejo do pirarucu o sr. Miguel se estabeleceu como regatão e fazia aviamento. Ele fez contratos com os moradores da Resex, comprava os peixes para vender na cidade e trazia mercadorias para eles. Essa relação de “cumplicidade” entre os comunitários e ele se dava ao fato de ele ter resistido às invasões e cuidado da Resex enquanto muitos foram embora e após o manejo do peixe retornaram.

O sr. Miguel nasceu e cresceu na comunidade São José do Inambé. Possui o ensino médio e durante muitos anos trabalhou em dois turnos: de dia cortava seringa e a noite alfabetizava os adultos da comunidade, num trabalho em conjunto com o MEB durante três anos. A área onde está situada a comunidade São José do Inambé foi adquirida pelo avô do seu Miguel em 1902. Afirma que seu avô, seu pai e ele cortaram seringa durante muito tempo. Considera-se muito articulado entre os comunitários e as instituições: “sou amigo de todo mundo, mas não tenho obrigação com ninguém”.

Sobre a preservação do lago e do manejo, seu Miguel afirmou que: “uma das coisas que eu mais me arrependo na vida foi ter preservado o Lago do Inambé. Se eu não tivesse feito isso com certeza não teria esses problemas que eu tenho hoje. Quando as coisas foram dando certo as fofocas começaram”. Durante a entrevista demonstrou seu descontentamento com o trabalho de gestão da Resex. Para ele, o Ibama é muito lento na fiscalização, principalmente na questão dos conflitos. Disse se sentir culpado por tomar a frente do projeto de preservação da comunidade São José do Inambé, quando ainda não era Resex, porque desde os primeiros anos do manejo do pirarucu começaram os conflitos.

Segundo o seu Miguel, primeiro as comunidades próximas “cresceram o olho” e quiseram tirar peixe “na marra” do seu lago (ênfaticamente com a expressão “meu lago”) que lutou tanto para preservar sozinho. Parece que ainda persiste a prática de que os lagos da comunidade São José do Inambé são propriedade privada do seu Miguel, que sempre se vangloria durante a entrevista do fato de ser muito respeitado na Resex.

As comunidades que fazem parte do Complexo Inambé são: São José do Inambé, Boca do Inambé e São Luiz. Há uma história prévia de conflitos nessa região, que durante muito tempo pertenceu à família do seu Miguel Tavares. O seu Miguel era o patrão da área, as comunidades São Luiz e Boca do Inambé pescavam e vendiam a produção para ele. Em 2003 seu Miguel devia mais de R\$ 10.000,00 para as duas comunidades e foi firmado um acordo: seu Miguel permitiria que as duas comunidades pescassem nos lagos do Inambé e em troca sua dívida seria perdoada.

Contudo, Leila avalia que todos os anos há conflitos e a AAPA e o gestor precisam estar lembrando os acordos constantemente. Outro acordo feito seria que as três comunidades fariam a vigia dos lagos, porém Leila disse que a família do seu Miguel não permite isso. Eles dizem que não precisam de ajuda das outras comunidades para vigiar o Lago do Inambé, e podem fazer isso sozinhos.

Seu Miguel, por sua vez, afirma estar muito chateado com um fato ocorrido semana passa e quase gerou um conflito entre as três comunidade (São José do Inambé, São Luiz e Boca do Inambé) que pescam no Complexo do Inambé e o IDS. Ele considerou que o Henrique, técnico do IDS, teve uma postura invasiva ao liberar a comunidade São Luiz para pescar porque o barco do Mario Jorge (um empresário da cidade) já estava na região e ele tinha pressa de comercializar o peixe. Isso quebraria o acordo estabelecido entre as três comunidades, no qual só poderiam pescar juntas. Imediatamente seu Miguel foi ao IDS pedir explicações ao Henrique, um dos funcionários que mediava os acordos de pesca, e reclamar. Ele não concorda com o fato de IDS tomar parte no processo do manejo, principalmente pelo fato de a Resex ser federal e o IDS uma instituição municipal. Percebe-se que muitas vezes os modelos prévios de posse e propriedade se chocam com os novos modelos determinados institucionalmente.

Na mesma semana, o sr. Sionei, da comunidade São Luiz, foi à AAPA denunciar que a área – lago do Inambé – havia sido “mexida”, ou seja, pessoas haviam pescado pirarucu antes do período estipulado pelo acordo entre as comunidades. Ele encontrou um pirarucu morto, já em decomposição no local. Por causa disso os peixes “se espantaram” e o lago não tem mais peixe. Ele acreditava que isso “é coisa do seu Miguel Tavares”, que constantemente entra à noite no local com seu barco e não fala nada. Não se sabe o que ele carrega dentro do barco quando sai. Com isso, Leila sugeriu uma reunião com representantes das três comunidades durante a assembleia, assim seria feita uma acareação e todos poderiam dar sua opinião sobre o fato ocorrido. Além disso, seria necessário também uma discussão entre as comunidades sobre a denúncia de pesca ilegal no Inambé. Era preciso haver um entendimento em comum porque a situação estava ficando difícil na área, o certo, do ponto de vista institucional seria colocar em prática o acordo de vigilância em comum.

Caso essa reunião não surtisse efeito, talvez fosse preciso uma intervenção “de cima para baixo”, ou seja, seria necessário uma advertência institucional no caso do Complexo do Inambé para tentar acabar o conflito. Para a Leila, o Seu Miguel Tavares não perdeu a força de “dono”, de patrão das comunidades e continuou dizendo que sua postura atrapalha o manejo porque desde o início desse trabalho, como ela disse, “todos os anos ele causa confusão”. Percebe-se o conflito entre dois modelos de dominação, conforme Weber (1991), entre o tradicional e o burocrático. Assim, Leila afirmou que pretendia abrir um

processo para investigar esse caso, além de propor uma recontagem dos peixes da área, mas não pretende proibir a pesca porque a maioria das famílias já estão comprometidas e precisam do dinheiro para pagar dívidas contraídas desde o ano passado.

Do ponto de vista estatal-burocrático, identificar um conflito é fundamental para o desenvolvimento das atividades de manejo. O conflito pode causar algum dano na produção do ano e isto implica na perda de recursos e futuros financiamentos. Por isso existem procedimentos para tentar acabar com os conflitos nas comunidades.

Para José Oster, do IDS, quando se identifica um conflito o objetivo da instituição é tentar solucionar o mais rápido possível para que ele não seja disseminado. Os conflitos geralmente ocorrem por causa do uso dos lagos e acredita que praticamente não existem conflitos relacionados à questão florestal porque o manejo ainda não foi liberado, e assim que isso acontecer provavelmente serão criados novos conflitos. Embora ele acredite que novos conflitos surgirão no uso da madeira, será mais fácil resolver porque a demarcação da área de uso será feita a priori, e o uso será determinado pelo plano de manejo florestal.

No caso do uso dos lagos é mais difícil porque há uma história longa e apropriação dos lagos, desde o início das comunidades os recursos pesqueiros são aproveitados. Por isso a questão da divisão de lagos gera muitos conflitos. Para Oster, procedimento de acordo de pesca é muito claro: primeiro as partes são reunidas, no caso da Resex com a presença do IBAMA e o ICMBio; em seguida cada um discute seu ponto de vista.

Ele exemplifica o caso do conflito entre as comunidades Curimatá de Baixo, Curimatá de Cima e Cordeiro. O lago Argentina, em questão, está localizado na RDS Mamirauá. O acesso a este lago está a duas horas de caminhada das comunidades, mas as três comunidades queriam usar. Depois da discussão ficou decidido que seria de procriação, para abastecer os outros lagos. Oster disse que geralmente ele deixa que as pessoas apresentem soluções:

Tem um conflito entre os dois e a gente pergunta pra cada um qual seria a solução pra se resolver porque se a gente for impor eles acabam aceitando naquele momento mas pode ser que depois o conflito retorne. É melhor que eles apresentem porque isso sendo decidido por eles fica mais fácil até de eles cumprirem no futuro aquilo que foi acordado.

Quando não há um acordo, os comunitários vão ao IDS ou a sede da AAPA para fazer denúncias de uso indevido dos lagos e descumprimento dos acordos feitos. Depois

disso a instituição investiga e sugere reuniões para resolver o conflito.

Assim, são criados mecanismos para resolução de conflitos, tentando responder às perguntas: qual a tensão? Onde? Causas? E possíveis soluções? Respondendo a um manual de regulação de conflitos sociais.

2.9. Conflitos étnicos: “hoje em dia é mais negócio ser indígena do que extrativista ou comunitário”

A questão do manejo dos lagos reacendeu diversos desentendimentos prévios nas comunidades envolvidas. Na Resex Auati-Paraná existem vários conflitos entre comunidades, como já foi discutido acima. Contudo há também conflitos étnicos na região.

Um desses conflitos trata-se do caso das comunidades Itaboca e Santa União, que resultou na saída desta comunidade do âmbito da Resex Auati-Paraná, apesar de existirem laços de parentesco muito próximos entre as duas comunidades. Segundo Miguel Arantes, que nasceu na comunidade Itaboca, ocorreu que os moradores da comunidade Santa União, uma das participantes na criação da Resex Auati-Paraná, passou por um processo de auto-identificação indígena. Desde 2003, a anteriormente denominada comunidade Santa União passou a ser chamada de Aldeia Santa União, pois seus moradores se auto-identificam indígenas da etnia Cocama.

Esse desentendimento tem uma longa história, desde a década de 70, como conta o sr. Francisco Arantes (morador da comunidade Itaboca e pai do Miguel), quando fala da viagem feita pelos parentes da Santa União ao Município de Jutai a fim de se converterem à religião da Santa Cruz:

foi desse irmão José que surgiu essa religião. Ele ia pras comunidades e trazia aquelas cruzeiras pra implantar nas comunidades. Então foram se embora os meus parentes, pegaram essa cruz e implantaram na comunidade deles (...) Eles queriam que nós acompanhasse eles. Só que a gente não aceitou e como a gente não aceitou eles começaram a ficar assim revoltados, não gostavam mais de ninguém, que a gente não ia acompanhar e era um bando de bicho. Que se a gente acompanhasse eles ia se salvar, aquela coisa.

Os moradores de Santa União há cerca de 15 anos viajaram para o município de Jutai em busca de salvação. Eles se converteram para a Irmandade da Santa Cruz, na época liderada pelo Irmão José. Segundo Miguel, o conflito entre os indígenas de Santa União e

os extrativistas de Itaboca (seus parentes) está sendo amenizado, mas não terminou, pois todos os anos é preciso reafirmar o acordo. Disse que este ano a Leila precisou intervir, mandou avisar aos comunitários que “onde há conflito não tem manejo”. Apesar de participar da criação da Resex, a comunidade Santa União preferiu abandonar o projeto extrativista, assumindo a identidade indígena Cocama. Segundo o Miguel, eles foram orientados pela Funai a deixar a Resex porque “segundo a lei não pode haver indígenas em reservas extrativistas”.

Miguel afirmou ainda que constantemente as pessoas abordam ele dizendo que “hoje em dia é mais negócio ser indígena do que extrativista ou comunitário”. Miguel disse encarar isso como uma grande falácia, pois já definiu a sua inserção nesse mundo social. Afirmou que “se eu quisesse ser indígena eu poderia, já que eu sou Cambeba por parte de mãe e Cocama por parte de pai, mas eu me vejo como um comunitário”.

Sobre essa discussão vários segmentos emitem opiniões, desde os representantes dos comunitários, dos indígenas até a instituição gestora. Rogério afirma que:

Lá tem vários problemas: o primeiro é religião, enquanto os outros são freneticamente, são fervorosos na religião da cruz, eles só andam de roupa comprida, a comunidade do Miguel é muito religiosa católica. Um dos motivos é a igreja. Tem outros motivos, tem um pessoal mais difícil de relacionamento em ambas as comunidades que não se bicam.

Em Manaus pude entrevistar o Sr. André da Cruz (uma das lideranças do movimento indígena), da UNI/Tefé (União das Nações Indígenas de Tefé), que deu assessoria aos indígenas nesse processo de auto-identificação. Nessa conversa o sr. André disse que nasceu e cresceu na região na região do Auati-Paraná, por isso também demonstrou interesse em ajudar os moradores da comunidade Santa União na auto-identificação indígena. Ele afirmou que está mediando o processo de reconhecimento de terra indígena da Santa União desde 1992, e que eles num momento anterior solicitaram o apoio da comunidade Itaboca, mas estes não demonstraram interesse na auto-identificação indígena. Portanto, “hoje a Santa União não aceita mais a Itaboca”.

Um dos motivos do desentendimento ocorre pelo fato de a comunidade Santa União ter lucrado muito com o manejo do pirarucu. Alguns representantes de instituições se incomodam com o fato de algumas vezes ao receber o dinheiro do pagamento as pessoas iam para a cidade gastar tudo comprando cachaça e não melhoraram em nada a estrutura da

comunidade, as casas continuam em condições precárias.

Contudo, em 2003, ocorreu que as duas comunidades precisaram se unir contra a suposta invasão de empresários que se diziam proprietários da área. Otávio Raman, um grande empresário de Manaus, se dizia proprietário de lagos no Complexo de Lagos do Buiçu, área na qual o manejo é praticado pelas duas comunidades: Itaboca e Santa União. Segundo alguns comunitários, na verdade, este empresário servia como representante de um político amazonense. Durante muito anos eles exploravam o trabalho dos comunitários, obrigando-os a pescar na região que sempre viveram em troca de um valor muito baixo. Segundo o Sr. André Cruz, este foi um dos motivos do desentendimento entre os parentes de Miguel.

Foi preciso a intervenção do IBAMA e da Polícia Federal na resolução desse conflito. Porém houve dificuldade no envolvimento mais efetivo do poder judiciário neste caso. Enquanto funcionário público, Rogério fez um parecer sobre a situação no local, porém havia impasses quanto à caracterização daquela situação como um conflito, que poderia interferir nas atividades da pesca, além do risco de perda do direito de praticar o manejo:

O Miguel viu o documento que eu fiz pro juiz e ele não assinou em baixo. E aí o que ele fez, ele mandou pra outra instância. Eu nem sei como ficou o julgamento daquilo, eu acho que ele perdeu. E o juiz estava baseado num parecer que ele pediu pra mim, pediu porque quis. Eu fiz como servidor público que tem a obrigação de dar. E os caras perderam. O juiz podia ter dado indeferimento ali e não deu, mandou pra instância superior, sem o indeferimento dele. E aí tinha um problema: se o conflito se tornasse muito forte e quase sempre foi forte, perdia o manejo porque o manejo não se faz em área com conflito, por isso que as duas comunidades conseguem tirar o pirarucu de lá.

Em 2005 novamente os moradores da Resex passaram por problemas com invasões. O conflito por invasões de terras ainda é constante na região. Mas desta vez foi preciso a intervenção da Polícia Federal no local para evitar o conflito armado. Segundo Rogério, algumas pessoas que praticavam pesca predatória constantemente e se autodenominavam indígenas, também da etnia Cocama, foram expulsos pelos moradores da Resex por não respeitarem os acordos do manejo.

Eles se estabeleceram numa região que chamaram Maguari, próximo ao Anarucu. Uma localização estratégica para invadir duas áreas muito ricas: o complexo do Buiçu (dentro da RDS Mamirauá) e ao mesmo tempo o Complexo do Inambé (Resex Auati-Paraná). Os indígenas em questão entraram em contato com várias instituições solicitando

o apoio no reconhecimento sua etnia, porém não receberam esse apoio. Rogério disse que eles autodenominavam indígenas para conseguirem terras e o direito de tirar peixes.

Após o estabelecendo do manejo do peixe esses indígenas, que não viviam nas imediações da Resex e só iam tirar peixes dos lagos, foram perseguidos pelos comunitários que não queria deixar que eles estabelecessem moradia próximo à Resex. Esta situação fez com que duas comunidades da Resex (Itaboca e Santa União), que mantém relações conflituosas, se unissem contra esses invasores. Itaboca é uma comunidade católica e está localizada dentro da Resex; Santa União é uma comunidade que se autodenomina indígena da etnia cocama e sua religião é a Irmandade da Santa Cruz. Apesar de essas duas comunidades possuírem parentesco, as diferenças religiosas e de interesse são mais fortes.

Durante algum tempo as crianças da comunidade Itaboca não podia estudar na comunidade Santa União, mas hoje já é permitido. Rogério também mediou esse conflito com os “parentes” que não se davam bem e disse que se eles não parassem com as brigas o manejo do peixe não seria mais permitido, pois onde há conflito não pode ter manejo. Essa condição fez os moradores das duas comunidades “esquecerem suas diferenças” e se unirem contra os invasores.

Os “indígenas invasores” conseguiram se fixar num local e estão lá até hoje. Esses indígenas juntamente com um candidato a prefeito de Fonte Boa, em 2004, utilizaram o conflito na Resex como “plataforma eleitoral”, eles faziam campanha para esse candidato que era contra o manejo e não gostava da presença no Ibama no município. Durante a sua campanha, o candidato dizia que o manejo gerava conflitos e proibições. Rogério relatou uma situação criada por esse candidato: ele saía nas ruas com um carro de som, parava na frente da casa do Rogério e dizia: “você, cidadão que gosta de comer tracajá, que está insatisfeito com as proibições, venha participar da nossa reunião”, segundo Rogério, instigando a raiva das pessoas contra o Ibama. Ser contra o Ibama virou bandeira de campanha.

2.10. Estabelecendo as Regras: uma nova etiqueta social

Em Novembro do 2008, participei da assembleia para definição das regras de convivência da Resex, um dos itens do Plano de Uso. A regras de conviência são “acordos específicos em nível de comunidades, elaborados e aprovados pelos moradores, respeitando a especificidade de cada local, desde que não contradigam os objetivos da Unidade de Conservação e este o Plano de Manejo” (IBAMA, 2006, p. 6). Essas regras fazem parte de manuais de etiqueta (ELIAS, 1990) social, cuja função principal é o controle das emoções e a etilização da conduta, naturalizando e internalizando os comportamentos de interesse do Estado.

Durante a viagem de Fonte Boa à Resex, foi possível levantar uma discussão sobre o sentido da expressão “povos tradicionais” com um dos mediadores da assembleia, o analista ambiental Álvaro Lima, engenheiro de pesca. Ele participou da implantação do manejo do pirarucu e a convivência com os comunitários causou um incômodo, pois entrou em choque com o seu entendimento sobre o que é ser um comunitário, ou a polêmica discussão sobre povos tradicionais. Ele acredita que as pessoas que vivem na Resex devem “viver como povos tradicionais”, ou seja, usar chapéu de palha, roupas simples, nada muito extravagante. Ao contrário de como ele vê algumas pessoas da Resex, que usam tênis *Nike*, cordão de ouro e roupas “de gente da cidade”. “Afim de contas, o que são povos tradicionais?”, perguntou.

Tentei explicar que povo tradicional é um conceito que tem uso preciso e político. Essas pessoas não fazem parte da “mitologia” Amazônica inventada pelos classificadores. São pessoas que “assumem” uma identidade coletiva para reivindicar seus direitos. Ele afirmou que essa dúvida não é apenas dele, mas da maioria dos funcionários do Ibama.

Ele acredita que as pessoas do interior são influenciadas pelo capitalismo da cidade e acabam se comportando de maneira não-autêntica. Acredita que esse *caboco*-ribeirinho-povo tradicional ou da floresta deveria viver de maneira mais autêntica e não aceitar tudo o que vê na cidade, porque para ele isso reflete na relação dessas pessoas com a Resex, em como eles vão gastar o dinheiro obtido com a venda do pirarucu, da castanha e outros produtos. E na sua opinião isso é um grande problema. Como gastar todo esse dinheiro recebido? Mais uma vez nota-se a questão do essencialismo que o Estado produz a partir do cotidiano social, proposto por Herzfeld (2008). Pontos de vista que fazem parte do

imaginário sobre a Amazônia exótica e suas diversas utopias, pois assim como é construído um “cenário amazônico” é necessário criar personagens para a composição deste cenário. Neste pressuposto, não apenas estatal mas em diversos planos, o comunitário é aquele que não precisa de muito para viver, o homem simples, que representa o oposto ao padrão consumista da sociedade capitalista. Propondo um ideal de que é necessário também preservar este modo de vida genuíno e admirável.

Criar um novo modelo de conduta é uma das medidas necessárias para a existência da Resex. Após uma definição de comunitário ou povo tradicional é preciso estabelecer as regras de conduta nas relações sociais. Por exemplo, não é qualquer pessoa que pode viver na Resex. O SNUC assegura o direito às pessoas que nasceram e cresceram nessas unidades. Segundo o Miguel, “caso algumas famílias quiserem morar tem que ver se a comunidade onde elas estão querendo aceita, aí depois passar por toda uma avaliação”. Essas pessoas devem passar por um período de observação, como um teste nas relações de convivência.

O Plano de uso da Resex trata-se de um conjunto de regras que definem os comportamentos das pessoas, fundados nas palavras de ordem: “o que pode, o que não pode e o que poderá”. O que está em questão aqui é um conjunto de novos comportamentos, um dever-ser imposto pelo Estado, com a essencialização do coletivo, presente no imaginário romântico sobre a Amazônia e o modo de vida ideal para a região. O princípio básico é o estabelecimento de um bom relacionamento, é conhecer as pessoas e respeitar as regras de convivência.

Por exemplo no caso da criação, existem alguns problemas por causa da criação de animais, tem uma plantação ali aí o bichinho vai lá e come, derruba, quebra, aí começa uma briga. Eu acho assim, porque se você tiver uma regra de convivência você vai pensar assim que vai ter o animalzinho aqui mas vai cuidar dele, deixar ele não passar pr'ali pra não causar problema.

As regras de convivência, um dos itens do plano de uso, são regras que servem para “você saber lidar com as pessoas, porque às vezes você pensa que tal comunidade é as mil maravilhas, mas não, tem coisa que atrapalha a convivência das pessoas”, disse Isaac. Ele considera a boa convivência social quando os moradores de uma comunidade se reúnem para fazer mutirão, porque a comunidade realiza um trabalho coletivo com um resultado para todos e não individual. Lembra que quando era criança as pessoas costumavam fazer

muitos trabalhos coletivos e hoje em dia não acontecem mais devido ao empenho das pessoas no manejo da pesca. Acredita que algumas famílias deixaram de acreditar neste trabalho, mas outras ainda praticam essa atividade que ele considera tradicional.

Quando a gente trabalhava com arroz em Itaboca era uma coisa muito animada, eu lembro como se fosse hoje, eu gosto muito de arroz, a gente plantava mesmo, era muito animado. Mas depois que atacaram as pragas, a gente tinha um veneno mas não deu mais certo. Eu vejo que o ajuri é um trabalho muito forte, mas isso não acontece mais, as pessoas deixaram até de trabalhar.

Isaac nasceu na comunidade Itaboca e além do cargo de vice-secretário da AAPA, ele é agente comunitário de saúde e coordenador do Projeto Educampo I. Este projeto faz parte do Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do INCRA, numa parceria com a Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

O tradicional ajuri, na opinião de Isaac, foi praticamente abandonado porque a maioria das pessoas está engajada na pesca. Eles praticam a “pesca da caixinha”, que é a captura de peixes, armazenamento em caixas de isopor e a venda na cidade ou para o atravessador. Ele continua dizendo que para algumas comunidades que trabalham com lagos de preservação essa prática é um grande problema, porque além de causar danos nos lagos, promove o comércio dos regatões.

As regras de convivência foram discutidas na comunidade Vencedor e baseados no documento: proposta aberta de plano de uso (conjunto de regras de convivência) da Reserva Extrativista Auati Paraná produzido em reuniões anteriores, foram iniciadas as discussões. Primeiro foi necessário que eles definissem alguns conceitos, como finalidade, responsabilidades, usuários e beneficiários, permissões e penalidades. Chegaram ao acordo nas seguintes definições:

Plano de uso: é o conjunto de regras com a finalidade de melhorar a convivência entre comunitários e comunidades para garantir o direito ao usufruto dos recursos naturais da Resex e melhorar a convivência e melhoria da qualidade de vida.

Responsabilidades:

- cuidado: comunitários
- fiscalização: comunitários, órgão gestor (ICMBio e Ibama), conselho, AAPA, agentes ambientais
- execução: AAPA e agentes

•fazer cumprir: ICMBio

Quem é o morador da Resex?

→É aquele que mora na comunidade e participa de todas as atividades

→Respeita as regras da comunidade

→Traz as informações para as comunidades

→Utiliza e cuida dos recursos da Resex

→Usuários: aqueles que moram no entorno da Resex, ou seja, no lado direito do Auati-Paraná, na área da RDS Mamirauá. Comunidades: Cordeiro, Boca do Inambé, Luiz, Curimatá de de Cima, Curimatá de Baixo e Itaboca.

Após a leitura do texto que foi elaborado aos poucos em outras reuniões, o grupo foi dividido em outros menores, por comunidades, para que cada ponto fosse discutido. Foram definidas as regras para a agricultura, como por exemplo o tamanho da roça, o tempo de uso da terra, permissão para a utilização de outra comunidade. Além das regras para a caça e para o beneficiamento das casas. Neste momento muitas pessoas alegaram a necessidade do beneficiamento das casas, pois precisam de um mínimo de conforto. Um dos participantes disse que queria “ver um engravatado passando uma noite na Resex, numa casa cheia de buracos onde os carapanãs entram e fazem a festa para ele sentir como é difícil dormir com muitos carapanãs perturbando”.

Outro participante alegou que não acreditava que esse plano de uso seria feito pelos moradores, “vai chegar lá na lei e não vão deixar isso passar, principalmente nessa questão da madeira porque o Ibama não vai liberar a gente usar pra beneficiar as casas”. Outro sugeriu que o conselho deliberativo opinasse quanto às permissões dentro da Resex, mas o Miguel Tavares Filho disse que não ainda não existia legalmente, o que impossibilitava que muita coisa acontecesse lá dentro. Leila completou afirmando que eles estão esperando há um ano a portaria da criação do conselho deliberativo. Chegaram a conclusão de que para ter os benefícios da Resex é preciso participar da comunidade ativamente. Inclusive quando tocaram na questão da educação houve outra polêmica porque a maioria das pessoas que saem para estudar em Fonte Boa ou outras cidades não retornam e vão somente para interesses individuais.

A principal discussão da assembleia foi a definição para as regras da pesca, baseada nas seguintes questões:

- o problema de comunidades que não possuem lagos e outras que não possuem lagos de procriação, como por exemplo a comunidade Murinzal, que pesca de quatro em quatro anos para evitar a extinção dos peixes;
- invasões de áreas de preservação por comunitários, além da invasão de pessoas de “fora”, que se estabeleceram próximo aos lagos, se apropriam deles e não permitem que os comunitários possam pescar;
- confusão entre conceitos: “Quando fala de peixe é complicado porque muita gente pensa diferente”; “não adianta pescar todos os anos porque se acaba. O manejo não veio pra acabar, quem acaba são os comunitários”; discussão sobre a vigilância dos lagos;
- autorização das comunidades para a pesca para comercialização (a pesca da caixinha) – cada família pode ter direito a pescar (peixe miúdo) e vender em Fonte Boa, fora da época do manejo? “A exceção pode dar certo ou errado porque o instinto do homem é lucrar”, segundo um dos participantes.
- acordo comunitário: quanto peixe? Tamanho da caixa de isopor? Frequência? Quem? – levar a caixinha de peixe para Fonte Boa pode influenciar as invasões, segundo outro participante. “Tem que ter controle senão vai continuar a bagunça, tem que criar as regras pra isso senão não adianta nada”. Outros disseram que o acordo só vai funcionar se não for permitida a entrada de barco pesqueiro na Resex;
- definição de instrumentos de pesca;
- captura de peixe de “tinguejada” – quando o rio muda de cor (julho/agosto) e seca, muitos peixes ficam acumulados em pouca água e acabam morrendo por falta de oxigênio. Isso porque o Solimões e o Japurá, que dão origem ao Auati-Paraná, enchem em épocas diferentes;
- definição dos limites de cada comunidade ao longo do “rio” Auati-Paraná - “não é proibido pescar no rio, mas tem que definir as áreas de cada comunidade”; “a pesca no rio tem que ser definida senão mais tarde vai dar problema”. Para isso usaram a divisão da “era dos antigos”, por volta de 1920 a 1930;
- definição de penalidades: houve muita dificuldade para a definição de penalidades, pois segundo alguns moradores ninguém pune ninguém. Não existe o estabelecimento de punições severas. Foi definido: advertência, exclusão da comunidade, perda do direito do uso dos recursos, recuperação do dano e compensação do prejuízo, encaminhamento às autoridades.

Uma das sugestões do analista ambiental foi a criação de regras para entrada e saída de barcos pesqueiros na Resex. Outra medida seria um maior controle do monitoramento do manejo, pois para a instituição gestora é preciso ter uma ideia da evolução pesqueira ao longo do tempo. Há falhas nas informações e se não houver um controle dessas informações a produção não será eficaz. Álvaro disse aos participantes que “apesar das falhas o IDS conseguiu implantar a pesca na região”, em comparação com instituições com o Instituto Mamirauá que possui mais recursos, o IDS possui pouco pessoal e pouco dinheiro para desenvolver suas atividades. Primeiro, disse ele, “é preciso aprender a andar para poder andar sozinho”. Apesar de muitas pessoas não estarem de acordo com a intervenção do IDS, eles reconheceriam o esforço do pessoal do IDS.

2.11. “Mas daqui, quem foi que não errou?”

Um dos participantes disse que não concorda com a intervenção do IDS porque alguns técnicos agem como autoridades absolutas, ao relatar que foi multado por um dos funcionários do IDS, ele protestou dizendo que “eles são apenas funcionários do IDS e não tem nada que assinar, a assinatura deles não vale nada”. Moradores das comunidades Murinzal, Vencedor e São José do Inambé disseram ter problemas com o IDS, eles alegam que alguns funcionários não reconhecem o trabalho das outras instituições e “desmoralizam o papel do gestor”, até mesmo faltando com o respeito. Um dos comunitários relata que um funcionário do IDS chegou no barco em questão chutando os objetos e chegou a arrebentar duas portas do barco a procura de produção irregular. Leila sugeriu que ele fizesse um relato por escrito e enviasse às autoridades competentes sobre a atuação equivocada do funcionário.

Um dos participantes alegou que a maioria das pessoas sempre esperou que o IDS fizesse todo o trabalho. “Vocês reclamam, falam e não fazem nada”, disse. A solução, sugeriu Álvaro, é a organização e sistematização das atividades da AAPA. A princípio é preciso de um cadastro de todos os barcos dos moradores da Resex, porque “tem que estar tudo legalizado, senão não tem condições de fazer um bom serviço”.

Álvaro chamou atenção para o grupo sobre a reunião que ocorre todos os anos no final do período da pesca. Nessas reuniões o IDS representa todas as comunidades, “o IDS

fala pelas comunidades”. E completou dizendo que eles vão ter que assumir mais responsabilidades além das que já existem, “pra poder andar com as próprias pernas vocês vão ter que assumir muitas responsabilidades”. E para isso, continua, é preciso capacitar os comunitários e aperfeiçoar seu trabalho. Isso significa ter o completo domínio do manejo, desde as técnicas legais de pesca, além pessoas capacitadas para a produção dos relatórios e da execução de trabalhos burocráticos como: participar de reuniões, fazer atas, elaborar contratos de compra e venda, regulamentar a documentação dos pescadores junto a SEAP. Em seguida perguntou: “vocês estão preparados para fazer isso independente do IDS?”

Um dos participantes respondeu: “preparado a gente não tá mas com ajuda a gente consegue”. E outras pessoas foram sugerindo medidas como a contratação de um técnico para capacitar os monitores das comunidades. Mas Álvaro perguntou: “quem vai pagar ?” A resposta veio de imediato: “a comunidade que precisa e a AAPA”. Álvaro continuou dizendo que a comunidade é a AAPA e tudo se resolve fazendo uma planilha de custos. Ele acredita que uma das prioridades da Resex é estabelecer um plano para vigilância e propõe a parceria mais efetiva entre o IBAMA e os moradores. Esse plano de vigilância exige um planejamento: é preciso gente, dinheiro, transporte, participação e estratégia de trabalho. “é preciso pensar, é preciso ter uma estratégia de trabalho”. Contudo, um dos comunitários disse que não acredita que somente a organização vai resolver o problema. Para ele, os invasores devem ser punidos.

Nós somos agentes ambientais e fomos treinados para conscientizar esse povo, mas esse povo tá surdo. A gente fala e fala mas eles não ouvem, ou então ouve mas não vê. Eu acho que tem que acabar com essa história porque só chamar atenção não adianta. O cara que vai cometer esse tipo de invasão não tem vergonha mesmo.

“Mas daqui, quem foi que não errou?”, perguntou um comunitário. É para isso que servem as regras de convivência comunitária, alegou o analista ambiental. Antes de expulsar qualquer pessoa da comunidade é necessário estabelecer as penalidades. No caso de infração nos lagos, não há possibilidade de reposição, por isso é estabelecida a perda de direitos: “o estabelecimento da pena tem que estar relacionada com o crime que a pessoa cometeu”.

2.12. Princípio de emancipação e a posse do Conselho Deliberativo: “tem que misturar nesse pirarucu muita ética”

*Animados pela fé
e bem certos da vitória
vamos fincar nossos pés
e fazer a nossa história*

Foi cantando esta música que os comunitários animaram a assembleia para a posse do Conselho Deliberativo da Resex. Após dois anos de espera o Conselho foi aprovado e empossado. O conselho deliberativo é formado por membros de todas as comunidades e de representantes das instituições que de alguma forma possuem parcerias com a Resex, como IDS, Paróquia de Fonte Boa, IMDS. A reunião iniciou com a apresentação do projeto do professor Pedro Oliveira, para beneficiamento do pescado. Poucos minutos após ter iniciado a explicação foi interrompido por um dos representantes do ICMBio que participou da reunião à convite da gestora da unidade. Iniciou a intervenção dizendo que falaria no português claro para que todos compreendesse sua fala mais rápido. Em seguida, continuou, afirmando que ouviu dizer que a AAPA estava iniciando um processo de organização para assumir o processo do manejo da pesca. “É uma responsabilidade muito grande, mas eu tenho certeza de que vocês vão dar conta”. O secretário da AAPA trouxe à discussão o fato de que é necessário capacitar os comunitários para que possam trabalhar sem a mediação de diversas instituições como acontece hoje. Porém a representante continuou perguntando se eles tinham noção da importância do que é a AAPA assumir todo o processo do manejo da pesca. O representante da Paróquia de Fonte Boa, um dos membros do Conselho Deliberativo, afirmou que esse tipo de intervenção parecia uma suspeita de que os gestores não pareciam acreditar na capacidade dos membros da associação para administrar o processo.

Um dos participantes afirmou que em reuniões passadas ficou acordado que a AAPA assumiria o manejo do pirarucu, “eles disseram que vão ensinar e eu estou disposto a aprender e ajudar no que puder, e eu sei que pra assumir o manejo tem que ter uma grande responsabilidade, tem que ter muita disposição e muito cuidado”. A representante do ICMBio disse que ficou espantada em saber que eles assumiriam o trabalho, porque “todo aquele trabalho que o IDS faz são vocês que vão assumir. Vocês vão ter que arrumar

a casa e a associação vai fazer exatamente o papel do IBAMA”. E continuou elencando os problemas e dificuldades que os membros da associação teriam ao assumir todo o processo, relembrando que “a primeira regra do manejo é não ter conflito, é não ter briga porque se tiver conflito e problema o manejo não vai ser liberado”. Esta regra principal levou em consideração o fato de que a atividade pode a qualquer momento ser paralisada caso eles não tivessem sucesso nas atividades. E ter sucesso significava demonstrar total acordo, além da condição de um aumento na produção a cada ano. A principal ideia disseminada é que o o manejo só acontece de maneira eficaz se a cada ano, durante a contagem dos peixes, os relatórios apresentarem um aumento significativo dos peixes nos lagos.

Um dos participantes da reunião questionou a representante do ICMBio sobre a principal dificuldade que eles enfrentariam: “então, na sua opinião qual é o maior problema que o comunitário pode enfrentar ao desenvolver todas essas funções?” E teve como resposta uma série de instruções baseadas no procedimento burocrático da instituição. Em primeiro lugar a associação teria que contar com uma participação mais efetiva dos membros, para executar diversos trabalhos burocráticos, tais como preenchimento de guias e formulários, durante os procedimentos de pesagem e medição do peixe. Ela enfatizou que a partir desta decisão de autonomia o trabalho deles teria uma dimensão muito maior do que somente a pesca, a obrigação deles sairia do plano prático para o plano burocrático, e por isso há a necessidade de uma equipe trabalhando em Fonte Boa durante o manejo.

Vocês vão ter que assumir uma coisa que pra nós é verdadeiro, vocês tem que ser os donos dos recursos. Como vocês são os donos do pirarucu, nós estamos entregando toda a responsabilidade pra vocês e vão ter que cuidar dele desde a hora que tiram do lago até na hora de assinar o documento. É uma notícia que eu acho que pra autonomia de vocês é muito boa, não sei se o Estado vai topa. Por nós não tem problema porque nós acreditamos em vocês, que vocês tem que dar conta porque na hora que vocês não derem conta nós vamos ter que suspender. Por exemplo, quem de vocês está preparado pra fazer o relatório? (...) O primeiro passo é vocês convidarem o IBAMA pra fazer o planejamento com vocês, dar um treinamento pra vocês realmente saberem o que é assumir o manejo.

Após o discurso da representante do ICMBio, o secretário da associação disse que entendia o discurso como “um olhar para um compromisso maior com o trabalho, por parte dos membros das comunidades”. Em seguida, Dom Mario, representante da Paroquia de Fonte Boa, disse que essa transição deveria ser lenta para que todos pudessem ser

capacitados para o trabalho. Além disso, segundo Miguel, a maioria das pessoas que acompanhou o processo já tem capacidade de desenvolver o trabalho. E no ano anterior ele foi em todas as comunidades convidar representantes para acompanharem desde o início. Aproveitou para falar que a AAPA tem muitas atividades e é preciso o acompanhamento e o apoio de mais pessoas no cotidiano desses trabalhos, porque “os problemas sempre vão existir e a gente tá aqui e lá pra resolver. Por isso é preciso formar um grupo de pelo menos seis pessoas que vai estar diretamente ligado com o manejo na associação, porque no período da pesca é preciso mais participação, tem que reunir com mais frequência”. Assim, Miguel propôs a criação do grupo de pesca.

Após ler um artigo do SNUC, a representante do ICMBio continuou o discurso para posse dos conselheiros.

Vocês, assim como nós gestores, tem que continuar fazendo a luta do Chico Mendes que é cuidar da floresta, cuidar do rio, porque todos vocês pediram pra criar a Resex e quando o governo publica é porque o governo confia que vocês vão cuidar realmente. Embora vocês não sejam proprietários no momento, vocês são os verdadeiros donos daqui. E embora o governo viva atolado na burocracia, ele criou a lei das populações tradicionais. Eu sempre digo que nós gestores vivemos pra cuidar de vocês, a nossa preocupação é que tudo dê certo (...) Eu queria mesmo colocar uma preocupação na cabeça de vocês, porque o Miguel vem aqui e fala, a Leila vem aqui e fala, o Severiano fala, mas vocês não falam nada. Vocês só dizem que tá tudo bem e quando a gente sai daqui é com preocupações que com certeza vocês não tem, mas que deveriam ter”.

Após o discurso inicial de posse, Dom Mario falou sobre o que considera um os entraves ao desenvolvimento dos trabalhos nas comunidades e na Resex, por que “antes sempre se dizia que não era possível fazer as coisas porque faltava o conselho, agora já tem a única coisa que faltava. A pergunta é em geral para todas as entidades: com a aprovação do conselho vai ter mais algum outro entrave pro manejo? Porque vocês sabem que as comunidades tão precisando de uma solução”.

Para a representante do ICMBio o principal objetivo do conselho é a tomada de decisão. No início da reunião eles apresentaram um vídeo sobre duas unidades de conservação, explicando qual o trabalho do conselho deliberativo. Disse ainda que o papel dos gestores não é proibir porque eles já sabem o que é proibido, e que o plano de manejo é um documento que vai reunir todas as regras de como será a administrada a unidade de conservação.

A intervenção de Dom Mario foi constante no debate, principalmente quando se tocou na questão da honestidade. Lembrou que a maioria das pessoas que estavam envolvidas com a Resex passaram pela formação da igreja. Em seu discurso disse que uma das coisas que a paróquia sempre luta, e que é a base de tudo, é a ética. “a gente vê que entre a nossa política falta essa parte básica, a ética, e isso escangalha todo o trabalho da prefeitura”. Disse que é preciso que cada um reflita sobre suas ações no mundo, porque já houve diversas iniciativas de projetos que não deram certo por causa da falta de ética.

qual foi a razão do fracasso? Falta de ética, falta de fé, falta de moral cristã. Temos que refletir sobre isso. Sem ética, eu não to falando só de fé não, sem ética humana as coisas não vão. É uma questão de fé. Então nossas igrejas, nossos cultos, tanto a católica quando a assembleia de deus e outras cristãs tem que refletir sobre isso senão as coisas não dão certo, senão desmobiliza todo o trabalho da Resex.

A prática cristã se confunde com o trabalho de mobilização e gestão da Resex. Ele demonstrou incômodo quando foi discutido sobre a capacidade das pessoas de assumirem o manejo. Muitos comunitários demonstraram animação para o trabalho, outros não se manifestaram. Dom Mario disse para as pessoas prestarem atenção daqui pra frente nas atuações e nos projetos propostos. Sobre o projeto que o professor da UFAM apresentou ele afirmou:

Tudo tem que se discutir. Não vale engolir tudo o que ele fala não porque tem que levar em consideração a teoria que vocês tem aqui. Você é um doutor do pirarucu aqui. É verdade ou não é? O seu pai, o seu avô já faziam isso há muito tempo. Então tem que juntar o que vocês sabem com o que eles trazem. Você é o doutor daqui do interior. Solta qualquer um aqui nessa floresta? Outra pessoa morre, mas você é o doutor. Agora tem que juntar nesse processo todo a fé. Isso aqui gente, se eu falhar, se eu sujar eu escangalho a vida de todo mundo. Tem que misturar nesse pirarucu muita ética. Então eu chamo a atenção pra esse ponto: você tem que acreditar em você, na sua sabedoria e trocar essas ideias, discutir e principalmente trabalhar com honestidade porque a coisa é pra todos.

O projeto cristão ainda está muito presente na Resex, apesar do processo de burocratização pelo qual passou. O Conselho é visto como mais um elemento que pode modificar a situação atual. Um dos comunitários participantes da assembleia disse que o Conselho “veio pra que tire nós desse sepulcro, porque se o plano de manejo vier o Conselho vai estar a frente. Acho que com esse conselho a gente vai acabar com esses

conflitos”. A criação da Resex institucionalizou novos conflitos, que em geral as pessoas percebem como uma coisa ruim, que vai degradando as relações e aos poucos esse projeto pode acabar. A formação do Conselho é mais uma etapa na configuração social da Resex, que como pudemos perceber não se trata de um espaço puro e harmônico, mas um espaço no qual as pessoas constantemente reinventam seus territórios, agem e reivindicam formas de mudança da condição social.

Algumas considerações finais

Esta etnografia aborda questões sobre a regulação social em curso pelo Estado, resultado de novas territorialidades na região. É discutido o impasse entre formas prévias de territorialização e uso dos recursos naturais e a institucionalização de formas de territorialização engendradas a partir do que o Estado entende como uso racional dos recursos. O Estado não é entendido neste estudo como monolítico, um ente superior, estático e organizado racionalmente. Mas como um conjunto de instituições cujas relações de poder inscritas no espaço estão constantemente em risco. O Estado é faccional e isso reflete nas políticas ambientais propostas no país. Daí a proposta de uma simetria na relação entre comunitário – instituição, a instituição é produzida por pessoas, e por ela passam interesses individuais e coletivos. Destacando as trajetórias pessoais e coletivas para se compreender sob qual o ponto de vista parte o discurso, que não se configura como uma instância separada da prática. Portanto, não se trata de uma etnografia sobre a atuação do Estado na política ambiental brasileira, mas sobre como, a partir do caso específico da Resex Auati-Paraná, é produzida uma nova configuração social.

A partir disso, nota-se como esse processo de regulação, no caso da região amazônica, é sempre pensado em instâncias burocráticas, consideradas superiores e detentoras do entendimento geral do que se caracteriza como Amazônia. O antigo projeto de colonização da região se utiliza de novas ferramentas, cada vez mais refinadas, partindo-se do princípio do estabelecimento de metas. A base econométrica ainda se destaca na formulação dos diversos projetos indicados para a região. Assim, o estabelecimento de modelos abstratos e simplificados dos processos sociais, artificializam cada vez mais o mundo social. O que coloca em questão o estatuto de superioridade da burocracia, do conhecimento científico que demarca a região, a dimensão da Amazônia homogeneizada, naturalizada arbitrariamente e essencializada por meio do ato político-administrativo da constituição dos dispositivos de ordenação territorial.

O processo de criação do projeto Reserva Extrativista no cenário brasileiro é possível a partir do empenho e esforço dos movimentos sociais no direito à terra e ao uso desses recursos de maneira legal por pessoas que já viviam e estabeleciam relações prévias nos espaços da floresta. Enquanto esse “sonho” não se efetivava a luta se configurava na

disputa pelo direito de uso de um lugar que já se constituía como espaço vivido.

Conforme já discutido, a Igreja Católica esteve presente durante esse processo de legalização. Contudo aquilo que no entendimento das pessoas se conformava como uma solução para os diversos problemas sociais da região, a partir da legalização desse direito foi efetivada a disciplinarização do espaço a partir do ordenamento territorial, tendo como base a racionalização no controle dos recursos naturais. Tal empreendimento produziu um rearranjo das pessoas e recursos dentro de unidades de conservação, criando regras que vão delinear os novos usos sociais do espaço, o projeto das Reservas Extrativistas brasileiras. O Estado tenta se abstrair, tentando esconder suas fragilidades na burocracia. Assim, diversas imagens da região, numa configuração homogênea formam o discurso de dominação. Contudo, neste processo não há dicotomia dominantes-dominados, mas um processo de negociação constante. As relações de poder prévias e as institucionais estão em constante transformação.

Essa negociação pode ser observada a partir do caso da organização do manejo da pesca, no qual o modelo prévio de organização territorial das comunidades entra em constante conflito com o burocrático, que insiste em instituir o discurso da “Resex como um todo”. O bem comum, que pertence a todos e a ninguém, uma convenção social transparente que precisa de um princípio naturalizador para legitimar como se deve agir. Assim, é preciso cuidar de algo que não é uma propriedade privada, é um bem público, mas que se caracteriza como próprio. O que caracteriza os conflitos de zoneamento territorial, pois um dos itens do documento que determina a gestão da área é o zoneamento ecológico.

Os possíveis conflitos que surgem a partir dessa nova modalidade de uso social, implica na resolução forçada dos conflitos, para isso a coação externa que é internalizada e passa a regular internamente os impulsos dos comportamentos das pessoas envolvidas. O processo de auto-regulação das emoções, por meio do aprendizado do controle dos afetos e pulsões, levam as pessoas possam conviver com consigo e com os outros seres humanos. O que faz parte do ideal comunitário de convivência. Tudo isso respondendo às expectativas de diversos grupos, não apenas os gestores regionais, mas a um conjunto de instituições que se destacam nos meios que discutem o futuro do meio ambiente.

O modelo comunitário do desenvolvimento sustentável, presente nos discursos institucionais, prevalece nas decisões das instâncias administrativo-financeiras. É importante destacar que este empenho para salvar a natureza ainda se encontra fundamentado na dicotomia natureza-sociedade. Um projeto de proporções internacionais provoca discussões e impasses em diversas instâncias. O que se destaca nas discussões não é o modo de vida das pessoas que estão na unidade de conservação, mas formas de se institucionalizar papéis sociais na busca do desenvolvimento. É a implementação de um cenário estatisticamente viável, no qual um dos princípios básicos é regular o modo ser, de se relacionar com a natureza. Por meio de um conjunto de novos comportamentos, um dever-ser imposto institucionalmente, tendo como foco a essencialização do coletivo, produzindo formas utópicas do “ser amazônico”. O princípio básico é o estabelecimento de um bom relacionamento, é conhecer as pessoas e respeitar as regras.

A burocratização da pesca, parte para uma burocratização da vida cotidiana. A administração da unidade pauta-se na tentativa de “gestão de conflitos”, muitas vezes engendrados a partir do empenho na burocratização da unidade. Com isso, os novos conflitos criados artificialmente por meio da partilha dos territórios dão outro sentido à organização nesse mundo em questão. Nessa burocratização, há a hegemonia da engenharia, do processo passo-a-passo: é necessário que todos saibam os passos necessários para o bom desempenho do manejo.

O manual de funcionamento do manejo nem sempre é seguido e a burocratização das relações sociais que permeiam a prática do manejo é resultado da tentativa de pacificação das pessoas como indivíduos para que tenham condições de se relacionar entre si harmonicamente. A imposição burocrática da harmonia do mundo social é constantemente contestada. O projeto institucional está em constante risco, que a engenharia não pode alcançar, pois trata-se de um mundo onde as pessoas não podem ser programadas, que possuem sentimentos, desejos e projetos pessoais. Nessas negociações o documento burocrático perde sua força, as relações ultrapassam as regras estabelecidas no documento.

O projeto original da mudança da condição social e a produção de uma postura autônoma diante das decisões sobre o futuro e a produção de sua história é constantemente colocado em risco. A autonomia total das pessoas envolvidas significa uma abertura aos

mecanismos de regulação do Estado. E por isso a capacidade dessas pessoas no domínio das ferramentas burocráticas no processo é sempre colocado em questão. Autonomia significa a extinção de determinados “papeis sociais” preestabelecidos. A tutela do Estado ainda presente, mesmo que fragmentada, caracteriza essa necessidade da existência de uma dependência de um mediador. A imagem utópica do “homem amazônico” disseminada nas diversas instâncias ainda não comporta a autonomia. A autonomia implica na dificuldade da aceitação de uma nova autoridade, que vai determinar desde a disciplina corporal e social nos modos de ser, até a imposição novos impostos e taxas. Um conjunto de regras que determinam o que pode e o que não pode e não atentam ao cotidiano vivido.

Bibliografia Geral

ADOLPHO, Álvaro. **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

ALLIÈS, Paul. Le local, l'État et la société civile. In: AURIAC, Franck; BRUNET, Roger. **Espaces, jeux et enjeux**. Fayard, 1986.

ALMEIDA, Alfredo W. B. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 521 – 537.

_____. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, Manaus: FUA, 2008.

ALMEIDA, Mauro W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 maio 2008.

AMAZONAS, Maurício C. **Economia do Meio Ambiente**: Uma análise da abordagem neoclássica a partir de marcos evolucionistas e institucionalistas. Campinas: IE/UNICAMP, 1994. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000082242>. Acesso em: 09 Jan 2009.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. p. 21-72. jul.- dez. 2005.

ARANTES, Miguel. **Histórico da Resex Auati-Paraná**. Relatório Técnico. Fonte Boa, 2006.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasileira**. Tese de Doutorado. São Paul: USP, 2001.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 107-132.

- _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. & SAYAD, A. **Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie**. Paris: Minuit, 1964.
- CASTRO, Márcio H. Reforma Agrária e pequena produção. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1992.
- CAVALCANTI, F. C. S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as Reservas Extrativistas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000281954>. Acesso em: 10 Jan 2009.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. Lisboa: Assirio e Alvim, 1996.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol 3. São Paulo: Ed. 34, 1996, 115 p.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol 5. São Paulo: Ed. 34, 1997, 240 p.
- DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil: 1950–2003. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf . Acesso em: 07 Jan 2009.
- DERICKX, João. **No coração da Amazônia: Juruá, o Rio que chora**. Petrópolis: Vozes, 1992, 181 p.
- _____. **Reserva Extrativista: “mais vida neste chão”**. Belém: Meridional, 2007.
- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.
- DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambient. soc.**, Campinas, n.10, June 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan 2009.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização vol.1** Rio de

Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização vol.2.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos IXI e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAULHABER, Priscila. **O lagos dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

_____. Tradition et changement dans le Moyen Solimões. Structure sociale et mouvements de revendication à base territoriale. **Cah. Sci. Hum.** 22 (3-4): 389-400. Paris: Orstom, 1986. Disponível em: http://www.ird.fr/pleins_textes_4/sci_hum/23320.pdf. Acesso em: 20 mar 2009.

_____. Introdução. In: FAULHABER, P.; MONSERRAT, R. (Org). **Tastevin e a etnologia indígena: coletânea de textos traduzidos em Tefé (AM).** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** Vol 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GEERTZ, Clifford. Formas e variações na estrutura de uma aldeia balinesa. Mosaico: **Revista de Ciências Sociais** : Universidade Federal do Espírito Santo, v.1, n. 2, 1999.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 1990, 56 p.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUSFIELD, J. R. **Community: a critical response.** New York, Evanston, San Francisco: Harper & Row Publishers, 1975.

HARDT, M. & NEGRI, A. **Império.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural: poética social do Estado-nação.** Lisboa: Edições 70, 2008.

HIGUCHI, M. I. G; TOLEDO, R. F., RIBEIRO, M. N. L.; SILVA, K. **Vida Social da Resex do Auati-Paraná – Fonte Boa-Am.** Relatório Técnico, Manaus, 2008.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição?. **Estud. av.**, São Paulo, v.19, n.54, Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 jan 2009.

IBAMA. **Estudo Sócio-econômico: área proposta para a criação da Reserva**

Extrativista do Auati-Paraná. Relatório Técnico. Manaus, 1998.

IBAMA. **Reunião de Composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Auati-Paraná.** Relatório Técnico. Manaus, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** coleção Trans. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MAHAR, Denis. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia; uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Rev. Antropol.** 24:95-117, 1995.

_____. Ethnography: Through Thick and Thin. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Fundo Nacional do Meio Ambiente: orientações para execução de projetos.** Brasília, 2006.

MONTEIRO, M. A ; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos – NEAE**, vol. 7, n. 1, p. 91-122, jun 2004.

MUANIS, Manuela; SERRÃO, Manuel; GELUDA, Leonardo. **Quanto custa uma unidade de conservação federal?: uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).** Rio de Janeiro: Funbio, 2009.

NEVES, Delma P. Os *ribeirinhos* e a reprodução social sob constrição. In: **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n. 1, IRD, PPGAS/UFRJ; NAEA/UFGA: Rio de Janeiro; Belém, 2003, p. 73 – 82. Disponível em: <http://www.redeamazonia.com.br/pdf/2/47-59.pdf> . Acesso em: 25 abril 2009.

_____. **O MEB – Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental.** Alasru, 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cd alasru2006/08%20GT%20Delma%20P.%20Neves.pdf> . Acesso em: 20 set 2008.

NOELI, Francisco Silva; FERREIRA, Lucio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-

dez. 2007.

O'DWYER, Eliane C. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico**. Eduff: Niterói, 1998.

_____. Reserva Extrativista e sistema de aviação na Amazônia: o caso da exploração madeireira no Rio Juruá. In: **Boletim Rede Amazônia**, ano 2, n. 1, IRD, PPGAS/UFRJ; NAEA/UFPA: Rio de Janeiro; Belém, 2003, p. 73 – 82. Disponível em: <http://www.redeamazonia.com.br/pdf/2/73-82.pdf> . Acesso em: 25 abril 2009.

PÁDUA, J. A. Sopro de destruição, um pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PEIXOTO, Rodrigo. Ação cultural e concepção política entre a igreja católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: MPEG, 1991.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente com o invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

STONE-JOVICICH, S; AMARAL, P.; CRONKLETON, P; FONSECA, H.; PIRES, A. **Acompanhamento para Manejo Florestal Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas, Brasil**. CIFOR, 2007. Disponível em: http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/Books/BCronkleton0802.pdf . Acesso em: 02 Abr 2009.

TASTEVIN, Constant. A região do Solimões ou o Médio-Amazonas (Amazonas, Brasil). In: FAULHABER, P.; MONSERRAT, R. (Org). **Tastevin e a etnologia indígena: coletânea de textos traduzidos em Tefé (AM)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

VERNANT, Jean-Pierre. **Origens do Pensamento Grego**. Lisboa: Teorema, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Sociedades indígenas e natureza na Amazônia **Tempo e Presença** , ano 14 no. 261, pp. 25-26, 1992.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1991.